

CENSOSUAS

2010

CRAS, CREAS, Gestão Municipal,
Gestão Estadual, Conselhos Municipais,
Conselhos Estaduais, Rede Privada


SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



CENSO SUAS

2010

CRAS, CREAS, Gestão Municipal,
Gestão Estadual, Conselhos Municipais,
Conselhos Estaduais, Rede Privada



SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

BRASÍLIA, 2011

Expediente

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | Dilma Rousseff

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | Michel Temer

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME | Tereza Campello

SECRETÁRIO EXECUTIVO | Rômulo Paes de Sousa

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO | Marcelo Cardona

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | Paulo Jannuzzi

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Denise Colín

SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | Maya Takagi

SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA | Tiago Falcão

SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA | Ana Fonseca

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DIRETOR DE MONITORAMENTO | Enrico Moreira Martignoni

DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO | Caio Nakashima

DIRETORA DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO | Monica Rodrigues

DIRETORA DE AVALIAÇÃO | Júnia Valéria Quiroga da Cunha

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Simone Albuquerque

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | Maria José de Freitas

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | Aidê Cançado Almeida

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | Telma Maranhão Gomes

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS | Carolina Gabas Stuchi

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Antonio José Gonçalves Henriques

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO SUAS 2010

Simone Albuquerque, Luís Otávio Farias, Maria Cristina Oliveira Marques, Caio Nakashima, Marcelo Gomes Gadelha e Sabrina Medeiros Borges.

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E OPERAÇÃO

Simone Albuquerque, Luís Otávio Farias, Maria Cristina Oliveira Marques, Valéria Cristina de Oliveira, Cinthia Barros dos Santos, Francisca Lucena, Viviane Ferro, Walkyria Porto Duro, Marcos Marcelo Brito de Mesquita, Genilson Nassur Moreira, Jaime Rabelo Adriano, Wagner Antonio Alves Gomes, Alexandra de Souza Trivelino, Valéria Lopes de Sá, Jose Ferreira da Cruz, Rosário de Maria Costa Ferreira, Eliana Teles do Carmo, Fernando Antonio Brandão, Aidê Cançado Almeida, Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Adriana da Silva Pereira, Lídia Cristina Silva Barbosa, Joyce Camargos Rodrigues, Keli Rodrigues de Andrade, Cristiana Gonçalves de Oliveira, Bruna D'Ávila de Araujo Andrade, Selaide Rowe Camargo, Maria Del Carmem Cardenas Jansen, Margarete Cutrim Vieira, Juliana Maria Fernandes Pereira, Fábio Moassab Bruni, Kelvia de Assunção Ferreira Barros, Luanna Shirley de Jesus Sousa, Maria de Jesus Bonfim de Carvalho, Patrícia Félix de Lima, Claudia Sabóia, Ana Paula Gonçalves, Amanda Simone Silva, Maria José de Freitas, Patrícia de Marco, Elyria Bonetti Yoshida Credidio e Simone de Araújo Goes Assis.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS INFORMATIZADOS, COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Caio Nakashima, Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro, Carlos Henrique Araújo Santana, Cristiano Pereira da Silva, Daniel Klinger Vianna, Dionete de Sousa Gonçalves Sabate, Elizângela Correia Justo Pinheiro, Fábio Alves Freire Carvalho, Fábio Rodrigues de Jesus Marques, Frederico de Almeida Meirelles Palma, Gilmar Trindade dos Santos, Giovanna Quaglia, Gláucia Alves Macedo, Gustavo de Lima Ferreira, Johnny Ahrens, Helbert de Sousa Arruda, Lino Vaz Moniz, Marcelo Gomes Gadelha, Marcelo Sales de Oliveira, Maria de Jesus Rezende, Mariluz Portela Rios Vieira, Monique Ribeiro de Meneses, Rafael Cotrim Henriques, Rafael Rodrigo Moreno, Ricardo de Carvalho Feitoza, Sabrina Medeiros Borges, Sérgio Matos de Andrade, Talita Santana dos Santos Barcellos, Thiago Hackbarth, Uiran Couto de Mendonça, Valter Luís Arlindo de Camargo e Vanderley Domingos de Lima.

ANÁLISE E VALIDAÇÃO DOS DADOS

Andre Luiz Lara Resende Saraiva, Alexander Cambraia Nascimento Vaz, Patrícia Fagundes Caetano, Elizabeth Prescott Ferraz, Rafael Siqueira Barreto, Maria Cristina Oliveira Marques, Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Adriana da Silva Pereira, Lídia Cristina Silva Barbosa, Juliana Maria Fernandes Pereira, Fábio Moassab Bruni, Maria de Jesus Bonfim de Carvalho, Carolina Gabas Stuchi, Ana Paula Goncalves e Joyce Camargos Rodrigues.

ELABORAÇÃO DOS TEXTOS

Rafael Siqueira Barreto, Patrícia Fagundes Caetano e Elizabeth Prescott Ferraz.

VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO

Denise Colin, Paulo Jannuzzi, Simone Albuquerque e Luís Otávio Farias.

COLABORAÇÃO

Edgar Magalhães e Flávio de Castro.

AGRADECIMENTOS

Maria Luiza Rizzotti e Luziele Tapajós.

PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Marcelo Rocha e Kátia Ozório

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Kátia Ozório

REVISÃO: Thaise dos Santos

BIBLIOTECÁRIA: Tatiane de Oliveira Dias

APOIO: Romário Roma Silva

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

CENSO SUAS 2010: CRAS, CREAS, GESTÃO MUNICIPAL, GESTÃO ESTADUAL, CONSELHO MUNICIPAL, CONSELHO ESTADUAL, ENTIDADES BENEFICENTES.-- BRASÍLIA, DF: MDS, SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2011.

156 P. ; 23 CM.

ISBN: 978-85-60700-55-4

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL, BRASIL. 2. POLÍTICA SOCIAL, BRASIL. I. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. II. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CDU 364(81)

TIRAGEM: 10.000 EXEMPLARES

IMPRESSÃO: GRÁFICA BRASIL

© 2011 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER REPRODUZIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS | BLOCO A | SALA 340

70054-906 | BRASÍLIA | DF

TELEFONE: (61) 3433-1501

WWW.MDS.GOV.BR

OUVIDORIA DO MDS: 0800 707 2003

SOLICITE EXEMPLARES DESTA PUBLICAÇÃO PELO E-MAIL: SAGI.DFD@MDS.GOV.BR

Prefácio

Comprometido com a produção e disseminação de informações que contribuam para o contínuo aprimoramento da gestão e do controle social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem o prazer de tornar público os resultados da quarta edição do Censo SUAS. Ao longo dos quatro anos em que vem sendo realizado, o Censo SUAS tem se afirmado como uma das mais importantes ferramentas para a melhoria da gestão da política de assistência social. Neste período, o instrumento tem sido aperfeiçoado, tem incorporado inovações metodológicas e ampliado de forma significativa o escopo de informações coletadas. Desta forma, a publicação do Censo SUAS 2010 certamente representará um expressivo aporte aos secretários, gestores, técnicos, conselheiros, usuários, entidades, pesquisadores, enfim, a todos aqueles empenhados na consolidação desta política pública, cujo impacto se revela cada vez mais efetivo na melhoria das condições de vida de nossa população.

Essa publicação traz dados e indicadores que cobrem diferentes temáticas, tais como os instrumentos e mecanismos de gestão e financiamento do sistema, a infraestrutura física e a oferta de serviços nos equipamentos públicos e entidades conveniadas, o perfil dos recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços socioassistenciais e as características de funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Buscou-se ainda resgatar, sempre que possível, informações apresentadas em edições passadas de modo a traçar a tendência evolutiva da política.

Os resultados do Censo SUAS têm orientado importantes debates e subsidiado processos de tomada de decisões no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social e da Comissão Intergestores Tripartite, além de se constituírem em base de informações de uso cotidiano no planejamento das ações empreendidas pelo MDS e pelo conjunto das secretarias estaduais e municipais de assistência social. Não será diferente com o Censo SUAS 2010. Os dados apresentados nesta publicação permitem perceber diver-

soos avanços e conquistas do SUAS, tais como o expressivo crescimento do número de municípios com presença de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o aumento contínuo do número de trabalhadores do SUAS e o gradativo fortalecimento das estruturas de gestão e financiamento da política de assistência social. Entretanto, o Censo também permite identificar desafios a serem enfrentados como, por exemplo, os referentes à gestão do trabalho, à infraestrutura física das unidades de atendimento e a efetivação do cofinanciamento pelos três níveis de governo. Os dados aqui apresentados poderão ainda ter relevante papel para que possamos continuar avançando na regulação da política e enfrentando temas estratégicos, tais como a padronização dos serviços e atendimentos, a consolidação da rede socioassistencial e fortalecimento do controle social.

Cabe, por fim, agradecer a todos aqueles que, com grande empenho e espírito de colaboração, auxiliaram na resposta aos sete questionários que compuseram o Censo SUAS 2010. Os resultados apresentados retratam um momento desse esforço coletivo que é a construção e consolidação da política de assistência social. Alguns dados nos orgulham e outros nos desafiam, mas sobretudo esse conjunto de informações nos orienta na construção de políticas transparentes e cada vez mais eficazes na promoção e proteção de direitos e no enfrentamento da pobreza e das vulnerabilidades sociais.

Tereza Campello

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Apresentação

Informação consistente, específica e atualizada é um insumo fundamental para Gestão de Políticas Sociais. Dados e indicadores permitem aprofundar o conhecimento sobre nossa realidade social, dimensionar as demandas que se pretende atender por meio de ações governamentais, conhecer as características dos públicos-alvos dos programas, identificar as potencialidades e limitações da estrutura de gestão envolvida, acompanhar os avanços e dificuldades na implementação dos programas e, enfim, avaliar os resultados e impactos dos esforços empreendidos pelo poder público no sentido de proporcionar melhores condições de vida para a sociedade.

Preocupado em disponibilizar informações para subsidiar seus gestores e técnicos na gestão de seus programas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem desenvolvido, desde sua criação, instrumentos, pesquisas e sistemáticas de levantamento, organização, tratamento e análise de dados e indicadores de seus programas, ações e serviços. Afinal, a disponibilidade de dados e indicadores que cubram diferentes temáticas sociais, atualizados regularmente e referidos a contextos territoriais específicos é fator crítico de sucesso no contexto desafiador e multideterminado das questões sociais da agenda das Políticas de Desenvolvimento Social.

Esta publicação traz uma seleção de dados e indicadores do Censo SUAS 2010 e das edições passadas do levantamento, cobrindo diferentes temáticas levantadas no período.

Essas informações permitirão, certamente, aos gestores e técnicos das três esferas de governo, assim como aos conselheiros e cidadãos, conhecer melhor os avanços, limitações e desafios da ação governamental na área e assim aprimorar os programas e serviços no âmbito do SUAS, nesse momento particular de reafirmação de sua importância como eixo estruturante do Sistema de Proteção Social brasileiro e da estratégia de superação da pobreza extrema no país consubstanciada no Plano Brasil sem Miséria.

Paulo Jannuzzi
SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Denise Colin
SECRETÁRIA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Introdução

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) serve-se de um amplo conjunto de ferramentas que reúne e processa uma série de indicadores e estatísticas sobre as suas áreas de atuação, principal matéria-prima do trabalho de monitoramento. Essas informações são consolidadas, mapeadas, sintetizadas e hierarquizadas, juntamente com dados de estudos e pesquisas complementares, por meio de ações integradas desenvolvidas de forma cooperativa entre as áreas finalísticas do Ministério e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Esse esforço vai ao encontro das demandas de institucionalização de sistemas de avaliação e de monitoramento de políticas e programas sociais para o julgamento de programas ou de uma política por seus méritos e pelas evidências que apresentam a partir de seus indicadores.

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o MDS dispõe do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) como instrumento de acompanhamento da implementação, execução e avaliação dos resultados dos programas, serviços e benefícios prestados no país, permitindo uma intervenção planejada sobre a realidade. Esse monitoramento, hoje, é realizado com base, especialmente, nos dados obtidos por meio de questionários sobre a gestão compartilhada do sistema, os conselhos de assistência social responsáveis pelo controle social, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e a rede conveniada de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais.

A divulgação pública e periódica dos dados do Censo faz-se necessária devido a sua atual abrangência, relevância e utilidade tanto para sociedade quanto para o governo, que juntos vislumbram, em última instância, a garantia dos direitos socioassistenciais da população brasileira.

Nesse sentido, a presente publicação tem como objetivo norteador apresentar aos gestores, conselheiros, especialistas e ao público em geral os principais resultados do Censo SUAS, realizado no ano de 2010, em âmbito nacional.

Com isso, espera-se que novos estudos e publicações sigam esse primeiro esforço, aprofundando as análises e trazendo novos subsídios para aperfeiçoamento do SUAS.

A produção desta publicação não seria possível sem o apoio dos gestores e conselheiros de assistência social, tanto municipais como estaduais, que se dispuseram a abarcar dentre suas diversas responsabilidades diárias o preenchimento dos diversos questionários que subsidiaram o Censo SUAS 2010, e cujo contínuo envolvimento é fundamental para o aperfeiçoamento permanente desta ferramenta de importância basilar para o Sistema Único da Assistência Social.

Metodologia

Anualmente o Censo SUAS é realizado em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. É operacionalizado pelo MDS, por meio de um sistema eletrônico de informações¹. Consiste do levantamento sistemático de informações de caráter inventariante e descritivo sobre a temática dos serviços, programas, projetos e unidades de assistência social. Os objetivos e instrumentos de avaliação são definidos pela equipe técnica do MDS, em especial por meio de atuação conjunta da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). As informações obtidas no âmbito do Censo SUAS “têm por objetivo proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como de sua gestão integrada”, como preceitua o Decreto nº 7.334/2010, em seu art. 1º, parágrafo único.

O Censo SUAS do ano de 2010 foi composto por sete questionários distintos que avaliam algumas instâncias constituintes da PNAS, a saber: CRAS, CREAS, Conselho Estadual, Conselho Municipal, Gestão Estadual, Gestão Municipal e Entidades Conveniadas. Esses instrumentos eram formados por blocos de questões, relacionadas entre si, que visaram analisar aspectos referentes a funcionamento, estrutura física, serviços prestados e recursos humanos, conforme descrito a seguir:

- **QUESTIONÁRIO DA GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL:** OBJETIVOU MAPEAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, BEM COMO A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS;
- **QUESTIONÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL E MUNICIPAL:** TINHA A FINALIDADE DE IDENTIFICAR ASPECTOS RELATIVOS À CRIAÇÃO, À ESTRUTURA E AO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO AOS RESPECTIVOS CONSELHEIROS;
- **QUESTIONÁRIO DO CRAS:** POSSUÍA O OBJETIVO DE LEVANTAR INFORMAÇÕES

¹ AS FORMAS DE COOPERAÇÃO E DE REPARTIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES NA REALIZAÇÃO DO CENSO SUAS SÃO PACTUADAS ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS.

A RESPEITO DA ESTRUTURA FÍSICA, FUNCIONAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS, BEM COMO DOS RECURSOS HUMANOS NO ÂMBITO DOS CRAS;

— **QUESTIONÁRIO DO CREAS:** TINHA O PROPÓSITO DE MAPEAR QUESTÕES SOBRE ESTRUTURA FÍSICA, FUNCIONAMENTO, RECURSOS HUMANOS, BEM COMO SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS CREAS;

— **QUESTIONÁRIO DA ENTIDADE CONVENIADA:** TINHA OBJETIVO DE MAPEAR ESTRUTURAS IMPORTANTES DA REDE PRIVADA, COMO RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS. ESTE QUESTIONÁRIO DEVERIA SER RESPONDIDO POR ENTIDADES PRIVADAS QUE RECEBEM RECURSOS PÚBLICOS, PRESTAM SERVIÇOS E DESENVOLVEM AÇÕES ESPECÍFICAS NO CAMPO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATUANDO COMO PARCEIRAS DO PODER PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS NESSA ÁREA.

A coleta dos dados do Censo foi realizada a distância por meio on-line, ou seja, o questionário foi disponibilizado via web no site do MDS. A responsabilidade pelo seu preenchimento foi outorgada a um responsável específico de acordo com a natureza do questionário e, nesse processo, estavam envolvidos, geralmente, dois profissionais. Além disso, havia um suporte técnico, a fim de solucionar dúvidas e resolver os problemas decorrentes da pesquisa nos formatos on-line e telefone.

O tempo para o preenchimento de cada questionário foi de 30 dias, com períodos diferenciados de coleta para cada um deles:

— **GESTÃO MUNICIPAL:** 23/08/2010 A 24/09/2010;

— **GESTÃO ESTADUAL:** 23/08/2010 A 24/09/2010;

— **CONSELHO ESTADUAL:** 27/08/2010 A 24/09/2010;

— **CONSELHO MUNICIPAL:** 27/08/2010 A 24/09/2010;

— **CRAS:** 1º/09/2010 A 1º/10/2010;

— **CREAS:** 9/09/2010 A 1º/10/2010;

— **REDE PRIVADA:** 16/11/2010 A 31/12/2010.

Os dados coletados foram transpostos e analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 17.0. Foram realizadas, basicamente, análises descritivas de frequência, medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio padrão). As análises descritivas (frequência e média) das

questões contidas nos instrumentos foram relacionadas com variáveis, como a região de localização e o porte populacional municipal, de modo a verificar as diferenças e particularidades existentes e propiciar um melhor entendimento dos resultados encontrados.

No que se refere à região de localização, foi utilizada a divisão territorial definida pelo IBGE em 1970, considerando as modificações feitas no ano de 1988, a saber:

- **REGIÃO NORTE:** AC, AM, AP, PA, RO, RR E TO (7 UNIDADES FEDERATIVAS);
- **REGIÃO NORDESTE:** AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN E SE (9 UNIDADES FEDERATIVAS);
- **REGIÃO SUDESTE:** ES, MG, RJ E SP (4 UNIDADES FEDERATIVAS);
- **REGIÃO SUL:** PR, RS E SC (3 UNIDADES FEDERATIVAS).
- **REGIÃO CENTRO-OESTE:** DF, GO, MS E MT (4 UNIDADES FEDERATIVAS);

Com relação ao porte populacional do município, foi considerada a classificação determinada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) de 2005. Além disso, foram utilizados os dados apresentados na pesquisa do IBGE do ano de 2010, a fim de identificar e classificar, de forma fidedigna e atualizada, cada município participante em relação ao porte. Segue a classificação utilizada:

- **PORTE PEQUENO I:** ATÉ 20 MIL HABITANTES;
- **PORTE PEQUENO II:** DE 20 MIL A 50 MIL HABITANTES;
- **PORTE MÉDIO:** DE 50 MIL A 100 MIL HABITANTES;
- **PORTE GRANDE:** DE 100 MIL A 900 MIL HABITANTES;
- **PORTE METRÓPOLE:** ACIMA DE 900 MIL HABITANTES.

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA	10



CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	17
ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS	20
CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	26
ARTICULAÇÃO DO CRAS	32
RECURSOS HUMANOS	34
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS	35



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	45
ESTRUTURA FÍSICA	52
CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS	55
ARTICULAÇÃO	62
RECURSOS HUMANOS	65



GESTÃO MUNICIPAL	71
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	72
GESTÃO FINANCEIRA	79
GESTÃO DO TRABALHO	82
GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	85

GESTÃO ESTADUAL	89
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	90
GESTÃO FINANCEIRA	94
GESTÃO DO TRABALHO	96

Gestão
Estadual

CONSELHOS MUNICIPAIS	99
CARACTERIZAÇÃO	101
INFRAESTRUTURA	104
ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS	106
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	108

Conselhos
Municipais

CONSELHOS ESTADUAIS	115
CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA	116
ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS	119
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS	123

Conselhos
Estaduais

REDE PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	125
O PERFIL DA REDE PRIVADA	127
ATRIBUTOS FINANCEIROS	130
FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES	133
AÇÕES EMPREENDIDAS	135

Rede
Privada

CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
BIBLIOGRAFIA	154

CENSO **SUAS** 2010





CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

O CRAS é definido como uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que possui a função de organizar e ofertar os serviços da Proteção Social Básica. Seu objetivo norteador é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais em todo o território brasileiro por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Além disso, possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, que consiste na organização e articulação das unidades a ele referenciadas e no gerenciamento dos processos envolvidos (CASTRO, 2007).

Os critérios de instalação do CRAS são definidos de acordo com os indicadores da NOB-SUAS, que avaliam os locais de maior concentração de famílias em situações de vulnerabilidade social. Entretanto, em caso de territórios com baixa densidade demográfica, como áreas rurais, comunidades indígenas e assentamentos, o CRAS deve se situar em local de maior acessibilidade (BRASIL, 2008b).

Com relação aos serviços prestados pelo CRAS, o principal é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Esse serviço tem o papel de proteger as famílias, de modo a promover o acesso e o uso de direitos, prevenir a ruptura dos vínculos familiares, como também contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O CRAS oferece outros serviços, projetos, programas e benefícios de Proteção Social Básica, porém, devem estar em conformidade com o espaço disponível e ter profissionais qualificados, além de não prejudicar a execução do PAIF nem ocupar os espaços a ele destinados.

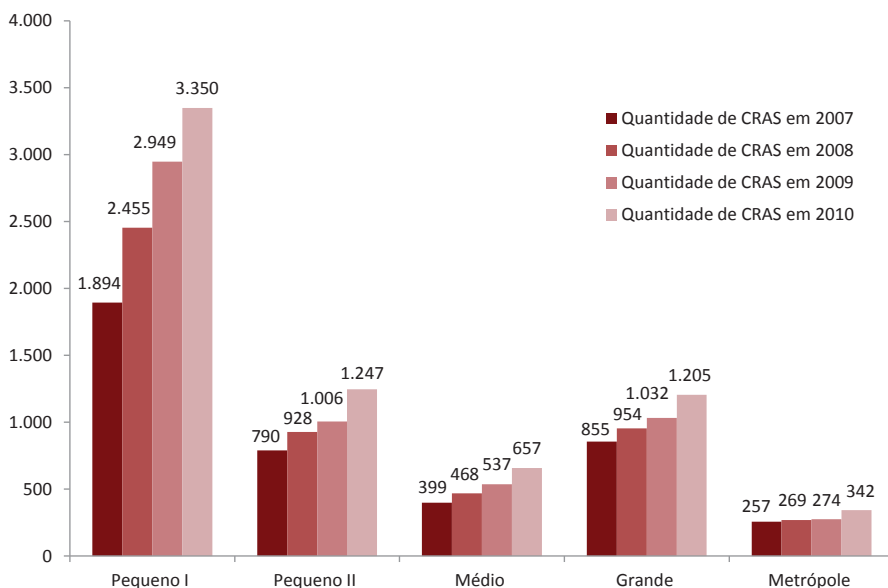
O CRAS pode ser considerado como a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social, em virtude de sua capilaridade no território brasileiro. Por meio do CRAS, a proteção

social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, internalizando dois aspectos basilares do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização (BRASIL, 2008b). Portanto, revela-se fundamental analisar a distribuição e estrutura destas unidades no Brasil.

Em 2010, identificou-se um total de 6.801 CRAS espalhados em todo o território nacional, distribuídos em 4.720 municípios, ou 84,8% de cobertura dos 5.565 municípios brasileiros. As regiões Sudeste e Nordeste apresentam as maiores quantidades de CRAS e as regiões Centro-Oeste e Norte, os menores números, coerente com os dados de maiores e menores quantidades de município e respectivas populações por estado da federação.

Percebe-se que o maior crescimento no número de CRAS no período de 2007 a 2010, da ordem de 76,9%, ocorreu nos municípios de até 20 mil habitantes. Houve também um expressivo aumento destes centros nas metrópoles, equivalente a 24,8%, quando analisado somente o biênio 2009/2010. Em média, o quantitativo mínimo de CRAS recomendado pela NOB-SUAS de 2005 foi atingido nos municípios acima de 20 mil habitantes.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE CRAS SEGUNDO PORTE POPUCIONAL (2007 A 2010) – BRASIL, 2010

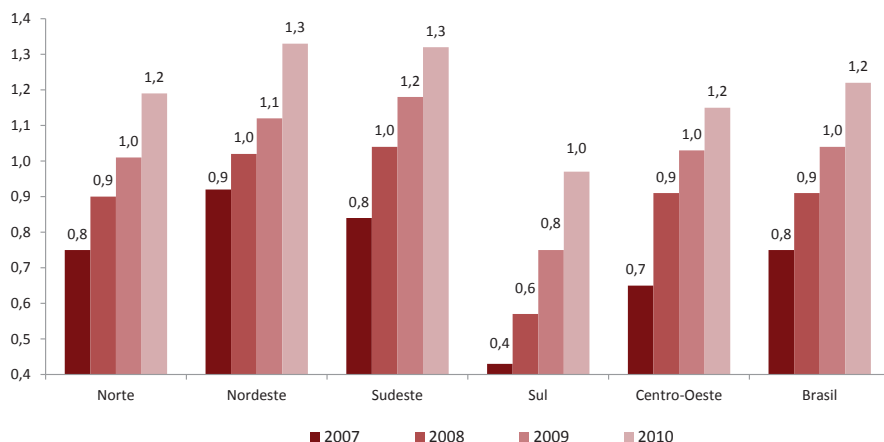


FONTE: CENSO SUAS 2010

De 2007 até 2010 houve crescimento da quantidade de CRAS para cada município, sendo mais significativo nas regiões Sul e Centro-Oeste, que apresentaram uma diferença entre as médias de CRAS por município de 0,5 (0,4 para 1,0) e 0,5 (0,7 para 1,2), respectivamente. Tal expansão tornou mais homogênea a distribuição de CRAS no país e possibilita melhor atendimento à população brasileira.

Com base na quantidade de CRAS e de municípios brasileiros, bem como na distribuição dos CRAS nas regiões, constata-se que os Centros de Referência abrangem parte significativa do território nacional.

GRÁFICO 2: MÉDIA DE QUANTIDADE DE CRAS EM RELAÇÃO AOS ANOS DE 2007 A 2010 E A REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



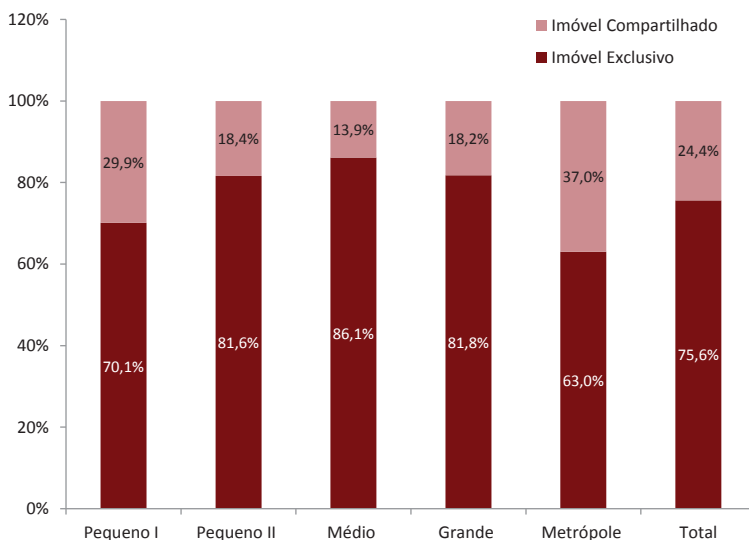
FONTE: CENSO SUAS 2010

ESTRUTURA FÍSICA DO CRAS

Dentre os CRAS existentes, 50,7% funcionam em imóveis próprios ou cedidos pela prefeitura; 48,5%, em imóveis alugados e 0,8%, em outros arranjos institucionais.

Em relação ao tipo de compartilhamento do imóvel utilizado pelo CRAS, identificou-se que 75,6% dos imóveis são de uso exclusivo, enquanto 24,4% são de uso compartilhado.

GRÁFICO 3: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO COMPARTILHAMENTO DO IMÓVEL E PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Nos municípios com população de mais de 20 mil habitantes até 900 mil, ou seja, classificados como Pequeno II, Médio e Grande, a modalidade de imóveis exclusivos é maior em relação aos municípios Pequeno I e MetrÓpole, com população de até 20 mil habitantes e mais de 900 mil, respectivamente.

Ao analisar de forma detalhada o tipo de compartilhamento, verifica-se que, dentre os imóveis próprios, 70,4% são de uso exclusivo, percentual este que atinge 82,6% dentre os imóveis alugados.

Destaca-se ainda que menos de 2% dos CRAS compartilham o espaço com Organizações não Governamentais (ONGs), associações comunitárias e unidades administrativas. Esse baixo índice é um fator positivo, visto que tal compartilhamento é inadequado, conforme o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS.

Do total de CRAS existentes no país, 21,1% são financiados pelas três esferas de governo. Mais da metade, ou seja, 51%, conta com financiamentos municipal e federal, simultaneamente. Quando analisada a situação dos CRAS que contam com a contribuição de apenas uma esfera de governo, conclui-se que, em 89,1%

dos casos, o financiamento é proveniente da esfera federal, enquanto, em 0,8% dos casos, há financiamento estadual.

Observa-se que 67,3% dos recursos da região Norte, 62,6% do Sul e 50,2% do Nordeste são provenientes dos municípios e do Governo Federal, conjuntamente. Em adição, verifica-se uma proporção mais elevada de unidades financiadas exclusivamente com recursos federais, em torno de 20%, contra o percentual de 10% nessas condições verificado nas demais regiões. A contraparte disso também é a menor quantidade relativa de centros com recursos oriundos exclusivamente do município, de aproximadamente 5% no Norte e Nordeste (e também Centro-Oeste) contra cerca de 10% no Sul e Sudeste.

Em todo o país, com exceção da região Sudeste, a menor contribuição é aquela que provém apenas do estado (menos de 1%), sendo que a região Sul não possui nenhum CRAS financiado por esse tipo de recurso. A região Sudeste, por outro lado, recebe menor financiamento (1%) das fontes federal e estadual, conjuntamente.

TABELA 1: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO A FONTE DE FINANCIAMENTO E A REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

REGIÕES DO PAÍS		FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL
		SOMENTE MUNICIPAL	SOMENTE ESTADUAL	SOMENTE FEDERAL	MUNICIPAL E ESTADUAL	MUNICIPAL E FEDERAL	ESTADUAL E FEDERAL	MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL	
NORTE	N. ABS.	32	1	104	4	360	3	31	535
	%	6,0%	0,2%	19,4%	0,7%	67,3%	0,6%	5,8%	100,0%
NORDESTE	N. ABS.	67	13	571	41	1.195	44	448	2.379
	%	2,8%	0,5%	24,0%	1,7%	50,2%	1,8%	18,8%	100,0%
CENTRO-OESTE	N. ABS.	27	4	60	9	254	26	155	535
	%	5,0%	0,7%	11,2%	1,7%	47,5%	4,9%	29,0%	100,0%
SUDESTE	N. ABS.	225	37	217	143	934	21	617	2.194
	%	10,3%	1,7%	9,9%	6,5%	42,6%	1,0%	28,1%	100,0%
SUL	N. ABS.	128	0	109	13	725	1	182	1.158
	%	11,1%	0,0%	9,4%	1,1%	62,6%	0,1%	15,7%	100,0%
TOTAL	N. ABS.	479	55	1.061	210	3.468	95	1.433	6.801
	%	7,0%	0,8%	15,6%	3,1%	51,0%	1,4%	21,1%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Ao realizar uma análise geral da infraestrutura dos CRAS, nota-se que a região Centro-Oeste se destaca como a que possui os CRAS mais bem equipados, contando com mais salas de atendimento à população, sala de coordenação, banheiros, computadores e outros equipamentos necessários para realizar suas atividades.

Por outro lado, a região Nordeste é a mais carente de estrutura, especialmente no que se refere às salas de atendimento que comportem até 15 pessoas, salas para a coordenação, banheiros, computadores e acesso à internet.

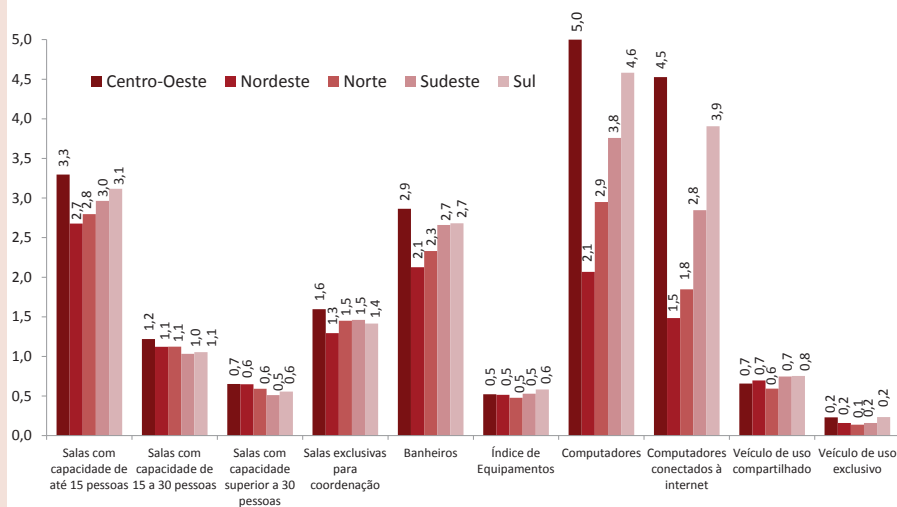
Ao considerar as médias do quantitativo de equipamentos nos CRAS, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste destacam-se com bons índices em equipamentos, especialmente computadores e acesso à internet, banheiros e salas de capacidade para até 15 pessoas.

Cabe explicitar que os índices de equipamentos apresentados no gráfico 4 se referem à média dos 16 equipamentos e materiais listados no questionário que estavam disponíveis nos centros. O resultado desses índices indicam que, quanto mais próximo a 1, mais equipado o CRAS está, pois possui a maioria dos 16 equipamentos. Por outro lado, quanto mais próximo de 0, menos equipado o CRAS está, considerando-se os 16 itens do questionário.

É possível notar que não é grande a variação da quantidade de aparelhagem entre os Centros de Referência. Verifica-se que, em média, os CRAS da região Sul são relativamente mais bem equipados que os das demais regiões, com média de 0,6 equipamentos, marca acima da média nacional. Por outro lado, a região mais carente de equipamentos é a Norte, que apresentou índice de 0,5.

Importante perceber que, de forma geral, todas as regiões se equiparam quando avaliados os recursos de equipamentos e infraestrutura. Porém, quando se trata de computadores e acesso à internet, há uma disparidade entre elas, ou seja, as médias obtidas pelos respectivos equipamentos nas cinco regiões do país variaram de 2,1 a 5,0 e de 1,5 a 4,5.

GRÁFICO 4: MÉDIA DO QUANTITATIVO DE SALAS, BANHEIROS E EQUIPAMENTOS POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Percebe-se uma tendência de os CRAS serem mais bem equipados nos municípios com porte populacional maior, salvo nos quesitos impressora, máquina copiadora e veículo compartilhado.

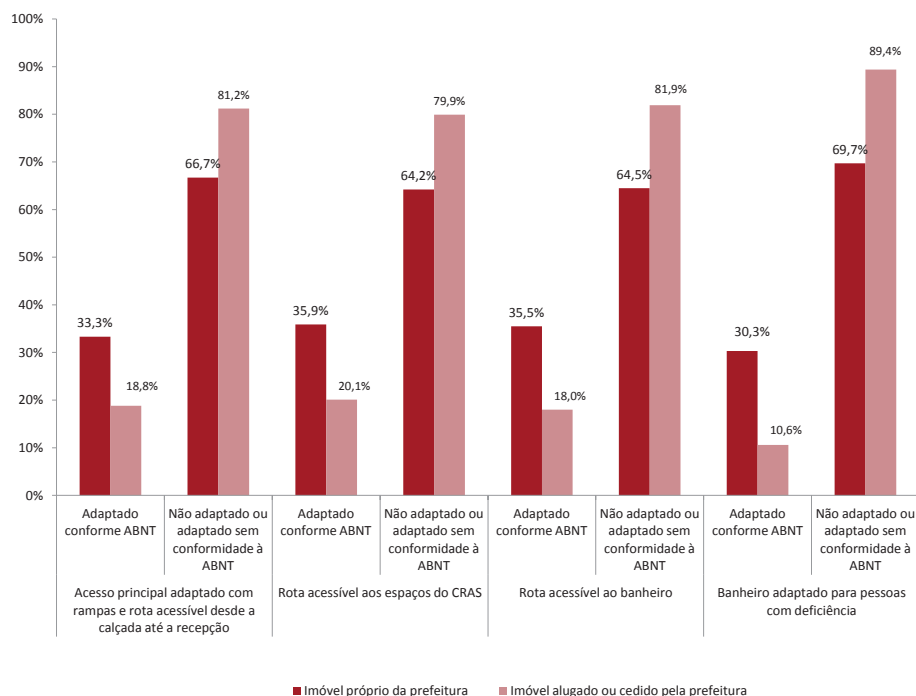
No que se refere aos veículos, o de uso exclusivo é o item encontrado com menor frequência em todos os CRAS, independentemente do porte populacional ou da região do país. Porém, nas metrópoles, esse equipamento está presente em quase 40,7% dos centros da mesma forma que o número de veículos de uso compartilhado é menor em relação aos outros municípios (56,1%).

Quando comparado o tipo de imóvel com os espaços adaptados para pessoas idosas e/ou com deficiência, é possível observar que, de forma geral, os CRAS tendem a não ter seus espaços adaptados, a fim de facilitar a acessibilidade de seus usuários. Em adição, constata-se que CRAS em imóveis próprios apresentam taxas de acessibilidade em torno de 30%, sistematicamente superiores às apresentadas por unidades localizadas em imóveis alugados, as quais não ultrapassam 20%, em todos os aspectos avaliados. Efetivamente, as taxas de acessibilidade conforme as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) variam de 10,6%, para banheiros em CRAS localizados em imóveis alugados, até 35,9%, para rota de acesso em CRAS situados em imóveis próprios.

Sem distinguir por tipo de imóvel, a proporção de CRAS com acessibilidade oscila de 1.321, ou 19,4%, no quesito banheiros, até 1.847, ou 27,2%, no item relativo à rota de acesso.

Essa é uma questão que merece ser considerada, visto que a acessibilidade a todos os serviços e, com isso, aos espaços físicos do CRAS é condição primordial para a efetividade da atuação desses centros e demonstra a importância da propriedade do imóvel para maior flexibilidade e adequação do ambiente às necessidades dos usuários, inclusive em função da impossibilidade, na maioria dos imóveis alugados ou cedidos, de realização de reformas em sua infraestrutura e, conseqüentemente, a possível precariedade decorrente no que se refere à acessibilidade dos usuários.

GRÁFICO 5: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE, POR SITUAÇÃO DO IMÓVEL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os dados levantados no Censo SUAS mostram que 76,5% dos CRAS estão à disposição do público durante cinco dias da semana e 23,5% dos centros funcionam seis ou sete dias durante a semana.

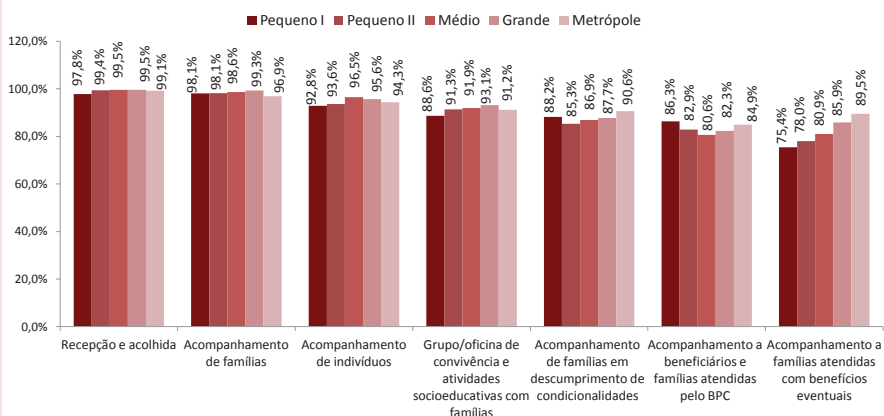
Com relação às horas de funcionamento, em torno de 78,5% dos centros têm jornada de oito horas. Por volta de 12,8% dos centros também têm disponíveis entre nove e doze horas para atendimento. Em algumas localidades, é possível encontrar CRAS que funcionem mais de 12 horas ao dia. Porém, há também 3% dos CRAS que funcionam até sete horas por dia.

As atividades relacionadas ao PAIF, abarcando o acompanhamento de famílias, indivíduos e realização de oficinas, estão presentes em 90% dos CRAS.

Dentre as outras atividades desenvolvidas pelos CRAS, o acompanhamento de famílias assim como a recepção e acolhida são as mais frequentemente realizadas, com percentuais acima de 97%.

Ao comparar os serviços prestados pelos CRAS e o porte populacional do município, percebe-se não existir diferenças significativas entre essas duas variáveis. Salvo em relação ao acompanhamento de famílias atendidas com benefícios eventuais, em que é verificada uma ligeira diferenciação entre os grupos de municípios, ou seja, à medida que aumenta o porte populacional cresce a demanda por esse tipo atendimento, especificamente.

GRÁFICO 6: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO AS AÇÕES E ATIVIDADES DESEMPENHADAS, POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

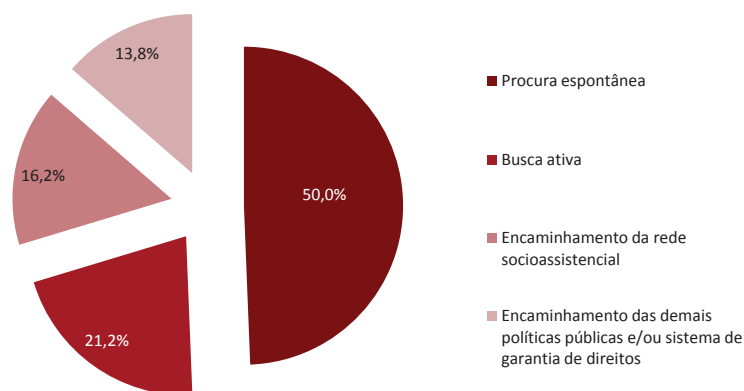


FONTE: CENSO SUAS 2010

Ressalta-se que 75% dos municípios com até 50 mil habitantes têm como menos frequentes as atividades de acompanhamento a famílias atendidas com benefícios eventuais e com a maior frequência, em torno de 86,3%, as atividades de acompanhamento a indivíduos e famílias atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), em relação aos municípios de outros portes.

Metade das demandas da população (50%) em relação aos serviços ofertados pelos CRAS advém da procura espontânea dos interessados, enquanto a busca ativa pelos serviços responde por 21,2% do total de acessos aos serviços. Os encaminhamentos da rede socioassistencial e de outras políticas públicas ou sistema de garantia de direitos ocorrem em menor escala, menos de 16%, mas são relevantes no sentido de que atuam juntamente com os CRAS, aumentando a abrangência do cuidado à população.

GRÁFICO 7: MÉDIA DO PERCENTUAL DAS FORMAS DE ACESSO AOS SERVIÇOS DO CRAS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

O atendimento às famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) é citado dentre os mais frequentes por 58,9% dos CRAS. Outras razões mais frequentes para atendimento nos CRAS são famílias em situação de insegurança alimentar e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, com percentual de 46,5% e 43,7%, respectivamente.

Importante perceber que os CRAS atuam em uma ampla gama de problemas demandados pelas populações. Assim, sua atuação como Centro de Referência se solidifica e, em consequência, se expande. Nesse sentido, é importante que os CRAS invistam em ações e atividades relacionadas às situações mais atendidas, a fim de melhor atender a população.

GRÁFICO 8: PERCENTUAL DAS SITUAÇÕES MAIS FREQUENTES ATENDIDAS PELO CRAS – BRASIL, 2010



FORNTE: CENSO SUAS 2010

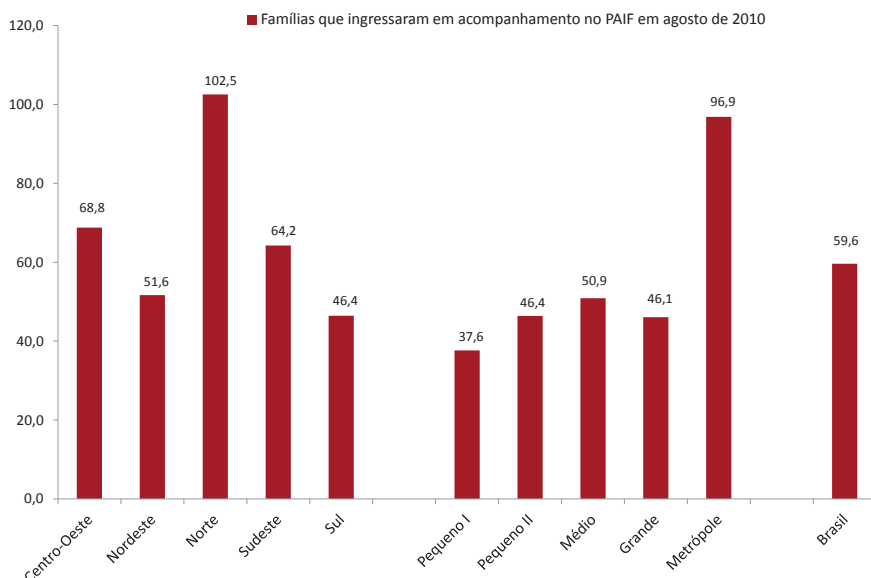
De forma geral, é possível observar a grande quantidade de famílias que ingressaram no PAIF para atendimento no mês de agosto de 2010.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as maiores médias de ingressos para acompanhamento no PAIF, com médias de 102,5 e 68,8, respectivamente. Por outro lado, as regiões Nordeste (51,6) e Sul (46,4) obtiveram as menores médias de ingressos no PAIF.

Quando analisado o porte populacional, os municípios com mais de 900 mil habitantes destacam-se com os maiores índices de ingressos (96,9); em contrapartida, os pequenos municípios receberam menos famílias no acompanhamento pelo PAIF no mês de agosto de 2010 (37,6).

Em adição, cabe ressaltar o levantamento pela primeira vez no bojo do Censo SUAS da quantidade de famílias em acompanhamento pelo PAIF, a qual remontou em agosto de 2010 a 1.976.652 famílias.

GRÁFICO 9: MÉDIA DO QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS QUE INGRESSARAM PARA ACOMPANHAMENTO NO PAIF POR REGIÃO DO PAÍS E PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Dentre os serviços realizados pelos CRAS, os de convivência e fortalecimento de vínculos são os de maior frequência em 85% dos centros. Em uma comparação entre as regiões do país, há ênfase no atendimento direcionado às populações idosas e jovens de 15 a 17 anos. Porém, no que se refere à região Sul, é possível destacar o atendimento aos grupos de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (64,1%), além da população idosa (81,1%).

Observa-se, ainda, que a região Centro-Oeste oferta menos serviços para a população de crianças com até 15 anos. Ademais, essa região, juntamente com a região Sudeste, realizam menos atendimentos às crianças de até 6 anos (37,7% e 42%).

No que tange às pessoas idosas, a região Sudeste é a que oferta menos serviços (72,5%). Nesta região, juntamente com a região Nordeste, é menor a frequência de atendimento em domicílio para pessoas com deficiência e/ou idosas (22,4% e 29,6%).

TABELA 2: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO OS SERVIÇOS REALIZADOS, POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

SERVIÇOS REALIZADOS	REGIÃO DO PAÍS				
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	84,7%	87,3%	84,9%	85,6%	85,7%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS	37,7%	45,5%	46,7%	38,9%	42,0%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	56,0%	60,9%	59,0%	57,6%	64,1%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS	74,3%	71,9%	74,6%	74,4%	61,6%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS	82,1%	85,5%	85,1%	72,5%	81,1%
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU PESSOAS IDOSAS	36,4%	29,6%	36,8%	22,4%	34,1%

FORTE: CENSO SUAS 2010

Em todas as categorias de porte populacional, verifica-se também o predomínio do atendimento direcionado às populações idosas e jovens de 15 a 17 anos. Além disso, é possível perceber que alguns serviços decrescem à medida que aumenta o porte populacional, como os serviços de vínculo para crianças e adolescentes até 15 anos e o atendimento em domicílio para idosos e/ou pessoas portadoras de deficiência. Porém, quando o grupo alvo das ações é composto por jovens de 15 a 17 anos, as metrópoles têm maior oferta (80,2%).

TABELA 3: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO OS SERVIÇOS REALIZADOS, POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

SERVIÇOS REALIZADOS	PORTE POPULACIONAL				
	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓ-POLE
SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	84,5%	87,5%	88,6%	89,0%	80,6%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS	44,7%	46,2%	41,2%	35,0%	34,7%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	60,7%	59,8%	63,2%	57,5%	54,4%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS	69,2%	69,9%	75,0%	73,7%	80,2%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS	86,6%	80,8%	75,9%	66,4%	80,6%
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU PESSOAS IDOSAS	33,6%	29,9%	26,7%	20,6%	20,2%

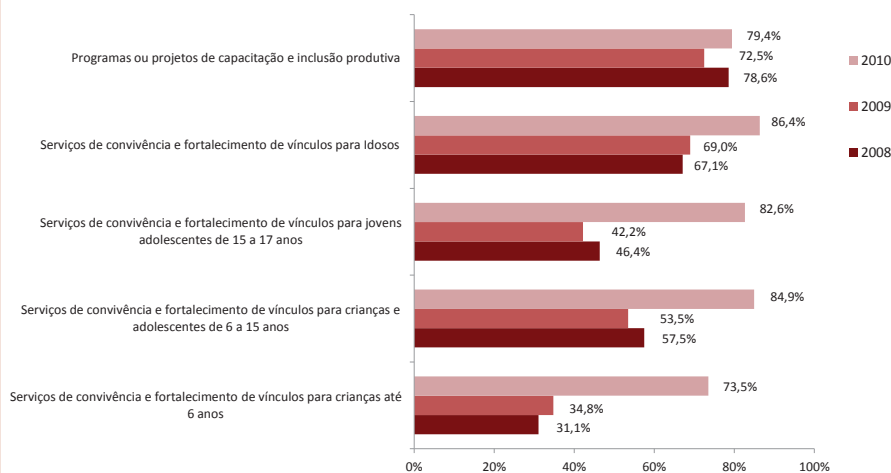
FONTE: CENSO SUAS 2010

Em 2010, houve aumento no quantitativo de CRAS que ofertam serviços de convivência, especialmente em relação aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de até 6 anos e jovens de 15 a 17 anos. Esse fato era esperado, dados os investimentos feitos nesses centros e a criação de novos centros a cada ano.

Verifica-se também que, nos anos de 2008 a 2010, os programas ou projetos de capacitação e inclusão produtiva e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos foram os mais comentados ofertados pelos CRAS.

Não obstante, tendo em vista que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais foi aprovada em 2009 pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro daquele ano, faz-se necessário ressaltar que a comparação da evolução da disponibilização de serviços deve ser relativizada.

GRÁFICO 10: SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO OFERECIDOS PELOS CRAS NOS ANOS DE 2008 A 2010 – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

De forma geral, os públicos mais constantemente atendidos pelos CRAS são famílias, a população de crianças e jovens de 6 a 17 anos e idosos em praticamente todas as atividades oferecidas. As famílias participam mais de atividades de qualificação profissional e oficinas sobre direitos e programas sociais, enquanto os idosos, de atividades de artesanato. Além disso, crianças e jovens de 6 a 17 anos são maioria especialmente quando se trata de atividades físicas, de arte e cultura, inclusão digital, oficinas diversas, cuidados pessoais e artesanato.

ARTICULAÇÃO DO CRAS

As ações de articulação mais realizadas pelos CRAS são: recebimento e encaminhamento de usuários e desenvolvimento de atividades em parceria. Grande parte desses centros conta com a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, com os conselhos tutelares e com os serviços de saúde. Percebe-se uma menor articulação com serviços de segurança pública, órgãos/serviços relacionados a trabalho e emprego e programas de inclusão digital.

Quase não há CRAS que trabalhe sozinho, sem articulações com as demais redes que atendem à população. Porém, ainda observa-se que 9% dos centros não contam com outra unidade pública da rede de Proteção Social Básica.

Tendo em vista a importância de ações como a inclusão digital e produtiva, além de serviços de segurança alimentar para as famílias em situação de vulnerabilidade social, aponta-se para a necessidade de uma investigação detalhada destas informações, a fim de subsidiar ações de integração entre essas áreas nos CRAS por meio da articulação do MDS e órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Justiça. Torna-se imprescindível maior conhecimento sobre os serviços de trabalho e emprego, inclusão produtiva e segurança alimentar, a fim de verificar a sua abrangência e pertinência em relação aos serviços de proteção básica.

TABELA 4: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO AÇÕES DE ARTICULAÇÃO E OS TIPOS DE SERVIÇOS, PROGRAMAS OU INSTITUIÇÕES EXISTENTES – BRASIL, 2010

SERVIÇOS, PROGRAMAS OU INSTITUIÇÕES EXISTENTES	AÇÕES DE ARTICULAÇÃO					
	RECEBE USUÁRIOS ENCAMINHADOS POR ESTE CRAS	ENCAMINHA USUÁRIOS PARA ESTE CRAS	ACOMPANHA OS ENCAMINHAMENTOS	REALIZA REUNIÕES PERIÓDICAS	REALIZA ESTUDOS DE CASO EM CONJUNTO	DESENVOLVE ATIVIDADES EM PARCERIA
COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	88,8%	88,1%	75,3%	62,9%	53,5%	75,7%
SERVIÇOS DE SAÚDE	90,1%	88,4%	62,8%	36,1%	37,5%	71,6%
CONSELHO TUTELAR	89,5%	91,0%	75,9%	45,8%	54,8%	65,9%
UNIDADES PÚBLICA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	78,0%	77,5%	59,6%	46,6%	39,9%	65,8%
UNIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	85,9%	83,8%	68,6%	46,3%	47,8%	65,7%
SERVIÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO	81,9%	84,0%	57,8%	33,5%	33,1%	65,5%
SERVIÇOS OU PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	59,2%	52,7%	39,2%	26,4%	20,6%	54,8%
CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS	56,3%	59,8%	44,8%	42,1%	30,8%	54,2%
ÓRGÃOS/SERVIÇOS RELACIONADOS A TRABALHO E EMPREGO	64,4%	49,9%	32,3%	15,6%	12,3%	45,1%

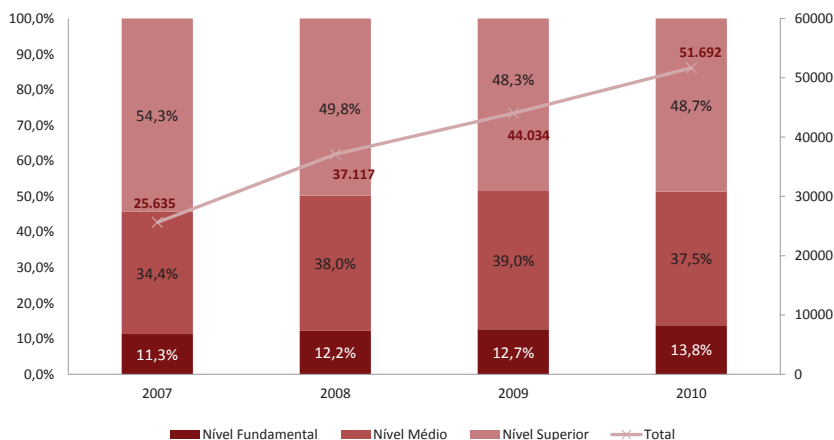
FONTE: CENSO SUAS 2010

RECURSOS HUMANOS

Houve forte expansão do número de trabalhadores atuantes nos CRAS no período de 2007 a 2010. No período, o contingente passou de 25,8 mil para 51,7 mil trabalhadores, aumento de 97,3% ao ano.

A maioria da força de trabalho é composta por indivíduos com nível superior, enquanto a minoria tem nível fundamental. Contudo, ao longo do período, foi esse contingente que teve maior expansão, fazendo com que a parcela de trabalhadores com nível superior completo reduzisse ligeiramente.

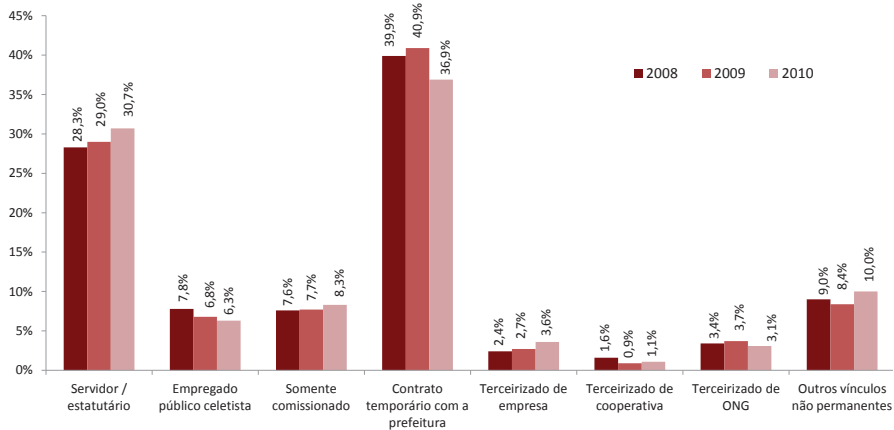
GRÁFICO 11: ESCOLARIDADE DOS RECURSOS HUMANOS DO CRAS SEGUNDO O ANO (2007 A 2010) – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Entre os anos de 2008 a 2010, houve aumento da parcela de funcionários estatutários nos CRAS, tendência positiva, visto que esse tipo de vínculo tende a diminuir a rotatividade de pessoal nos equipamentos. Em 2010, 30,7% dos trabalhadores eram estatutários, cifra bem inferior aos mais de 50% de pessoal com contratos temporários, terceirizados e outros vínculos menos estáveis.

GRÁFICO 12: PERCENTUAL DE CRAS SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO E O ANO (2008-2010) – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS

De forma geral, 4.838 ou em torno de 71,2% dos CRAS têm uma estrutura física considerada capaz de atender os critérios necessários para prestação de serviços. Observa-se que as gradações regular e insuficiente têm diminuído ao longo dos anos, indicando o desenvolvimento crescente dessa dimensão, conforme caracterização desses estágios constante do quadro a seguir. Muitos CRAS também foram classificados como superiores ao padrão normatizado, o que demonstra investimento para atendimento da população.

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS – DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	ITENS EXISTENTES NO CRAS
SUPERIOR (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** IMÓVEL PRÓPRIO
SUFICIENTE (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*** IMÓVEL PRÓPRIO
REGULAR (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO
INSUFICIENTE (NÃO POSSUI ALGUM DOS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO

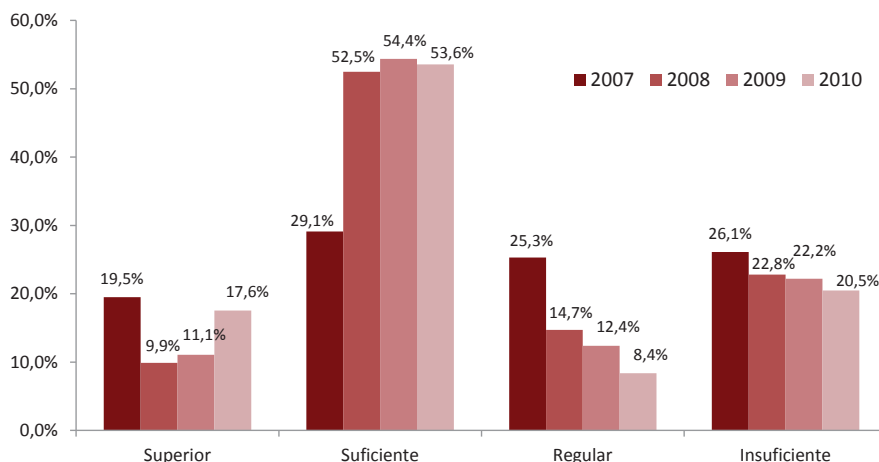
* CRITÉRIO 2008 PARA SALA DE ATENDIMENTO - MÍNIMO DE 2 SALAS, SENDO QUE PELO MENOS UMA DELAS COM CAPACIDADE SUPERIOR A 15 PESSOAS.

** CRITÉRIO 2008 POSSUI CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT - NBR 9050.

***CRITÉRIO 2008 POSSUI CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, MAS QUE NÃO ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT - NBR 9050.

Nesta dimensão, cabe ressaltar que a redução significativa de 20% para 10% no quantitativo de CRAS, enquadrados no estágio superior de 2007 para 2008, deveu-se à adoção dos critérios da ABNT, em particular da norma NBR 9050/2004, para aferição da acessibilidade para pessoas com deficiência nas unidades CRAS.

GRÁFICO 13: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO À ESTRUTURA FÍSICA (2007 A 2010) – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

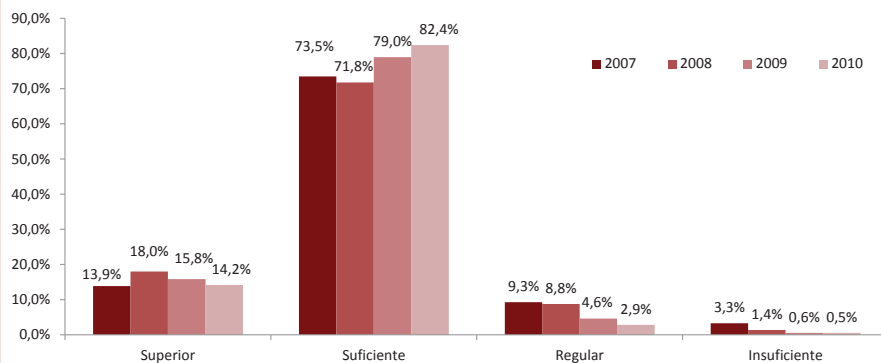
Em comparação aos demais indicadores analisados, o horário de funcionamento foi o que apresentou os melhores resultados, isto é, apareceu em 96% dos CRAS como em situação suficiente ou superior.

QUADRO 2: COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS – DIMENSÃO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS CRAS
SUPERIOR	5 DIAS NA SEMANA E MAIS DE 8 HORAS/DIA OU MAIS DE 5 DIAS NA SEMANA COM 8 OU MAIS HORAS/DIA
SUFICIENTE	5 DIAS NA SEMANA E 8 HORAS/DIA
REGULAR	5 DIAS NA SEMANA OU MAIS, COM 6 OU 7 HORAS/DIA
INSUFICIENTE	INFERIOR A 5 DIAS NA SEMANA OU 6 HORAS/DIA

Percebe-se, ainda, que a maior parte dos centros atende os critérios necessários à prestação dos serviços, conforme regulação do SUAS. Ademais, é mínima a quantidade de CRAS considerados insuficientes e poucos são os avaliados como tendo uma estrutura regular.

GRÁFICO 14: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO AO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (2007 A 2010) – BRASIL, 2010



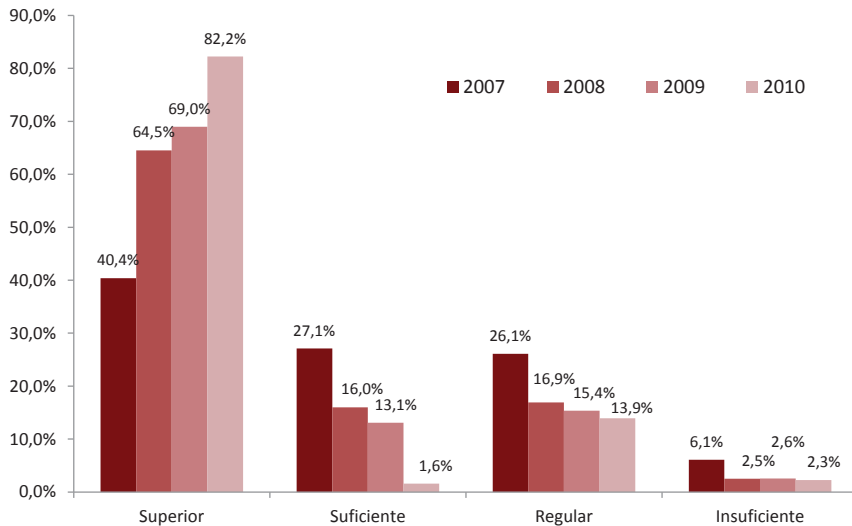
FONTE: CENSO SUAS 2010

Em 2010, 5.593 CRAS foram enquadrados na gradação superior com relação à prestação de serviços, o que representa 82% do total e equivale a um aumento de aproximadamente 13 pontos percentuais (pp) em relação ao ano anterior. Quando comparado com 2007, é possível perceber um aumento de 42 pp. Apesar disso, há ainda muito por fazer, tendo em vista que em torno de 14% dos centros receberam avaliação regular, patamar este que indica uma relativa estagnação com relação aos anos de 2008 e 2009.

QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS – DIMENSÃO ATIVIDADES REALIZADAS

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES REALIZADAS NO CRAS
SUPERIOR (REALIZA TODOS OS ITENS)	VISITAS DOMICILIARES
	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	ORIENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO PARA INSERÇÃO NO BPC
	ENCAMINHAMENTO PARA INSERÇÃO DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO
	GRUPO/OFICINA DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS COM FAMÍLIAS OU POR CICLO DE VIDA OU INTERGERACIONAL
SUFICIENTE (REALIZA TODOS OS ITENS)	BUSCA ATIVA
	VISITAS DOMICILIARES
	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	ORIENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO PARA INSERÇÃO NO BPC
	ENCAMINHAMENTO PARA INSERÇÃO DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO
REGULAR (REALIZA TODOS OS ITENS)	GRUPO/OFICINA DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS COM FAMÍLIAS OU POR CICLO DE VIDA OU INTERGERACIONAL
	VISITAS DOMICILIARES
INSUFICIENTE (NÃO REALIZA ALGUM DOS ITENS)	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	VISITAS DOMICILIARES

GRÁFICO 15: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO ÀS ATIVIDADES REALIZADAS (2007 A 2010) – BRASIL, 2010



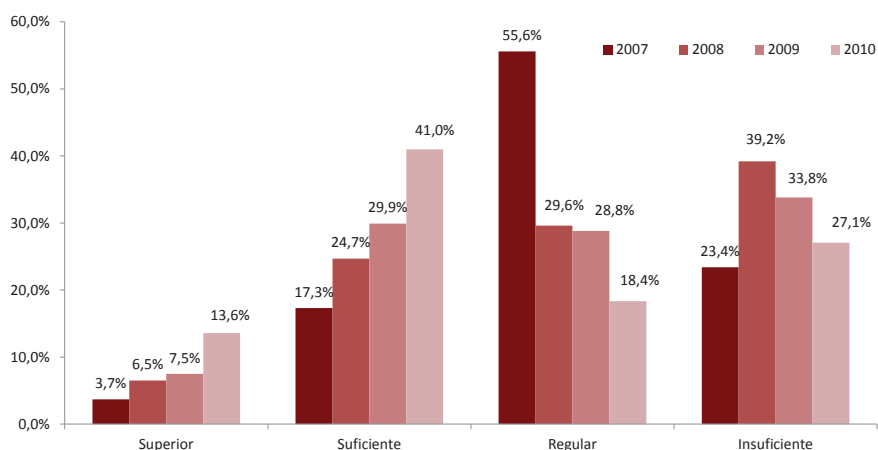
FORNE: CENSO SUAS 2010

É possível perceber que, no período de 2007 a 2010, aumentou o número de CRAs nos estágios superior ou suficiente, atingindo, em 2010, o percentual de 55%. Pela primeira vez mais da metade dos CRAs foi avaliada positivamente neste quesito. Contudo, 27% dos CRAs ainda não dispõem de recursos humanos adequados ao seu pleno funcionamento.

QUADRO 4: COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS – DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS

GRAU DE DESENVOLVIMENTO	EQUIPE DE REFERÊNCIA		
	METRÓPOLE/GRANDE PORTE/ MÉDIO PORTE	PEQUENO PORTE II	PEQUENO PORTE I
SUPERIOR	CRAS PARA 5.000 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	CRAS PARA 3.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	CRAS PARA 2.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS
	NOVE OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	SETE OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	CINCO OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:
	CINCO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:
	DOIS ASSISTENTES SOCIAIS	UM ASSISTENTE SOCIAL	UM ASSISTENTE SOCIAL
	UM PSICÓLOGO	UM COORDENADOR DE NÍVEL SUPERIOR E ESTATUTÁRIO	UM COORDENADOR DE NÍVEL SUPERIOR E ESTATUTÁRIO
	UM COORDENADOR DE NÍVEL SUPERIOR E ESTATUTÁRIO		
SUFICIENTE	OITO OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	SEIS OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:
	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:
	DOIS ASSISTENTES SOCIAIS	UM ASSISTENTE SOCIAL	UM ASSISTENTE SOCIAL
	UM PSICÓLOGO		
REGULAR	SEIS OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	CINCO OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:
	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR
INSUFICIENTE	MENOS DE SEIS PROFISSIONAIS OU	MENOS DE CINCO PROFISSIONAIS OU	MENOS DE QUATRO PROFISSIONAIS OU
	MENOS DE QUATRO PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	MENOS DE TRÊS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	MENOS DE DOIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

GRÁFICO 16: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO AOS RECURSOS HUMANOS (2007 A 2010) – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

A análise da evolução temporal do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) revela um aperfeiçoamento gradual e consistente destes centros em todo o país. Percebe-se, no entanto, a necessidade de uma melhora nos aspectos relacionados aos recursos humanos, estrutura física e atividades realizadas, em especial para os CRAS em situação insuficiente e regular.

Em 2010, houve um aumento dos CRAS nos estágios 3, 4 e 8, em comparação ao ano de 2009. Observa-se também uma diminuição significativa no estágio 9, que de 21% caiu para 15%. Ademais, é notável a ausência de Centros de Referência nos estágios inferiores (1,2), intermediários (5,6) e superior (10).

Predominantemente os centros encontram-se nos estágios 4 e 8, que juntos somam 66%. Apesar de ter diminuído o percentual de CRAS na avaliação 9, ainda é representativa a quantidade de centros que se encontra nesse estágio.

TABELA 5: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS CONFORME OS 10 ESTÁGIOS E O ANO (2007 A 2010) – BRASIL, 2010

GRADAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	2007	2008	2009	2010
	1	0,0%	0,0%	0,0%
2	1,0%	1,0%	0,0%	1,0%
3	9,0%	12,0%	10,0%	11,0%
4	37,0%	41,0%	38,0%	42,0%
5	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
6	6,0%	1,0%	1,0%	0,0%
7	16,0%	7,0%	7,0%	6,0%
8	23,0%	22,0%	22,0%	24,0%
9	8,0%	16,0%	21,0%	15,0%
10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Compromissos pactuados nacionalmente para melhoria contínua dos CRAS têm se revelado de extrema importância para o desenvolvimento desses centros, na medida em que estabelecem padrões normativos que possibilitam um melhor acompanhamento por parte dos estados e da União, bem como a adoção de ações corretivas no caso de situações consideradas insatisfatórias e/ou inadequadas.

Por outro lado, é imprescindível também focar na prevenção das situações inadequadas que venham a prejudicar ou inviabilizar a oferta dos serviços, programas, ações e benefícios de assistência social. Nesse sentido, o apoio técnico dos estados ante os municípios torna-se fundamental, especialmente no que se refere a preconizar ações de acompanhamento preventivo e proativo, buscando tanto a melhoria da gestão municipal, quanto à capacitação dos profissionais que executam os serviços.

Diante desse contexto "... contar com o CRAS de qualidade é condição necessária, embora não suficiente, para que a assistência social protagonize um lugar central no Plano Brasil sem Miséria" (BRASIL, 2011). Torna-se um grande desafio para o governo, estados e municípios, que precisam se articular de modo a tornar disponível e acessível a milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza os serviços oferecidos por esses centros.

CENSO **SUAS** 2010





CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

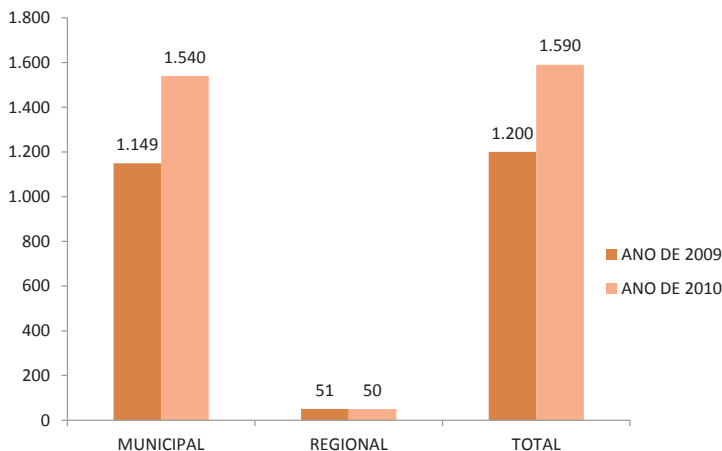
A Proteção Social Especial (PSE) representa, no SUAS, o nível de proteção responsável pela oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que requerem estruturação técnica e operativa específicas. Suas ações envolvem processos de trabalho que demandam a atuação de um conjunto de profissionais para a oferta de acompanhamento familiar e/ou individual especializado, por meio do atendimento psicossocial e da orientação e assessoria jurídica, em estreita relação com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

O SUAS distingue a PSE em duas categorias – Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade –, cabendo à Proteção Social Especial de Média Complexidade a oferta de serviços destinada a famílias e indivíduos com seus direitos violados cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

Inseridos na categoria da Proteção Social Especial de Média Complexidade, os CREAS são unidades públicas estatais de atendimento e referência para o acompanhamento especializado, implantados em âmbito local ou regional pela prefeitura, no caso de CREAS municipais, ou pelo estado e municípios envolvidos, no caso dos CREAS regionais. Os CREAS devem estar localizados em áreas de vulnerabilidade social considerando as particularidades do território, a incidência de riscos e violações de direitos e a identificação da rede socioassistencial existente, tendo em vista a articulação no próprio ambiente do SUAS, bem como com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos.

Presentes em todas as unidades da federação, o Censo SUAS 2010 cadastrou 1.540 CREAS municipais e 50 CREAS regionais, registrando um aumento de 390 unidades especializadas em comparação ao apurado em 2009.

GRÁFICO 17: COMPARATIVO DO NÚMERO DE CREAS, MUNICIPAL E REGIONAL, POR ANO DA PESQUISA (2009 E 2010) – BRASIL, 2010.



FONTE: CENSO SUAS 2010

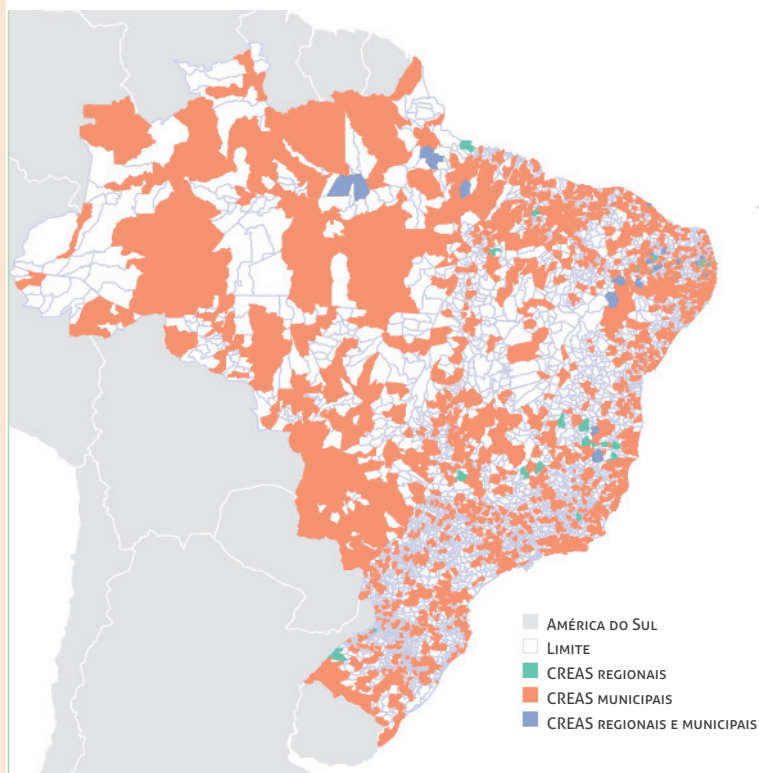
Efetivamente, os CREAS municipais cresceram 34%, isto é, 391 novas unidades municipais foram instaladas e os CREAS regionais diminuíram um centro regional, de 51 centros, em 2009, para 50 centros regionais em 2010.

Considerando conjuntamente CREAS regionais e unidades municipais, é importante destacar a expansão do serviço assistencial especializado no país, principalmente na região Nordeste, onde o índice, na ordem de 57%, aproxima-se do dobro da média nacional.

Focando o crescimento da rede CREAS na região Nordeste, registra-se a expansão significativa nos estados do Piauí, cujo indicador aponta mais do que o dobro de unidades em relação a 2009, e do Maranhão, com praticamente 90% a mais que a rede existente em 2009.

De acordo com a pesquisa realizada em 2010, apresenta-se o mapa 1, que traz a localização geográfica dos municípios com CREAS e permite identificar, espacialmente, a cobertura da rede CREAS em âmbito nacional. No mapa, estão identificadas as abrangências tanto municipal como regional e ainda estão destacados os municípios com dupla incidência de CREAS municipais e regionais.

MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS COM CREAS – BRASIL, 2010

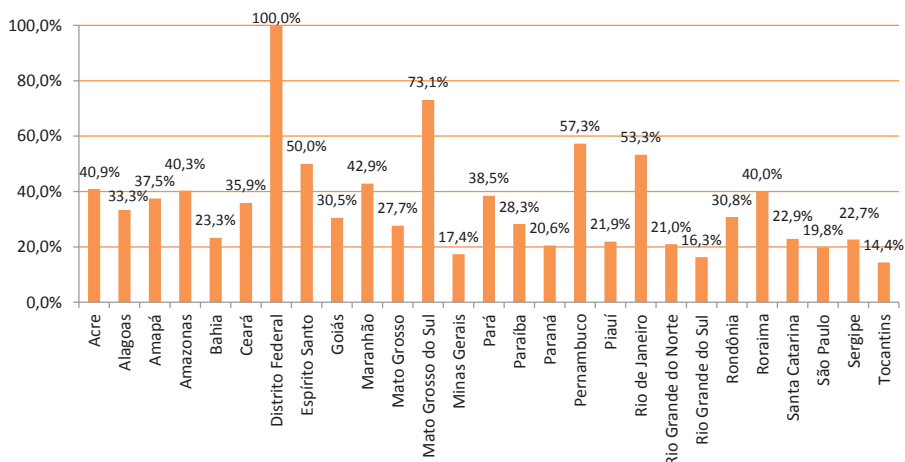


FONTES: CENSO SUAS 2010 E MAPA DGI/SAGI

A análise da distribuição percentual de CREAS em relação à quantidade de municípios, por cada unidade da federação, revela que, exceto no Distrito Federal, que contempla um município e 8 centros especializados, a rede CREAS está presente em pelo menos 30% dos municípios de 14 unidades da federação.

Verifica-se, ainda, a baixa representatividade de CREAS nas unidades da federação com o maior quantitativo de municípios, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos de 20% dos municípios abrangidos, e, ainda, em Tocantins, com menos de 15%.

GRÁFICO 18: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM CREAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL, 2010



FONTES: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (SINOPSE) E CENSO SUAS 2010

A partir do que estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS (NOB-RH/SUAS) de 2006 e no que está referenciado na Portaria MDS nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que se coadunam com o conceito introduzido na PNAS, o porte populacional dos municípios é considerado parâmetro de financiamento e implantação dos CREAS.

Sob essa perspectiva, verifica-se que, para municípios de porte entre 20 mil e 100 mil habitantes, ou seja, os classificados como de Pequeno Porte II e Médio Porte, cuja orientação socioassistencial sugere a implantação de pelo menos um CREAS, 806 municípios aparecem com essa recomendação atendida, o que equivale a mais de 58%, em média, dos 1.368 municípios com esta característica populacional. Dentre os municípios de Médio Porte, o CREAS está presente em 88% deles.

TABELA 6: NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS E DE MUNICÍPIOS COM CREAS, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010.

PORTE POPULACIONAL	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CREAS	MUNICÍPIOS CREAS/ TOTAL
			%
BRASIL	5.565	1.463	26,3
PEQUENO I	3.914	389	9,9
PEQUENO II	1.043	520	49,9
MÉDIO	325	286	88,0
GRANDE	266	251	94,4
METRÓPOLE E DF	17	17	100,0

FONTES: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (SINOPSE) E CENSO SUAS 2010 (CREAS)

Com relação à variável “localização”, introduzida no Questionário CREAS do Censo SUAS 2010, que permite situar a instalação do centro especializado de assistência social (se em perímetro urbano central, urbano periférico, rural ou, ainda, itinerante), afere-se como esperado a localização urbana como característica básica dos CREAS, com 98,8% dos casos. Destacam-se os localizados na zona urbana central, que totalizam 1.289 unidades, representando 81,1% da rede CREAS.

No quesito horário de funcionamento destas unidades, os resultados apontam que quase 100% das unidades especializadas mantêm-se em funcionamento por mais de 5 dias por semana, em conformidade com as recomendações de funcionamento previstas nas normas de Proteção Social Especial.

Outro ponto satisfatório é que 94,2% dos centros de referência especializados atendem seu público por mais de 8 horas diárias e que apenas 93 unidades de CREAS não satisfazem o referencial de 40 horas semanais.

Com referência ao financiamento dos CREAS, destaca-se que a principal fonte é de origem federal, quer seja exclusiva ou combinada com fontes originárias dos demais entes federados.

Cabe destacar o caso dos CREAS regionais, cuja participação do estado é significativamente maior, não somente no financiamento via repasses, mas mediante a assunção direta da gestão e gastos, o custeio da folha de pessoal ou a cessão

do local para funcionamento do CREAS. Cabe ressaltar, por fim, a participação significativa dos municípios no cofinanciamento da rede CREAS.

Os financiamentos conjugados dos governos federal e municipal atingem a maioria absoluta dos CREAS municipais, na ordem de 53,8% das unidades, e, no caso dos CREAS regionais, o indicador alcança 26% das unidades regionalizadas. A maioria relativa dos CREAS regionais, o que representa 28% dos centros, recebe recursos apenas de origem federal. Há que se destacar, no entanto, que os recursos integrados de origem federal, estadual e municipal são responsáveis pela sustentação de 25,6% dos CREAS municipais e de 16% dos CREAS regionais, bem como os de origem estadual e federal, em conjunto, pelo financiamento de 16% dos CREAS regionais.

TABELA 7: PERCENTUAL DE CREAS MUNICIPAL E REGIONAL SEGUNDO ORIGEM DAS FONTES DE FINANCIAMENTO – BRASIL, 2010

FONTE DE FINANCIAMENTO	CREAS MUNICIPAL		CREAS REGIONAL	
	N. ABSOLUTO	%	N. ABSOLUTO	%
SOMENTE MUNICIPAL	39	2,5%	0	0,0%
SOMENTE ESTADUAL	5	0,3%	5	10,0%
SOMENTE FEDERAL	221	14,4%	14	28,0%
MUNICIPAL E ESTADUAL	26	1,7%	1	2,0%
MUNICIPAL E FEDERAL	828	53,8%	13	26,0%
ESTADUAL E FEDERAL	25	1,6%	9	18,0%
MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL	395	25,6%	8	16,0%
OUTRAS FONTES	1	0,1%	0	0,0%
TOTAL	1.540	100,0%	50	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

ESTRUTURA FÍSICA

A infraestrutura física dos CREAS deve assegurar a acolhida e a escuta qualificada dos usuários em ambiente acolhedor com espaços para atendimento familiar, individual ou em grupo, em condições de sigilo e privacidade. A localização requer facilidades de acesso, assim como a identificação do CREAS deve estar visível ao público em geral e informar à população sobre os serviços oferecidos, as situações atendidas e seu horário de funcionamento. Os espaços também devem estar estruturados de maneira a garantir o acesso, o conforto e a segurança das pessoas com deficiência, idosos, gestantes e crianças, e, ainda, assegurar ambientes internos seguros e restritos para guarda e manutenção dos registros e documentos, eletrônicos ou não.

A primeira análise que se faz sobre a estrutura dos imóveis, sob a ótica ideal para o funcionamento de um CREAS, é tentar esboçar o perfil deles, especialmente se são próprios ou alugados e se são exclusivos ou compartilhados.

Neste contexto, cabe ressaltar que a maior parte dos CREAS funciona em imóveis alugados, sendo 64% dos CREAS municipais e 56% dos regionais. A concentração de CREAS instalados em imóveis próprios somente é majoritária nas Metrópoles.

As orientações para a instalação do CREAS sugerem que o imóvel seja de uso exclusivo; contudo, admite o compartilhamento com outras unidades, desde que mantidos espaços exclusivos à realização de suas atividades. O Censo demonstrou a predominância do uso exclusivo dos imóveis em 64,7% dos CREAS, contra 35,3% de unidades com uso compartilhado. Comparando-se os perfis municipal e regional, registra-se a semelhança entre as distribuições.

Dos CREAS instalados em imóveis próprios, 54,6% são os que conjugam seus espaços com outros órgãos. O destaque maior está entre os imóveis alugados, onde a maioria é de uso exclusivo (apenas 24,8% são de uso compartilhado).

TABELA 8: NÚMERO E PERCENTUAL DE CREAS POR USO DO IMÓVEL SEGUNDO A SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL – BRASIL, 2010

IMÓVEL		EXCLUSIVO	COMPARTILHADO	TOTAL
PRÓPRIO	N.ABS.	225	271	496
	%	45%	55,6%	100,0%
ALUGADO	N.ABS.	766	252	1.018
	%	75,2%	24,8%	100,0%
OUTROS	N.ABS.	38	38	76
	%	50,0%	50,0%	100,0%
TOTAL	N.ABS.	1.029	561	1.590
	%	65,7%	35,3%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Por outro lado, cabe abordar também a questão da acessibilidade a estas unidades, tendo em vista o público-alvo dos CREAS e a obrigação destes centros em prestar atendimento adequado também a pessoas portadoras de deficiência, as quais, muitas vezes, vivem em condições de grande vulnerabilidade social.

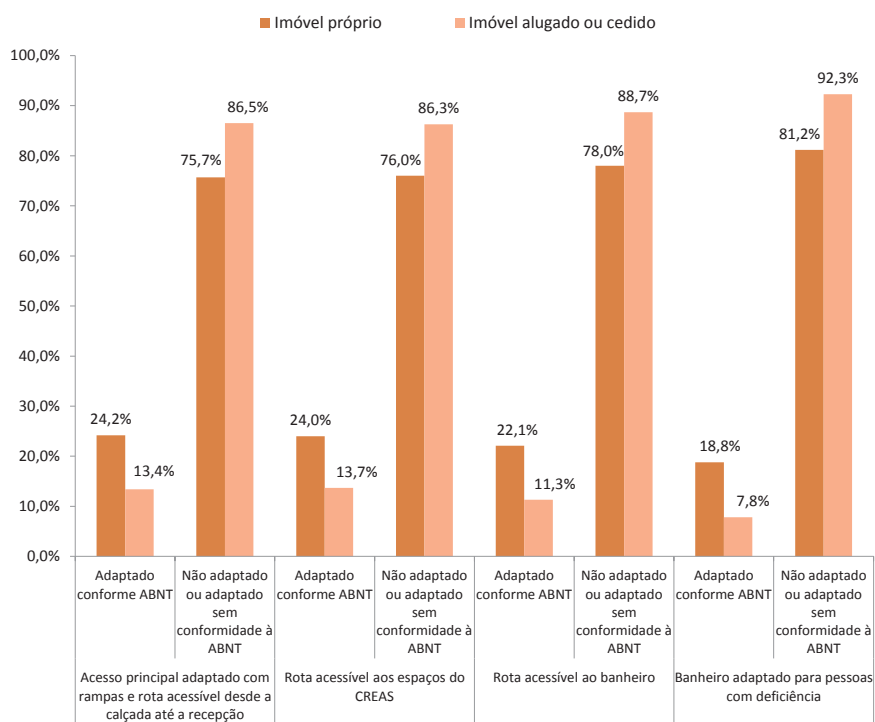
Neste contexto, abarcando as condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e idosos, identifica-se, sob a qualificação do porte populacional, que os CREAS localizados em Metrôpoles se sobressaem com os melhores indicadores, em especial, no que se refere ao item “banheiro adaptado”, atingindo 41% dos centros instalados em municípios com mais de 900 mil habitantes.

Na ótica da situação do imóvel, se próprio ou alugado, registra-se que a infraestrutura de acessibilidade é superior nos imóveis próprios (da prefeitura ou cedidos pelo governo estadual) sob todos os aspectos levantados na pesquisa. Dentre os 496 CREAS instalados em imóveis próprios, em torno de 18% deles têm acessibilidade em todas as dimensões pesquisadas, contrapondo-se à condição dos imóveis alugados ou em outra situação, que totalizam 1.094 unidades, onde apenas menos que 13% cumprem todos os requisitos de acessibilidade indagados.

Com base nas recomendações de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência, definidas na norma da ABNT (NBR 9050), verificou-se que, dentre os 1.590 CREAS cadastrados, as condições de acessibilidade para pessoas idosas

e com deficiência são mais favoráveis com relação ao acesso principal e à rota aos principais espaços internos do CREAS. De fato, 24,2% dos CREAS possuem acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção, entretanto somente 7,8% da rede especializada instalada em imóveis não próprios apresenta banheiros adaptados.

GRÁFICO 19: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CREAS SEGUNDO ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE E SITUAÇÃO DO IMÓVEL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Dentre os materiais e equipamentos requeridos para o funcionamento das unidades CREAS, destacam-se a existência e/ou quantitativo de computadores, além de outros equipamentos e materiais que qualificam os trabalhos realizados, tais como: material multimídia, impressora e acesso à internet. Objeto de levantamento em separado no questionário, o equipamento mais presente nos CREAS é o computador, com 4.430 unidades, simbolizando, em média, 2,79 unidades por

CREAS. Ao comparar o quantitativo de computadores com o de recursos humanos dos CREAS, considerando o universo de 14.662 funcionários, verifica-se a proporção média de 3,3 funcionários por computador.

A presença de computadores nos CREAS está quase universalizada, posto que 97,9% destas unidades possuem ao menos um computador. Especificamente, 22,2% apresentam-se com 4 ou mais computadores por CREAS; 32,1%, entre 2 e 3 computadores e 43% das unidades possuem apenas um computador. Destaca-se que 2,1% dos CREAS não possuem computador.

Observando a distribuição percentual de CREAS em relação ao acesso à internet, registra-se que 16,4% das unidades possuem 4 ou mais computadores conectados à internet, contrapondo-se a 41,1% com apenas um computador interligado. Ressalta-se que 18,3% dos CREAS não estão conectados à internet.

Dentre os equipamentos e materiais existentes nos CREAS, destaca-se a presença de impressoras em 91% dos centros. Presentes em mais de 50% dos CREAS identificam-se o telefone, o material didático-pedagógico, os brinquedos, os veículos, a televisão, o DVD/videocassete e os equipamentos de som. A filmadora está presente em apenas 108 unidades, o que corresponde a 7% dos CREAS, sendo o equipamento menos comum nestes centros dentre os pesquisados no Censo SUAS.

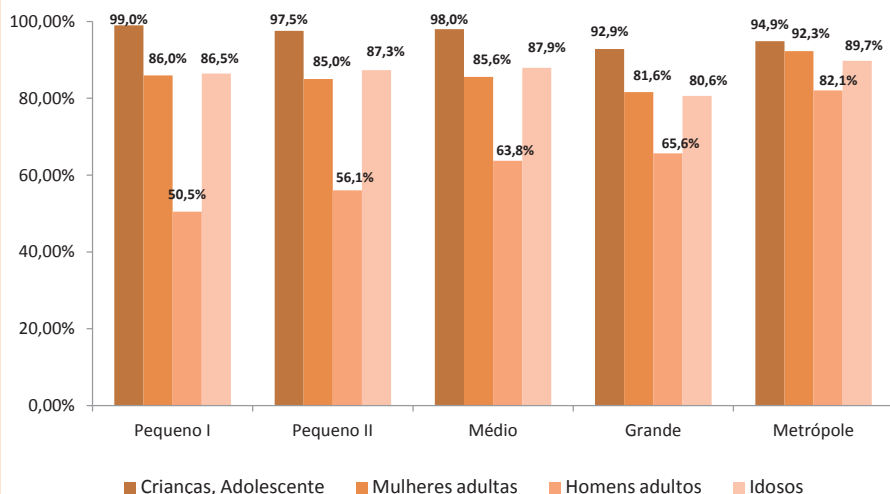
CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS

Constituem-se ofertas do CREAS os serviços a seguir identificados, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instrumento pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na Resolução nº 109/2009:

- SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI);
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC);
- SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL; E,
- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.

O PAEFI, que deve ser ofertado por toda a rede CREAS, compreende atenções e orientações voltadas à promoção de direitos, preservação e fortalecimento familiar, comunitário e social, prevendo, ainda, ações de proteção e acompanhamento a famílias vulneráveis ou submetidas a situações de risco pessoal e social. Do conjunto de 1.590 CREAS cadastrados em 2010, mais de 85% das unidades especializadas atendem a crianças, adolescentes, mulheres adultas e idosos, independentemente da situação de risco a que são submetidos. Os homens adultos são a minoria dos atendimentos realizados, mas já são atendidos por cerca de 60% do total da rede CREAS.

GRÁFICO 20: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CREAS POR CATEGORIA DE BENEFICIÁRIO DO ATENDIMENTO DAS SITUAÇÕES DE RISCO SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Observando as situações de risco a que são submetidas crianças e adolescentes, mulheres adultas e idosos, evidencia-se a participação da rede CREAS na oferta de serviços a esse subconjunto de público, com destaque às situações de violência física e psicológica como objeto mais frequente dos serviços realizados pelos centros, com abrangência acima de 70% nos CREAS.

É possível notar que o público de homens adultos, independentemente da situação de risco pessoal ou social, utiliza menos os serviços oferecidos pelos

CREAS, exceto no caso de situação de rua, no qual é o segundo público mais atendido (42,1%).

Verifica-se também que a maioria do público atendido pelos CREAS, em praticamente todas as situações de risco pessoal ou social avaliadas, é formada por crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual (93,8%), violência psicológica (92,1%) e violência física (90%).

Cabe ressaltar ainda que a situação menos atendida pelos CREAS é o tráfico de pessoas (80%), seguida pela discriminação em decorrência de raça/etnia (63,9%) e discriminação em decorrência da orientação sexual (50,8%).

TABELA 9: NÚMERO DE CREAS QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MULHERES ADULTAS, HOMENS ADULTOS E IDOSOS SEGUNDO O TIPO DE ATENDIMENTO DAS SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL OU SOCIAL – BRASIL, 2010

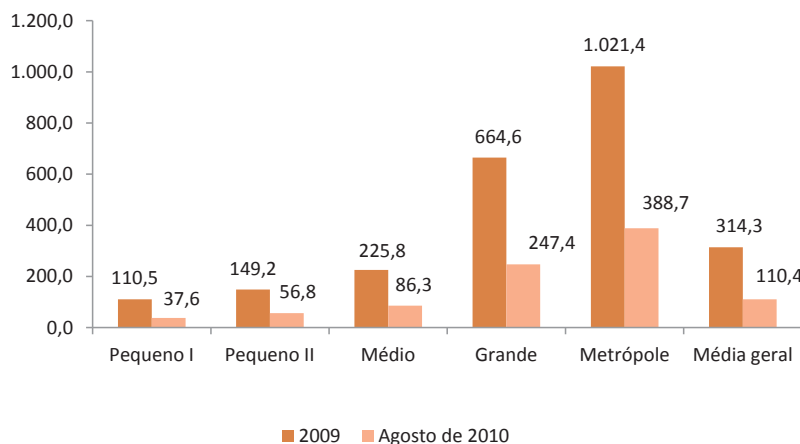
SITUAÇÕES ATENDIDAS PELO PAEFI		CRIANÇAS, ADOLESCENTES	MULHERES ADULTAS	HOMENS ADULTOS	IDOSOS	NÃO ATENDE
VIOLÊNCIA FÍSICA	N.ABS	1.431	1.192	375	1.132	83
	%	90,0%	75,0%	23,6%	71,2%	5,2%
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	N.ABS	1.464	1.172	456	1.139	76
	%	92,1%	73,7%	28,7%	71,6%	4,8%
ABUSO SEXUAL	N.ABS	1.492	712	204	454	81
	%	93,8%	44,8%	12,8%	28,6%	5,1%
EXPLORAÇÃO SEXUAL	N.ABS	1.398	444	144	268	177
	%	87,9%	27,9%	9,1%	16,9%	11,1%
NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO	N.ABS	1.431	0	0	1.167	88
	%	90,0%	0,0%	0,0%	73,4%	5,5%
TRÁFICO DE PESSOAS	N.ABS	309	183	0	0	1.267
	%	19,4%	11,5%	0,0%	0,0%	79,7%
TRABALHO INFANTIL	N.ABS	1.248	0	0	0	342
	%	78,5%	0,0%	0,0%	0,0%	21,5%
SITUAÇÃO DE RUA	N.ABS	814	619	670	624	573
	%	51,2%	38,9%	42,1%	39,2%	36,0%
DISCRIMINAÇÃO EM DE-CORRÊNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL	N.ABS	673	446	411	264	807
	%	42,3%	28,1%	25,8%	16,6%	50,8%
DISCRIMINAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA RAÇA/ETNIA	N.ABS	538	387	330	335	1.016
	%	33,8%	24,3%	20,8%	21,1%	63,9%

* 100% = 1.590; FONTE: CENSO SUAS 2010

Quanto ao volume de atendimentos realizados pelo PAEFI, verifica-se o indicativo de 367.364 casos atendidos em todo o ano de 2009, sendo que, somente em agosto de 2010, foram registrados 161.016 casos em acompanhamento. A média anual por unidade de CREAS no ano de 2009 foi de 314,25 casos e a média levantada em agosto de 2010 apontou para 110,44 casos em atendimento, o que induz ao entendimento de que a maioria dos casos tem um período médio de acompanhamento de 4 meses.

É possível observar que, na categoria Metrópole, a média de atendimento   três vezes superior   nacional. Nos municípios de menor porte, a situação se inverte quase na mesma intensidade. Enquanto, em 2009, os casos atendidos nos CREAS de municípios de portes Pequeno I e Pequeno II foram inferiores a 150, em agosto de 2010, as médias de casos de atendidos foram de 37,64 e 56,77, respectivamente.

GRÁFICO 21: VOLUME MÉDIO DE CASOS ATENDIDOS PELO PAEFI, EM 2009 E EM AGOSTO DE 2010, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Sob o cenário regional, as regiões Sudeste e Sul são responsáveis pelo maior volume de casos do PAEFI, considerando tanto as médias anuais, de 414,89 e 370,40, respectivamente, como as médias mensais verificadas em agosto de 2010 – 183,75 casos na região Sudeste e 115,53 casos na região Sul.

O Serviço Especializado em Abordagem Social, ofertado de forma continuada e programada, tem como finalidade assegurar o trabalho social de abordagem e a busca ativa para identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras, em estradas, fronteiras e espaços públicos de modo geral, como aqueles de intensa circulação de pessoas, tais como comércio, terminais de trens, ônibus e metrô. Registra-se que, do total de 1.590 CREAS, 1.003 unidades distribuídas em todo o Brasil realizam o serviço de abordagem social.

TABELA 10: NÚMERO DE CREAS QUE REALIZAM O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS – BRASIL, 2010

GRANDE REGIÃO E BRASIL	REALIZAÇÃO DE ABORDAGEM SOCIAL				TOTAL
	NÃO ATENDE	APENAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	APENAS COM A POPULAÇÃO ADULTA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES E POP. ADULTA	
NORTE	43	33	1	66	143
NORDESTE	186	76	5	319	586
SUDESTE	166	21	24	200	411
SUL	119	16	15	118	268
CENTRO-OESTE	73	13	8	88	182
BRASIL	587	159	53	791	1.590

FONTE: CENSO SUAS 2010 – CREAS

Dentre as ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais do CREAS, observa-se que 70% dos centros realizam pelo menos 18 atividades das 21 inerentes ao PAEFI, destacando-se que apenas 9,8% dos CREAS atuam em todas as atividades desse serviço.

No que tange às atividades desenvolvidas com autores de agressão de violência intrafamiliar, cabe ressaltar que dos 1.590 CREAS cadastrados no levantamento em 2010, menos da metade presta este tipo de serviço socioassistencial.

Outros dois serviços são prestados pelos CREAS: o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e o de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Ambos promo-

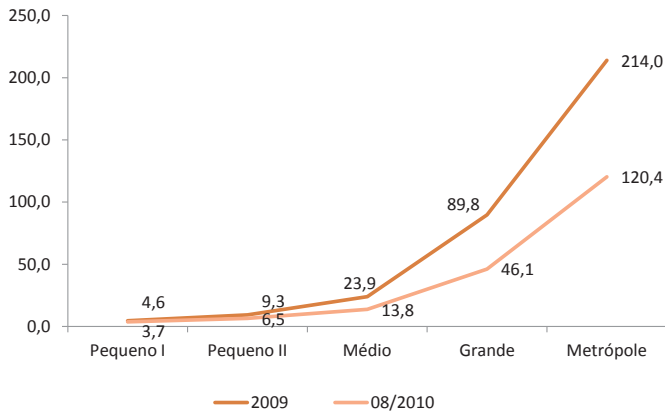
vem atenção socioassistencial e o acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por decisão judicial.

De acordo com o Censo SUAS, 1.099 centros especializados promovem tais serviços no país. Desses centros, apenas 8,4% estão instalados na região Norte e 14,4% na região Centro-Oeste. Entretanto, cabe assinalar que a representatividade é de 65% e 86,8%, respectivamente, considerando o quantitativo de CREAS instalados em cada uma destas regiões. As regiões Nordeste e Sudeste apresentam as maiores frequências de centros prestadores de serviços de LA e PSC, mas relativamente ao conjunto instalado em cada região, apenas 53% dos centros da região Nordeste executam tais serviços e, no Sudeste, o serviço está presente em quase 75% dos centros instalados.

Com referência aos serviços de LA bem como de PSC, um aspecto positivo é inferido dos resultados analisados: há um aumento da representatividade dos CREAS que realizam o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, quando se compara os momentos da pesquisa, verificando-se um incremento médio de 20%, em ambos os serviços, com relação a 2009.

Sintetizando os resultados por porte populacional e a média de adolescentes atendidos pelo serviço de LA, tem-se uma curva ascendente conforme aumenta o porte populacional do município, indicando uma grande concentração de adolescentes atendidos nos municípios de porte Metrópole.

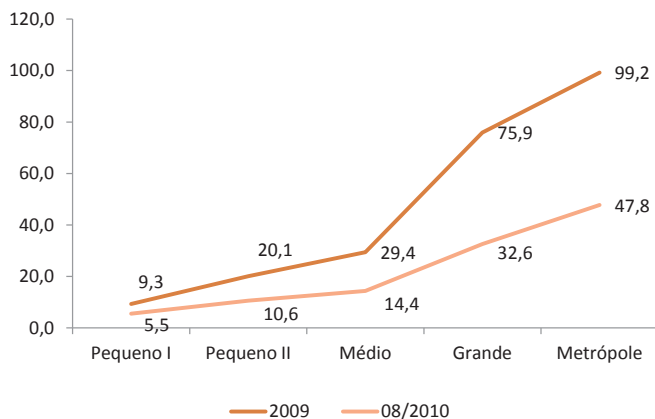
GRÁFICO 22: NÚMERO MÉDIO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO LA, NO ANO DE 2009 E NO MÊS DE AGOSTO DE 2010, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010



FORTE: CENSO SUAS 2010

A análise dos atendimentos de adolescentes em PSC revela comportamento semelhante, mas os CREAS nos municípios de porte Pequeno II e Médico participam deste cenário com mais destaque.

GRÁFICO 23: NÚMERO MÉDIO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PSC, NO ANO DE 2009 E NO MÊS DE AGOSTO DE 2010, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010



FORTE: CENSO SUAS 2010

A coordenação do trabalho social especializado abrange um conjunto de ações e atividades imprescindíveis à organização dos CREAS, que vão desde ações rotineiras relativas ao acompanhamento de suas atribuições até as de contínuo aperfeiçoamento para a melhoria da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados.

Em se tratando de gestão, na etapa que antecede à implantação do CREAS, o diagnóstico socioassistencial é peça fundamental para o dimensionamento adequado do território e da incidência de riscos e violações de direitos.

Com referência à representatividade dos CREAS que planejaram a implantação de suas unidades, 61,8% do total de 1.590 CREAS cadastrados em 2010 (equivalente a 983 unidades) possui diagnóstico das situações de risco e violações de direitos. Considerando o universo de CREAS existente por grande região, a região Norte é a que detém, relativamente, a maior representatividade de centros com diagnóstico elaborado das situações de risco e violações de direitos, ou seja, do total de 143 unidades cadastradas em 2010 nesta região, 68,5% (98 unidades) realizaram diagnóstico. As menores representatividades estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul, embora mereça destacar que em todas as regiões o patamar de elaboração de diagnóstico seja superior a 50% do total de CREAS.

No contexto abordado pelo levantamento, destaca-se que o uso de meio eletrônico para registro e manutenção das informações dos CREAS ainda é precário na rede especializada, confirmando a hegemonia da prática tradicional em manter o acervo das informações em arquivos de meio físico (92,6% dos CREAS).

ARTICULAÇÃO

Na efetividade do atendimento ofertado pelos serviços do CREAS estão a articulação eficiente com a rede local e regional, considerando a relação de interdependência do CREAS com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, bem como com os órgãos de defesa de direitos. A qualidade dos serviços oferecidos muitas vezes está amparada na capacidade de articulação da equipe do CREAS com outros atores da rede das demais políticas públicas, como a dos serviços de trabalho e renda e das instituições de ensino superior, como também

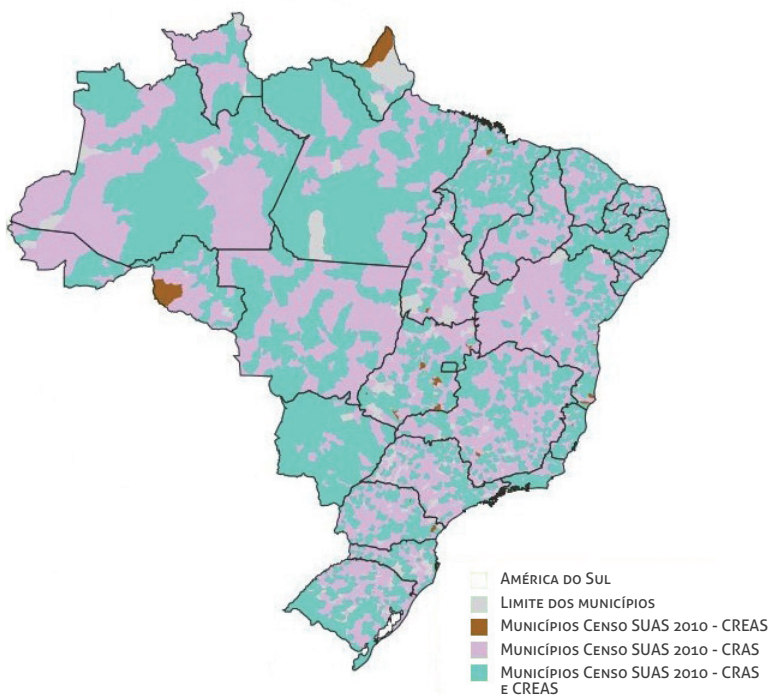
atores de outras organizações governamentais ou não, que atuam na defesa de direitos ou de mobilização social – como organizações da sociedade civil.

O Censo SUAS 2010 registra o grau intensivo das articulações com o CRAS e o Conselho Tutelar em quase todas as instâncias de interações, sempre em patamares superiores a 60%. As instituições de ensino e pesquisa, as ONGs que atuam nos setores de defesa de direitos e as que realizam projetos sociais são as que detêm menor interação com o CREAS – todas em patamares não superiores a 40%, considerando o tipo de articulação realizada. Quanto ao foco dos encaminhamentos, os Conselhos Tutelares são a principal origem dos encaminhamentos ao PAEFI, com 58,1% dos casos, seguido pelos órgãos ligados à defesa dos direitos, como o Ministério Público, e do próprio Poder Judiciário, que respondem por 13,3% e 8,1%, respectivamente, dos encaminhamentos aos CREAS.

Em intensidade um pouco menor, mas de forma significativa em quase todas as instâncias, estão as articulações com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e demais serviços da rede socioassistencial, bem como com os serviços da rede de saúde e da educação, atingindo índices próximos a 80% quando o serviço ou instituição existe no município, considerando as instâncias da articulação relativas ao recebimento e encaminhamento de usuários, assim como a troca de informações entre as partes.

A ausência de um serviço ou instituição associado às atividades realizadas pelo CREAS no município representa, certamente, um entrave para o desempenho nas articulações com estes serviços ou instituições. No ambiente do SUAS, a rede de proteção especial pressupõe a interação direta com a rede de proteção básica. Desta forma, ilustra-se, por meio do mapa 2, a combinação entre as redes instaladas de CRAS e CREAS, o que permite, na visualização territorial, identificar onde há cobertura dos equipamentos da proteção social, sinalizar a ausência de cobertura, e, ainda, as unidades municipais com CREAS implantados onde inexistente uma unidade de CRAS. Registra-se o total de 29 municípios com CREAS e sem CRAS, distribuídos em todas as regiões brasileiras, sendo mais representativo o estado de Goiás e a região Sul.

MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS COM CRAS E CREAS – BRASIL, 2010



FONTES: CENSO SUAS 2010 E MAPA DGI/SAGI

RECURSOS HUMANOS

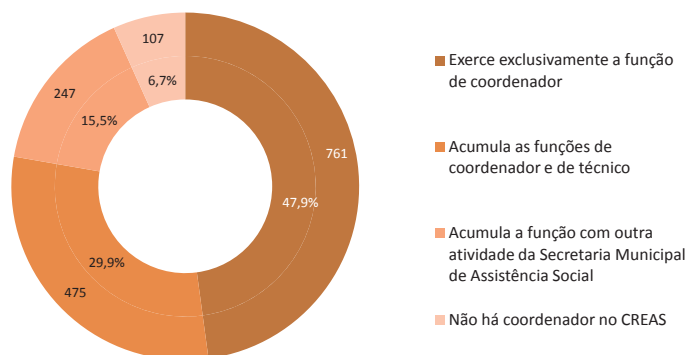
A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e da valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS, considerando a gestão do trabalho como uma questão estratégica no alcance dos objetivos na PNAS de 2004. A equipe técnica deve estar adequada à complexidade das situações atendidas e estar qualificada à altura dos conhecimentos e habilidades que sejam compatíveis com a natureza e os objetivos dos serviços ofertados, bem como as atribuições exercidas no CREAS.

Neste contexto, a figura do coordenador no universo da rede especializada de atendimento é de fundamental importância para o pleno funcionamento da unidade.

Sob a ótica da coordenação dos CREAS, constata-se a presença do coordenador em 1.483 unidades, o equivalente a uma cobertura de 93,3% da rede nacional. Entretanto, somente parte deste contingente possui dedicação exclusiva às suas responsabilidades como coordenador, representando menos de 50% do total.

Os demais cargos de coordenadores, incidentes em 722 centros (45,4%), dividem suas atribuições como técnico do próprio centro ou em outras atividades na Secretaria Municipal de Assistência Social. Verifica-se, ainda, que em 107 CREAS – em torno de 7% do total – inexistente a função de coordenador, o que implica dificuldade para o devido cumprimento das funções essenciais da gestão municipal, no âmbito do SUAS, como orienta a NOB-RH/SUAS.

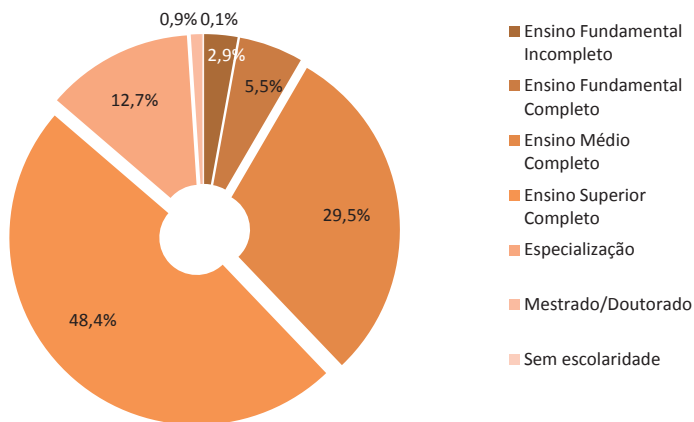
GRÁFICO 24: QUANTITATIVO DE CREAS SEGUNDO A FUNÇÃO DO COORDENADOR – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Com relação ao perfil de escolaridade dos Recursos Humanos dos CREAS, observa-se que o nível superior predomina como formação escolar da força de trabalho, com o peso de 62,1% dos servidores, enquanto o nível médio corresponde a 29,5%.

GRÁFICO 25: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS CREAS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Considerando os 14.643 profissionais que atuam na rede CREAS, a equipe técnica compõe-se de 3.372 assistentes sociais, 2.721 psicólogos, 1.205 pedagogos e 734 advogados, destacando as formações mais significativas do conjunto de corpo técnico identificado nos CREAS, além de 1.052 profissionais com outras formações de nível superior².

Observa-se a predominância dos assistentes sociais dentre as categorias profissionais de nível superior em todos os recortes populacionais de município.

2 INCLUINDO, NESTA CATEGORIA, OS PROFISSIONAIS COM ESPECIALIZAÇÃO, Mestrado e Doutorado, como se abstrai da variável "ESCOLARIDADE" levantada pelo questionário CREAS do Censo SUAS 2010.

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS CREAS SEGUNDO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS – BRASIL, 2010

PORTE POPULACIONAL	ASSISTENTE SOCIAL	PSICÓLOGO	PEDAGOGO	ADVOGADO	DEMAIS FORMAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR	PROFISSIONAIS DE NÍVEL DE APOIO (*)	TOTAL
PEQUENO I	398	357	208	136	111	823	2.033
PEQUENO II	654	569	260	192	180	924	2.779
MÉDIO	507	456	206	140	163	994	2.466
GRANDE	1.288	918	355	209	384	1.982	5.136
METRÓPOLE	525	421	176	57	214	836	2.229
TOTAL	3.372	2.721	1.205	734	1.052	5.559	14.643

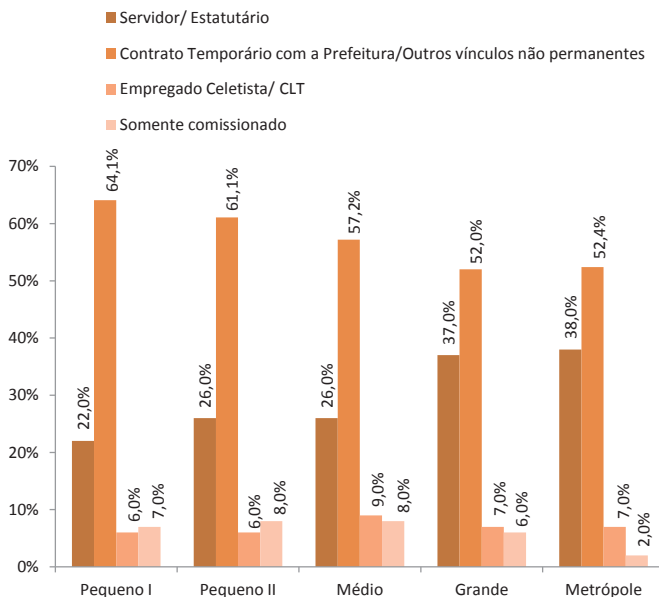
FONTE: CENSO SUAS 2010

(*) NOTA: ATRIBUIU-SE A DENOMINAÇÃO DE "NÍVEL DE APOIO" AOS PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL (COMPLETO OU INCOMPLETO), ALÉM DOS CLASSIFICADOS COMO "NÃO SE APLICA", CONFORME DEFINIDO NO QUESTIONÁRIO CREAS DO CENSO SUAS 2010.

Um aspecto importante a destacar são os vínculos empregatícios que os membros das equipes do CREAS detêm perante a unidade especializada em que atuam. Destaca-se o predomínio de funcionários com vínculos não permanentes nos CREAS, independentemente do porte populacional, ou seja, mais de 50% dos funcionários dos CREAS possuem ou contrato temporário com a prefeitura ou outro tipo de vínculo não permanente.

Os servidores estatutários, que representam 31% do total de funcionários nos CREAS, estão concentrados nos municípios de porte populacional Grande e nas Metrôpoles. Outro aspecto é que quanto maior o porte populacional, predominam as contratações por concurso e diminuem aquelas por vínculos não permanentes.

GRÁFICO 26: PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DOS CREAS POR VÍNCULO INSTITUCIONAL E PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010

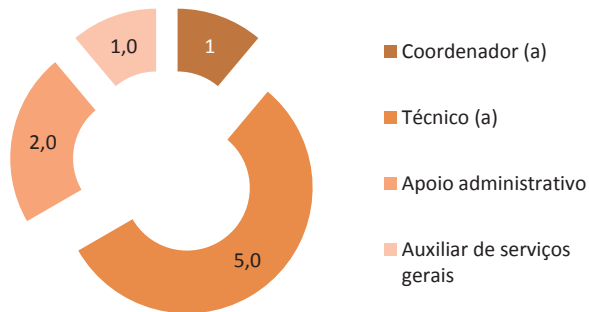


FONTE: CENSO SUAS 2010

NOTA: PARA EFEITOS DO GRÁFICO, FORAM AGREGADOS A "OUTROS VÍNCULOS NÃO PERMANENTES" OS TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS.

Registra-se ainda que, dos 14.643 profissionais que atuam nos CREAS, 49,2% são técnicos de graduação superior, alguns com especialização, mestrado e doutorado. Um aspecto positivo se observa sobre as ocupações da função de coordenador, em que 91,1% são de profissionais de nível superior, como recomenda a norma. A composição média das equipes dos CREAS é de 9,2 pessoas.

GRÁFICO 27: COMPOSIÇÃO MÉDIA DA EQUIPE DO CREAS SEGUNDO AS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

NOTA: PARA EFEITOS DO GRÁFICO, FORAM EXCLUÍDOS OS ESTAGIÁRIOS, QUE TOTALIZAM 612 FUNCIONÁRIOS.

Gestão Municipal

O Sistema Único de Assistência Social combina os esforços dos três níveis de governo para a execução e financiamento de seus programas, ações e serviços.

A Lei Orgânica da Assistência Social atribui aos municípios atividades como: destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais; efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral; executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local, dentre outras.

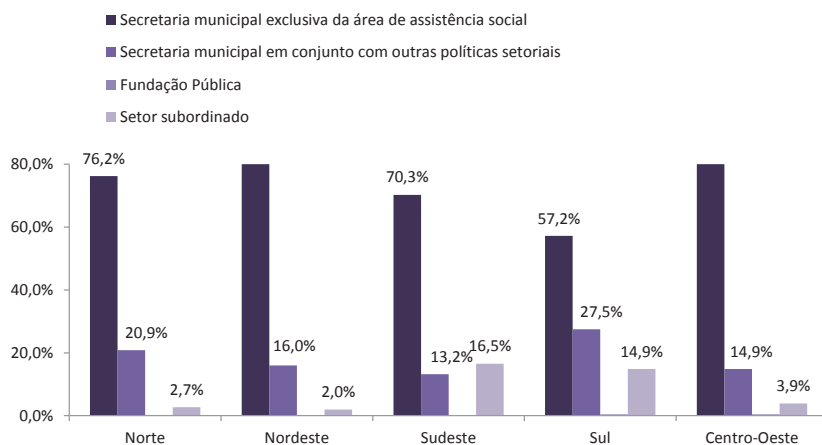
As competências dos municípios são organizadas a partir da NOB-SUAS, que estabelece os níveis de gestão municipal – inicial, básica ou plena –, atribuindo responsabilidades, requisitos e incentivos para cada nível.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em relação à estruturação da assistência social, percebe-se que a maior parte dos municípios do Brasil possui secretaria municipal exclusiva dessa área. No país, são 72,6% de secretarias municipais exclusivas, destacando-se as regiões Nordeste e Centro-Oeste com os percentuais mais altos, respectivamente, 82,0% e 80,8%.

É importante ressaltar que, embora esta seja uma característica, à primeira vista, positiva, para que se possa fazer essa afirmativa com segurança, caberia a realização de um estudo específico para analisar a influência da estrutura administrativa no desempenho dos programas, ações e serviços da assistência social.

GRÁFICO 28: ESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS CONFORME ARRANJO INSTITUCIONAL E REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

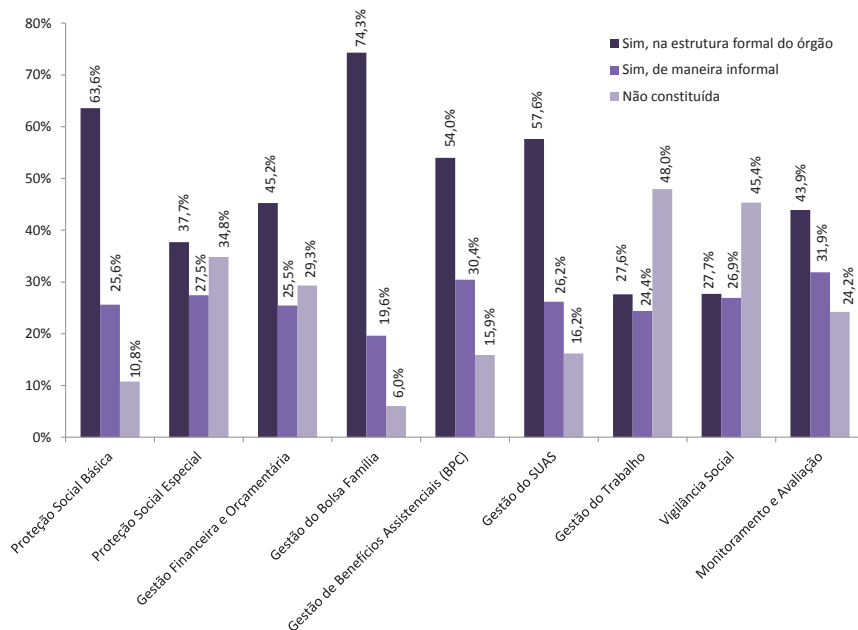


FONTE: CENSO SUAS 2010

Um dado sem dúvida importante, posto que mostra o grau de institucionalização da política de assistência social nos municípios de forma bastante clara, refere-se à formalização das áreas internas da assistência enquanto subdivisão administrativa das secretarias. Nesse sentido, as áreas que se apresentam como mais constituídas e formalizadas nos municípios brasileiros são: Gestão do Bolsa Família (74%), Proteção Social Básica (63,6%) e Gestão do SUAS (57,6%).

Por outro lado, percebe-se que há um bom caminho a ser percorrido, na medida em que o percentual de não formalização, ou pior, a existência de áreas não constituídas, é ainda elevado. Nessa perspectiva, destacam-se a Gestão do Trabalho (48%) e a Vigilância Social (45,4%) como áreas menos constituídas na Gestão Municipal enquanto divisão administrativa, e as áreas de Monitoramento e Avaliação (31,9%) e de Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC) (30,4%) como as menos formalizadas.

GRÁFICO 29: ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR FORMALIZAÇÃO ENQUANTO SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA – BRASIL, 2010

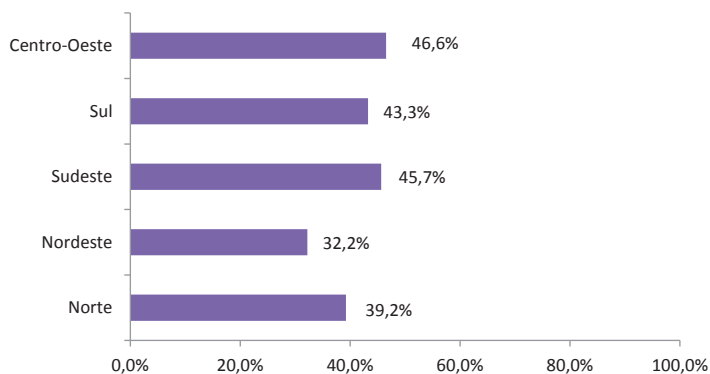


FONTE: CENSO SUAS 2010

Um dos aspectos considerados ao se analisar a estrutura municipal para gerir a política de assistência social é a utilização de sistemas de informação em razão da sua importância para o registro, a gestão de informações e o controle de processos, tanto no que se refere a procedimentos internos ao município como também em sua relação com estados e Governo Federal.

O que se pode notar claramente é que mais de 40% dos municípios das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul utilizam sistemas de informação para gerir a política de assistência social. Essa cifra diminui para aproximadamente 35% no caso das regiões Norte e Nordeste.

GRÁFICO 30: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRÓPRIO PARA GERENCIAR A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEGUNDO A REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

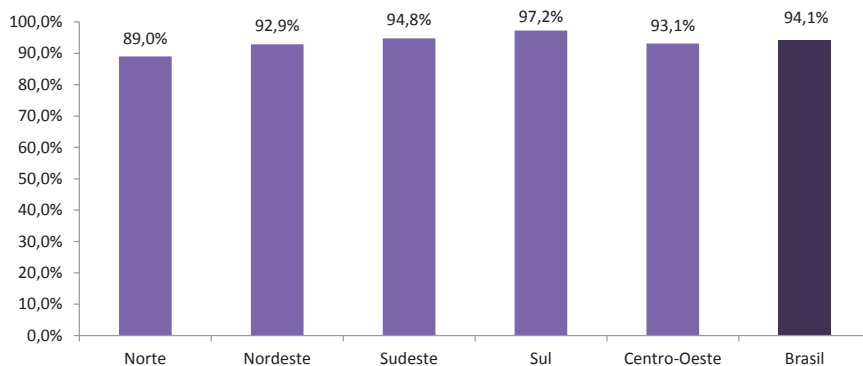


FONTE: CENSO SUAS 2010

De maneira geral, pode-se dizer que os percentuais estão aquém do que seria desejável. Contudo, em que pese a carência de infraestrutura e de recursos que caracteriza muitos municípios brasileiros, espera-se observar um aumento dessa cifra nos anos subsequentes, dadas as necessidades prementes em termos de melhora na implementação das políticas de assistência social e a preocupação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de fomentar melhorias na gestão de programas, ações e serviços em estados e municípios.

Em relação à existência de Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), importante instrumento de planejamento e direcionamento das ações nessa área em nível local, verifica-se sua presença na larga maioria dos municípios de norte a sul do Brasil.

GRÁFICO 31: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS) POR REGIÃO E BRASIL – BRASIL, 2010

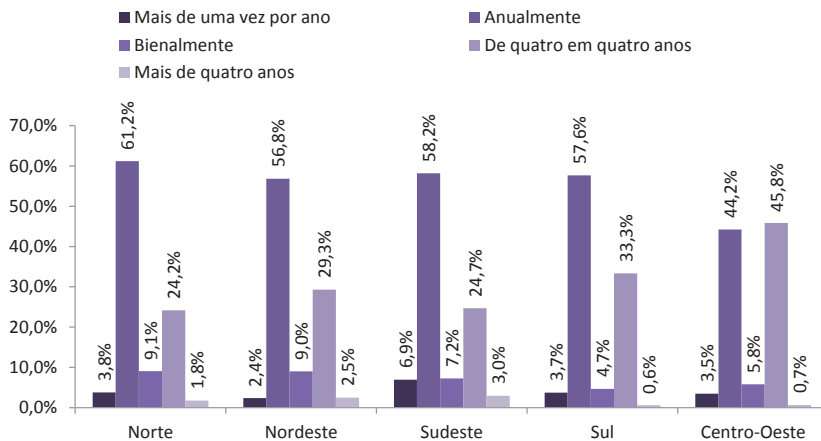


FORNTE: CENSO SUAS 2010

Contudo, tão importante quanto possuir um PMAS é a frequência com que ele é revisado e atualizado, pois fornece indicações sobre a dinâmica da implementação da política de assistência social no município.

Vale a pena destacar que, quando analisados os dados por região, percebe-se, em todas elas, uma concentração de municípios com revisões anuais do plano. Porém, quando verificados os percentuais somados dos municípios que afirmaram revisar o PMAS de quatro em quatro anos ou até em intervalo maior, chamam atenção os municípios das regiões Centro-Oeste, com 46,5%, e Sul, com 34%.

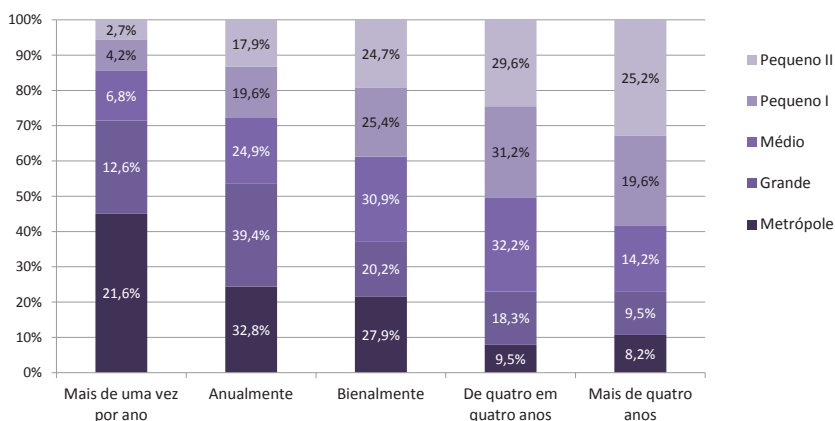
GRÁFICO 32: FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Ao analisar o mesmo aspecto segundo porte populacional, fica evidente o padrão de atualização do PMAS mais de uma vez por ano entre metrópoles e municípios grandes, com percentuais de 21,6% e 12,6%, respectivamente. Em sentido oposto, com revisões mais esparsas, observam-se os municípios menores de porte Pequeno I e Pequeno II.

GRÁFICO 33: FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR PORTE POPUCACIONAL – BRASIL, 2010

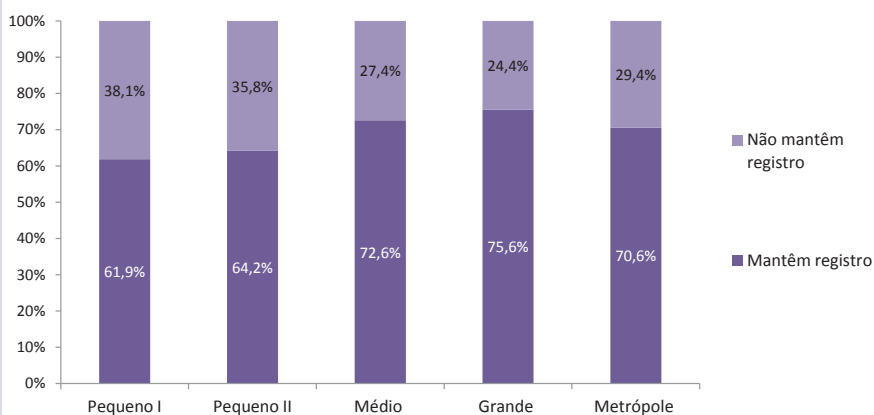


FONTE: CENSO SUAS 2010

Uma atividade relevante da gestão municipal se refere ao desenvolvimento de alguma forma de registro centralizado de casos de violação de direitos detectados ou atendidos pela rede socioassistencial. Embora o registro e a manutenção deles sejam parte do trabalho, por exemplo, da Proteção Especial nos CREAS, a existência de um registro centralizado, para onde as entidades da rede socioassistencial possam encaminhar esse tipo de informação, é importante tanto para que os dados sejam analisados – e, a partir disso, subsidiar o desenho e a implementação da política de assistência social municipal –, como também para municiar o estado e a esfera federal.

Ao analisar os perfis dos municípios, observa-se uma pequena variação entre os níveis de responsabilização pela manutenção dos registros entre os municípios de maior porte, sobressaindo os de porte Grande com o maior percentual de municípios com registros centralizados, na ordem de 75,6%. Recai-se sobre os municípios de menor porte a situação mais crítica, que se agrava à medida que se diminui o porte populacional, atingindo o índice de 38,1% dos municípios de porte Pequeno I que não mantêm os registros centralizados.

GRÁFICO 34: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE MANTÊM REGISTROS CENTRALIZADOS DOS CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DETECTADOS/ATENDIDOS PELA REDE SOCIOASSISTENCIAL POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

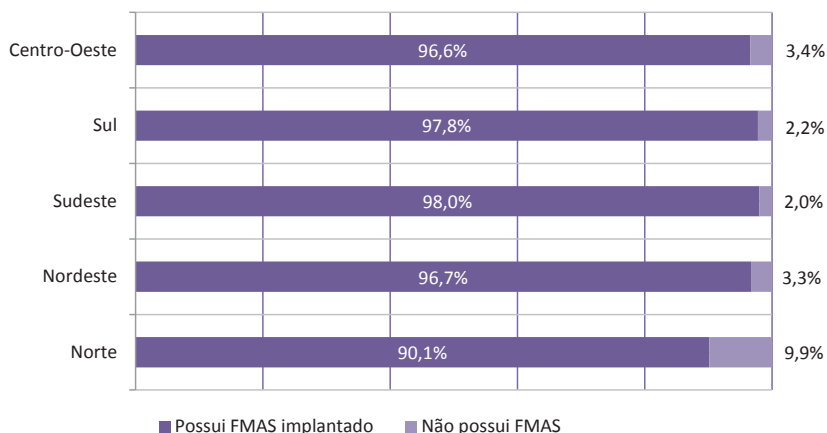
Percebe-se, claramente, que é menor o número de municípios de menor porte que mantêm estes registros.

A padronização de registros e a definição de fluxos para o caminho da informação podem fazer com que os percentuais apresentados se elevem consideravelmente. É fato que as informações existem, mas o cuidado com a guarda e manipulação da informação precisa ser estimulado.

GESTÃO FINANCEIRA

De acordo com o Censo SUAS, dentre os municípios que responderam ao Censo, cujo total atingiu 5.488 ou 98,6% dos 5.565 municípios brasileiros, 96,1% possuíam Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) implantado. Ao segmentar a análise por região, constata-se que esta presença é maior na região Sudeste, onde atinge 98%, e menor na região Norte, na qual remonta a 90,1%. Em outras palavras, seguindo o padrão relativo à existência de Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), a região Norte é aquela onde também há menor quantidade de FMAS. Portanto, é a região onde há menos municípios que não possuem o nível inicial de habilitação do SUAS, tendo como consequência a impossibilidade de receber repasses do Governo Federal, posto que não cumprem o que está prescrito no artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência Social.

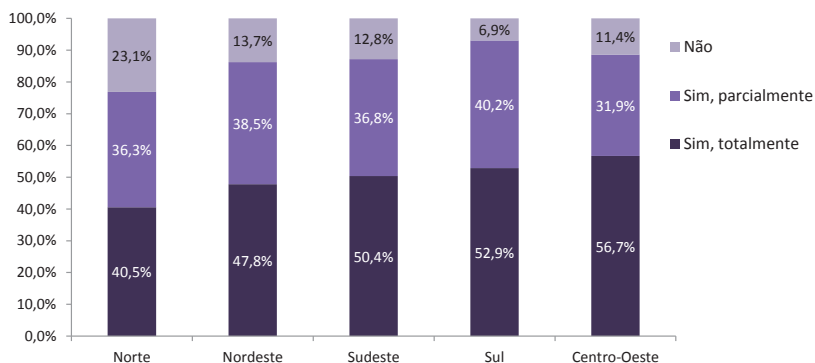
GRÁFICO 35: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM FMAS POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

O percentual de execução do orçamento pelo FMAS fornece indicadores acerca da capacidade de gestão dos municípios. O que se verifica é que o esforço de execução total é maior na região Centro-Oeste, onde 56,7% dos municípios lograram fazê-lo. Nas regiões Sul e Sudeste, pouco mais da metade dos municípios conseguiram executar todo o orçamento.

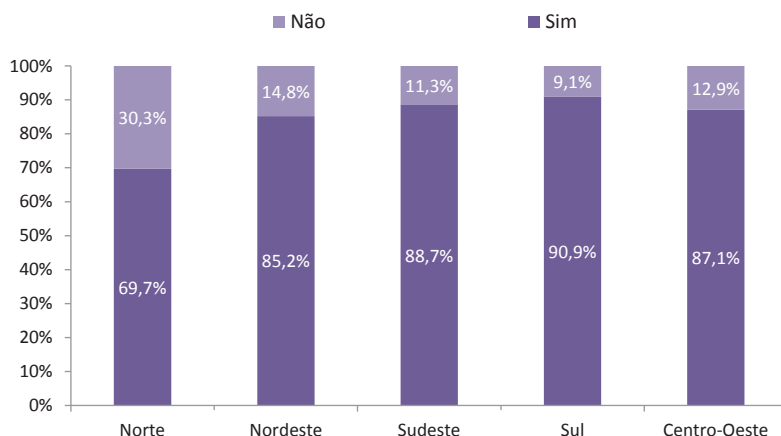
GRÁFICO 36: PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PELO FMAS SEGUNDO A REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Fator importante relativo aos Fundos Municipais de Assistência Social é sua caracterização enquanto unidade orçamentária, pois permite melhor planejamento e, teoricamente, contribui positivamente para a capacidade de execução. Nestes casos, as dotações são consignadas diretamente em seus programas e linhas orçamentárias, sobre as quais ele exerce poder discricionário. Não ser unidade orçamentária significa, basicamente, que o Fundo terá que executar seus recursos por intermédio de outra unidade da administração direta local e com poderes legalmente atribuídos para tal.

GRÁFICO 37: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ONDE O FMAS É UNIDADE ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO A REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



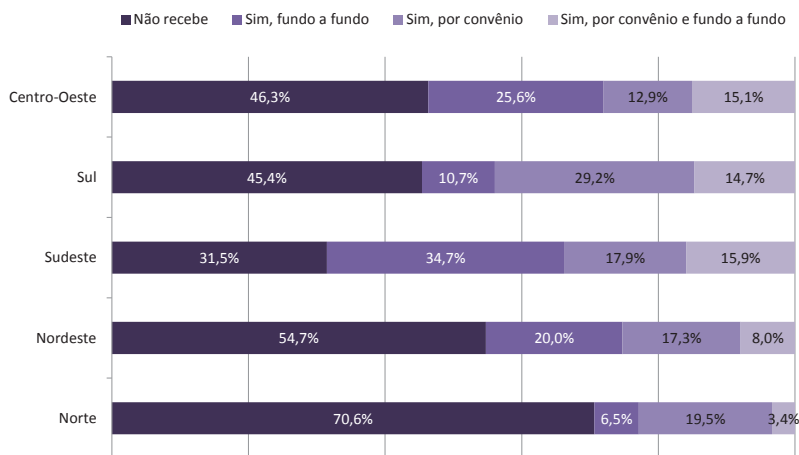
FORNTE: CENSO SUAS 2010

A região Norte possui o mais alto percentual de FMAS que não são unidades orçamentárias (30,3%); fator preocupante, visto que, além de ter percentualmente menos municípios com Fundo instituído, os que o têm não possuem essa característica.

Neste quesito, destacam-se as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com maiores percentuais de FMAS que são unidades orçamentárias (90,9%, 88,7% e 87,1%, respectivamente).

Quando observados os dados sobre cofinanciamento estadual, verifica-se na região Norte a menor frequência desta modalidade de financiamento (70,6%).

GRÁFICO 38: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE RECEBEM COFINANCIAMENTO ESTADUAL POR MODALIDADE SEGUNDO REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Em relação ao repasse fundo a fundo, destacam-se as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com, respectivamente, 34,7% e 25,6% de municípios cofinanciados nessa modalidade. No caso de repasse via convênio, tem-se ainda um percentual elevado na região Sul (29,2%), o que não se configura como um fato positivo, visto que este é um instrumento menos eficaz e mais custoso de transferência de recursos.

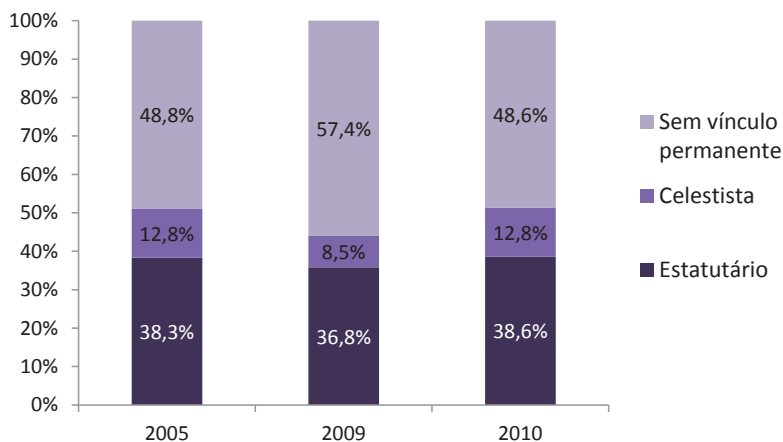
GESTÃO DO TRABALHO

Entre 2005 e 2010, percebe-se um aumento importante no quantitativo de trabalhadores da Assistência Social, que nesse período saiu de 139,5 mil em 2005, passando por 182,1 mil em 2009, chegando a 220,7 mil em 2010, perfazendo uma taxa de crescimento de 9,6% ao ano.

Isso é relevante, tendo em vista a preocupação presente em todas as esferas de governo no que se refere à gestão dos recursos humanos, englobando o tipo de vínculo, nível de escolaridade, capacitação etc., elementos que têm impacto significativo na qualidade das políticas públicas implementadas pelos entes públicos de uma forma geral.

Vínculos menos estáveis, como aqueles que se dão por meio de terceirização ou cargos comissionados, supostamente elevam o risco de descontinuidade das políticas governamentais, pois o conhecimento adquirido sobre as ações e programas acaba não permanecendo na organização.

GRÁFICO 39: EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO E ANO – BRASIL, 2010

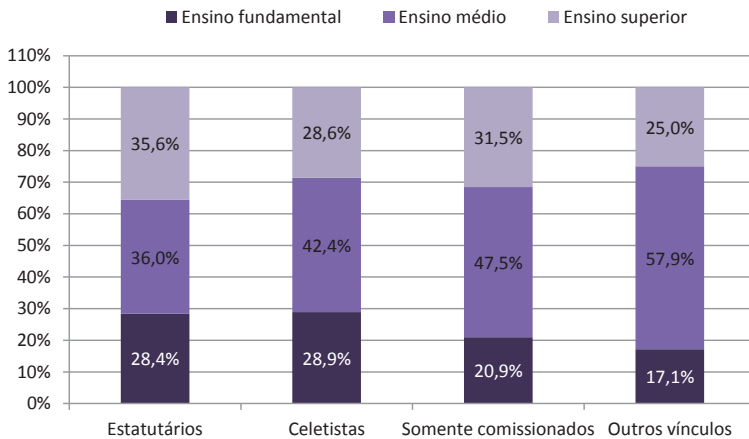


FONTE: CENSO SUAS 2010 (DADOS DE 2010) E MUNIC AS/IBGE (DADOS DE 2005 E 2009).

Contudo, não houve alterações significativas nos vínculos empregatícios destes trabalhadores, mantendo-se cerca de metade deles (48,6%) sem vínculo permanente em 2010.

Apesar do expressivo aumento de trabalhadores atuantes na assistência social ter sido acompanhado pelo aumento do grau de escolaridade – profissionais que têm nível superior passaram a 30,7% do total em 2010, contra 27% em 2005 –, verifica-se que, para qualquer tipo de vínculo empregatício, a maior parte da força de trabalho ainda possui ensino médio, com percentuais acima de 36% em todos os casos.

GRÁFICO 40: PERCENTUAL DE TRABALHADORES NA GESTÃO MUNICIPAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO – BRASIL, 2010

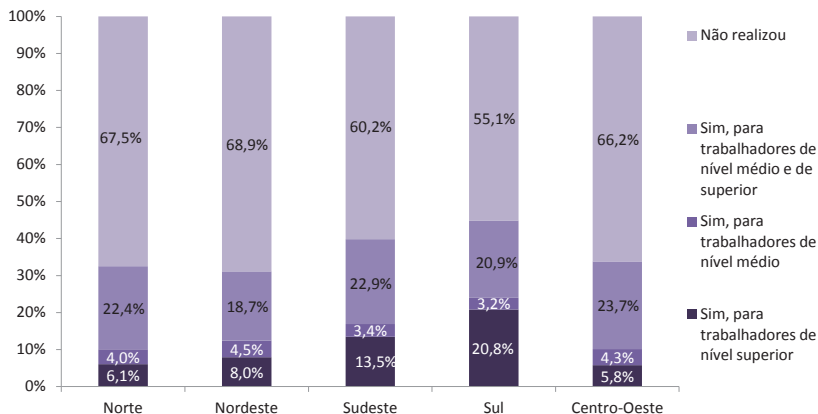


FORTE: CENSO SUAS 2010

No caso dos estatutários, verifica-se um percentual praticamente igual no nível médio e superior. Entre os celetistas – também um vínculo que garante “continuidade” –, a maior parcela dos trabalhadores (42,4%) é de nível médio.

Uma forma de sanar as necessidades de recursos humanos na área da assistência social nos municípios é a realização de concurso público.

GRÁFICO 41: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM CONCURSO PÚBLICO PARA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS ÚLTIMOS 3 ANOS POR REGIÃO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO CARGO – BRASIL, 2010

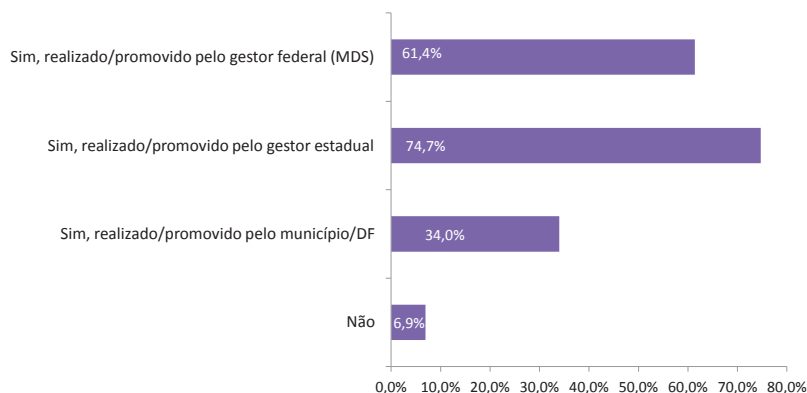


FORTE: CENSO SUAS 2010

Neste quesito, identificam-se as regiões Sul e Sudeste com maior percentual de municípios que fizeram concurso para nível superior, sendo, respectivamente, 20,8% e 13,5%. No outro extremo, verifica-se nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste um maior percentual de municípios que não realizaram concurso algum, respectivamente, 66,2%, 68,9% e 67,5%.

Além de realizar concursos, o poder público deveria manter uma política de capacitação de trabalhadores, considerando, dentre outros aspectos, as alterações legais relativas à política de assistência social.

GRÁFICO 42: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS CUJOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TIVERAM ACESSO A CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM 2009 E 2010 – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

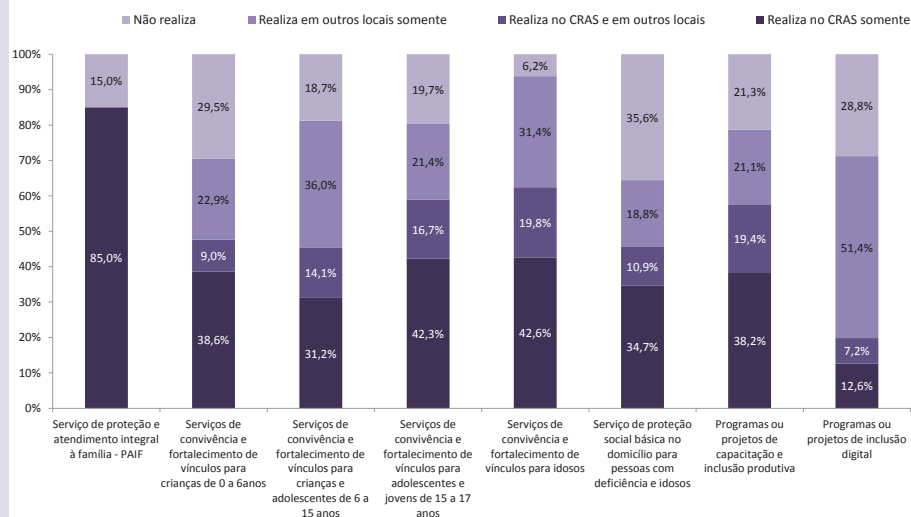
O que se verifica nos dados apresentados é um acesso elevado dos trabalhadores a cursos de capacitação, tendo como principais agentes promotores o governo estadual, com 74,7%, seguido pelo federal, com 61,4%.

GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

Em relação à “entrega” propriamente dita dos serviços e benefícios da assistência social, observa-se que o CRAS é o principal lócus de oferta do setor de assistência social. Esse equipamento se destaca em todas as modalidades, es-

pecialmente no que se refere ao PAIF, com 85%. Os serviços mais realizados em outros locais, como sede do órgão gestor, outra unidade pública ou entidade conveniada, são os programas ou projetos de inclusão digital (51,4%) e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (36%). Por sua vez, os serviços não realizados por um maior número de municípios são: serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos (35,6%) e serviço de conveniência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos (29,5%).

GRÁFICO 43: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – BRASIL, 2010

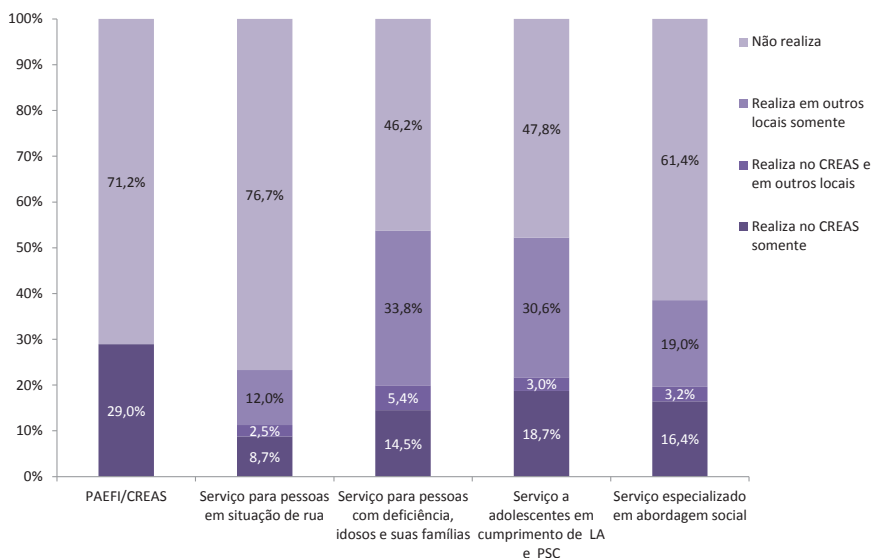


FONTE: CENSO SUAS 2010

*A OPÇÃO "OUTROS LOCAIS" É COMPOSTA POR: PRÓPRIA SEDE DO ÓRGÃO GESTOR, OUTRA UNIDADE PÚBLICA E ENTIDADE CONVENIADA.

No tocante aos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, há que se notar que a oferta é limitada na maioria dos municípios. O PAEFI, por exemplo, está presente em apenas 29% dos municípios. Os serviços para pessoas com deficiência e idosos estão entre os mais ofertados, presentes em mais de 60% dos municípios.

GRÁFICO 44: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – BRASIL, 2010



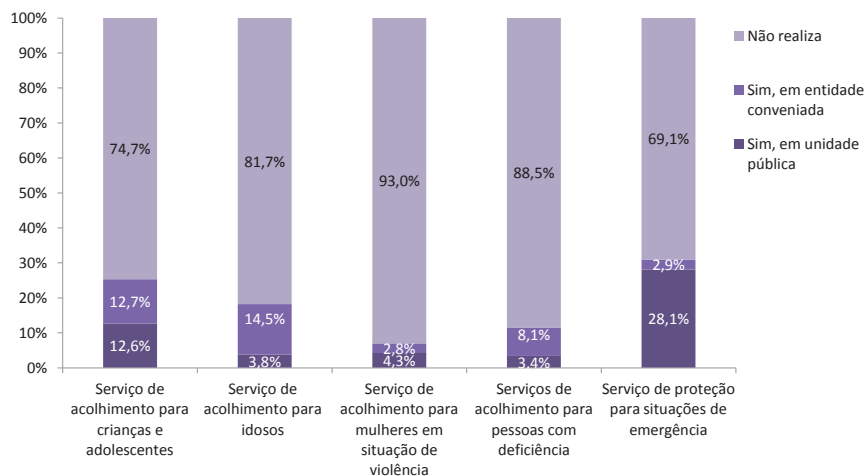
FONTE: CENSO SUAS 2010

*A OPÇÃO "OUTROS LOCAIS" É COMPOSTA POR: PRÓPRIA SEDE DO ÓRGÃO GESTOR, OUTRA UNIDADE PÚBLICA E ENTIDADE CONVENIADA.

A maioria dos municípios não realiza nenhum serviço de PSE de Alta Complexidade, especialmente o serviço de acolhimento para mulheres, serviço de acolhimento para pessoas com deficiência e serviços de acolhimento para idosos.

Dentre os serviços mais realizados, seja em unidade conveniada, seja em unidade pública, vale destacar o serviço de proteção para situações de emergência (30,9%) e o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (25,3%).

GRÁFICO 45: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Gestão Estadual

O Censo 2010 apurou, pela primeira vez, as características da gestão do SUAS na instância estadual, considerando suas atribuições na definição de prioridades, estratégias e ações do Estado para implantação do Sistema Único de Assistência Social em sua esfera do governo.

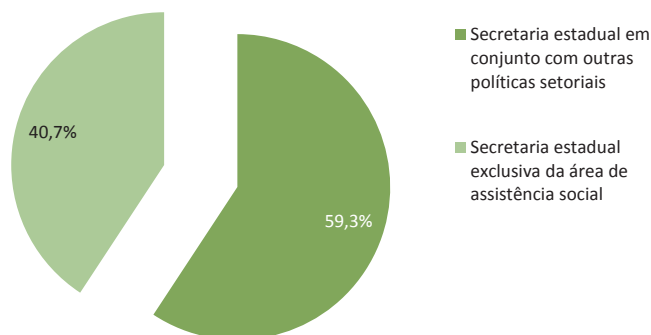
Dentre suas atribuições, cabe ressaltar a de prestar apoio técnico e financeiro aos municípios, como também a de ofertar os serviços de Proteção Social Especial, cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede social de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo estado.

O Censo referente à Gestão Estadual é composto por três dimensões distintas: estrutura administrativa, gestão financeira e gestão do trabalho. Seguem os principais resultados obtidos em cada dimensão analisada.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em oposição à gestão municipal, somente 40,7% dos estados possuem secretarias exclusivas de assistência social, enquanto 59,3% funcionam em conjunto ou subordinados a outras políticas setoriais.

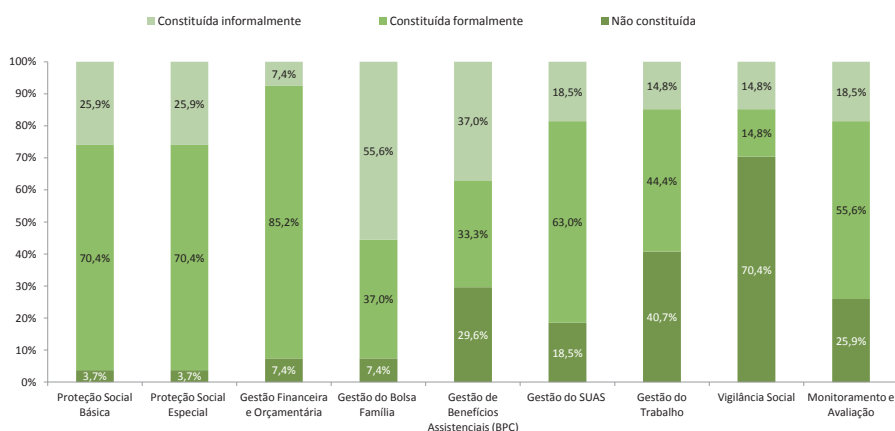
GRÁFICO 46: CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Com relação às áreas administrativas que constituem a estrutura do órgão gestor, as mais formalizadas são: Gestão Financeira e Orçamentária (85,2%), Proteção Social Básica (70,4%) e Proteção Social Especial (70,4%). Por outro lado, dentre as áreas administrativas constituídas informalmente, destacam-se: Gestão do Bolsa Família (55,6%) e Gestão de Benefícios Assistenciais (37%). Além disso, verifica-se que as áreas de Vigilância Social (70,4%) e Gestão do Trabalho (40,7%) estão pouco presentes nas Gestões Estaduais.

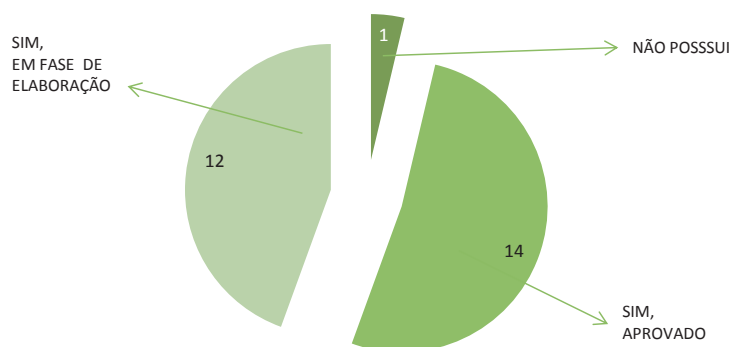
GRÁFICO 47: ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR FORMALIZAÇÃO ENQUANTO SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Praticamente metade dos estados não possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) finalizado (13 casos). Esse é um aspecto negativo, visto que, segundo o art. 30 da Lei nº 8.742/1993 (com as alterações da Lei nº 12.435/2011), é condição para os repasses aos municípios, estados e Distrito Federal a efetiva instituição e funcionamento, além de Conselho e Fundo, dos respectivos Planos de Assistência Social.

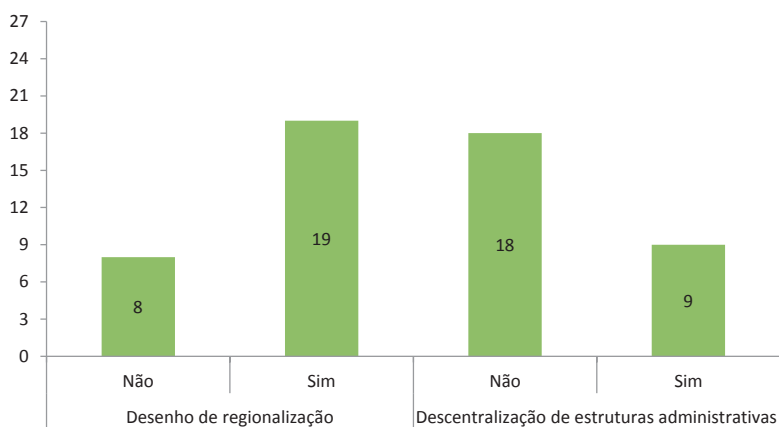
GRÁFICO 48: ESTADOS COM PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Verifica-se que 19 estados já elaboraram desenho de regionalização de seus municípios. Por outro lado, somente 9 estados afirmaram possuir estruturas administrativas descentralizadas.

GRÁFICO 49: EXISTÊNCIA DE DESENHO DE REGIONALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS DESCENTRALIZADAS – BRASIL, 2010

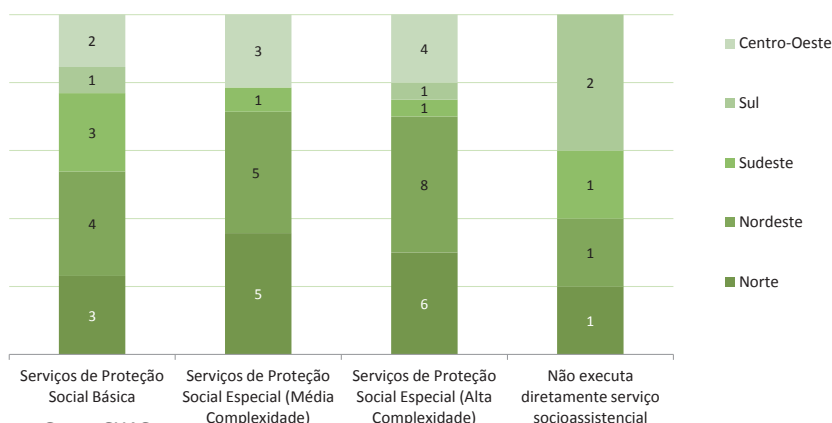


FONTE: CENSO SUAS 2010

Observa-se que muitos órgãos gestores ainda executam diretamente alguns serviços de assistência social e apenas 5 deles não realizam esses serviços. Os serviços de Proteção Social Básica são ofertados por 13 estados, enquanto os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são realizados por 14 deles e de Alta Complexidade por 20 estados.

As regiões Norte e Nordeste se destacam com maior número de estados prestadores direto dos serviços de assistência social.

GRÁFICO 50: NÚMERO DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM QUE O ÓRGÃO GESTOR EXECUTA DIRETAMENTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS – BRASIL, 2010



FORTE: CENSO SUAS 2010

Dentre as unidades federativas que informaram executar diretamente serviços de Proteção Social Básica, 4 delas não estão realizando transição desses serviços para os municípios e 8 estados relataram que fizeram a transição de apenas alguns dos serviços.

Embora haja perspectiva de mudança, é importante destacar que o estado não deve executar diretamente qualquer serviço da Proteção Social Básica.

Em relação à utilização de sistema informatizado para o gerenciamento da política de assistência social, observa-se que apenas 12 estados fazem uso do sistema, número pequeno em virtude dos benefícios trazidos para o gerenciamento e, em especial, o controle das políticas sociais. A região Sudeste se apresentou como a mais bem informatizada em comparação com o restante do país.

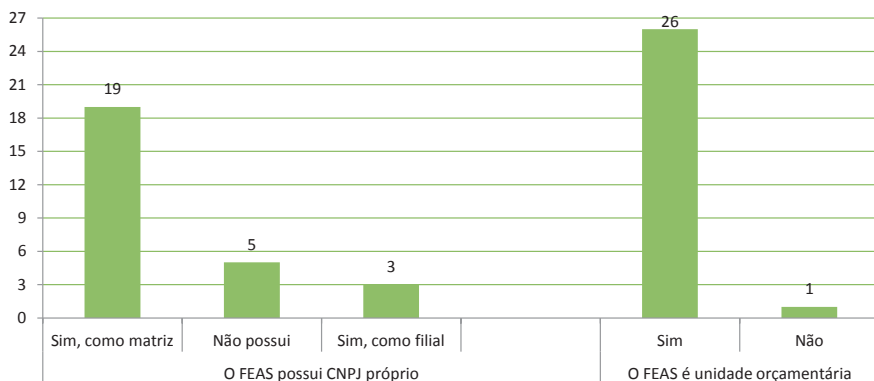
Dentre os estados que fazem uso de sistemas informatizados, verifica-se que estes são utilizados, basicamente, para registrar execução física/atendimentos (37%), unidades da rede socioassistencial pública (33,3%) e repasse de recursos (29,6%).

GESTÃO FINANCEIRA

A maioria dos Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS) possui CNPJ próprio, sendo que apenas 3 estados possuem o CNPJ como filial.

Há quase universalidade do FEAS como unidade orçamentária (26 estados), aspecto importante em termos de planejamento e capacidade de execução da gestão financeira.

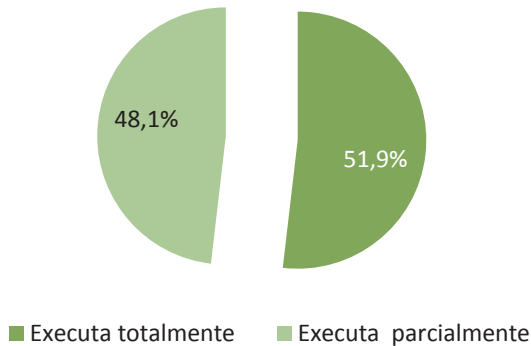
GRÁFICO 51: CARACTERIZAÇÃO DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

A execução parcial do orçamento da assistência social é realizada por 48,1% dos FEAS e a execução total do orçamento, por 51,9% dos casos. Além disso, em 74% dos FEAS, o secretário estadual de assistência exerce a função de ordenador de despesa e, em quase 19%, esta função é desempenhada por outro funcionário da Secretaria de Assistência Social.

GRÁFICO 52: EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO FEAS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Em relação à realização de cofinanciamento dos estados aos municípios, 40% das UFs utilizam preponderantemente convênios para a consecução de repasses e 26% empregam ambas as modalidades – fundo a fundo e convênio – para o repasse dos recursos.

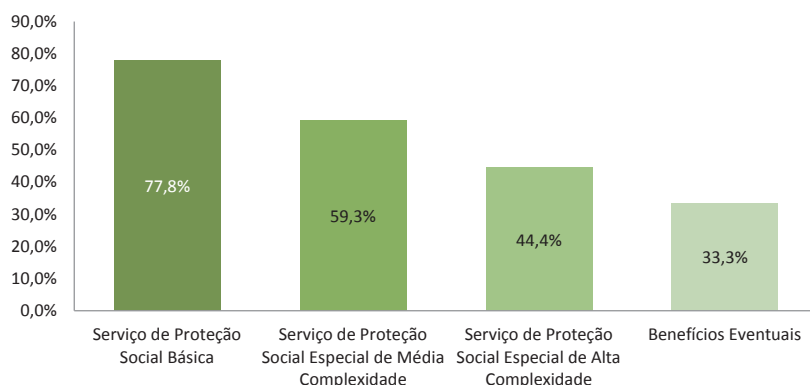
GRÁFICO 53: FORMAS DE REPASSES DOS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO FEAS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Os cofinanciamentos estaduais são destinados da seguinte forma: os serviços de Proteção Social Básica recebem recursos de 77,8% dos estados; os serviços de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, de 59,3% e 44,4% dos estados, respectivamente, e 33,3% das unidades da federação cumprem a atribuição de destinar recursos aos municípios para o custeio dos benefícios eventuais – tais como auxílios natalidade e funeral.

GRÁFICO 54: COFINANCIAMENTOS ESTADUAIS POR TIPO DE SERVIÇO E BENEFÍCIO – BRASIL, 2010



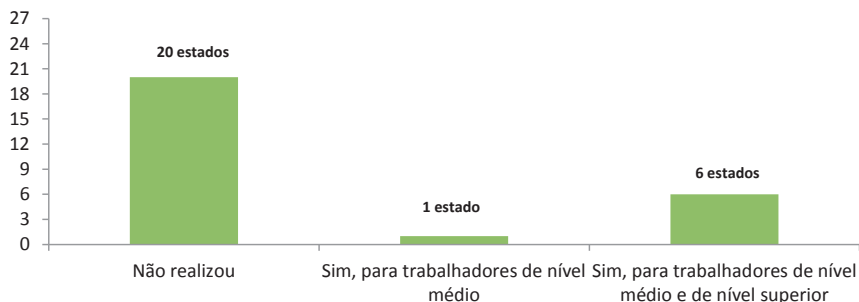
FONTE: CENSO SUAS 2010

GESTÃO DO TRABALHO

Ao comparar o tipo de vínculo dos recursos humanos que compõem as gestões estaduais, tem-se que, do conjunto de 21.761 profissionais atuando no país, 53% são estatutários, enquanto os celetistas representam apenas 1%. Os comissionados totalizam 22% e os sem vínculo atingem 24%. Analisando a situação nas unidades da federação, é possível verificar o predomínio de trabalhadores estatutários, atingindo maioria absoluta em 16 unidades.

No que se refere à realização de concursos públicos, a maior parte dos estados não realizou concurso para a contratação de trabalhadores, tanto de nível médio quanto de nível superior, nos últimos dois anos (2009 e 2010).

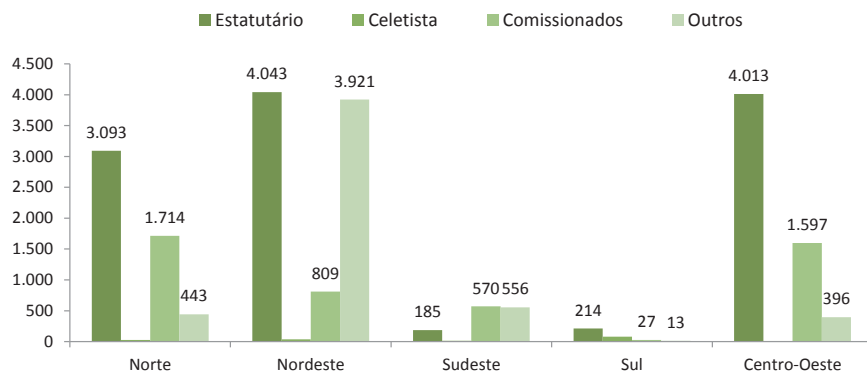
GRÁFICO 55: REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PELA GESTÃO ESTADUAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

De forma geral, existem regiões com o predomínio de trabalhadores estatutários e que têm realizado concursos públicos, como é o caso da região Centro-Oeste, onde 75% de suas UFs fizeram concursos entre os anos de 2009 e 2010, ao contrário de regiões como o Nordeste, onde há muitos trabalhadores estatutários, porém, na qual não se realizou concursos nos últimos anos.

GRÁFICO 56: TRABALHADORES DAS SECRETARIAS ESTADUAIS POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO E REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Conselhos Municipais

CONSELHOS MUNICIPAIS

Os conselhos gestores de políticas públicas são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Nesse sentido, além de serem canais efetivos de participação da sociedade encontrada nas três esferas do governo (federal, estadual e municipal), possuem o importante papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos de assistência social, especificamente, estão vinculados ao órgão gestor da assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros (Lei nº 8.742/1993, com as alterações da Lei nº 12.435/2011).

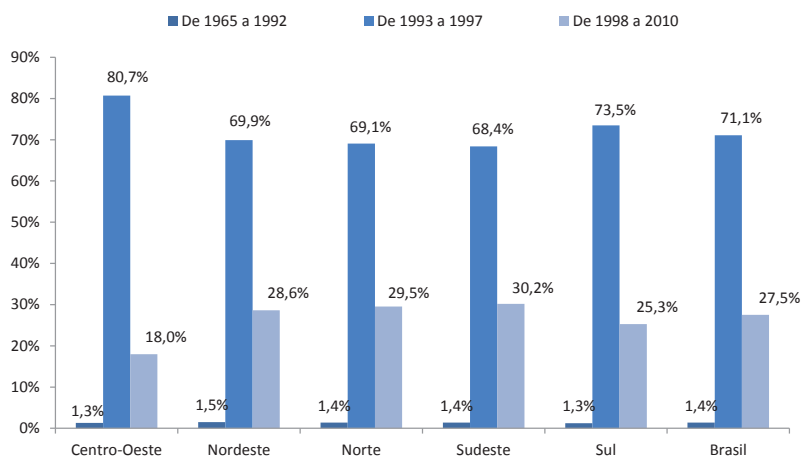
Constituem-se em instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, nas quais se exerce a participação e o controle social sobre os serviços socioassistenciais desenvolvidos nos municípios ou estados.

Os conselhos estaduais e municipais têm competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e distritais, e, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos estados, Distrito Federal e municípios, mediante lei específica.

CARACTERIZAÇÃO

O mapeamento, realizado pela primeira vez pelo Censo SUAS, mostrou que a maior parte dos municípios brasileiros – 94% – já possui conselhos, o que indica um avanço em termos de espaços de participação da sociedade civil para de alguma forma influenciar e fiscalizar a implementação das políticas públicas nessa esfera.

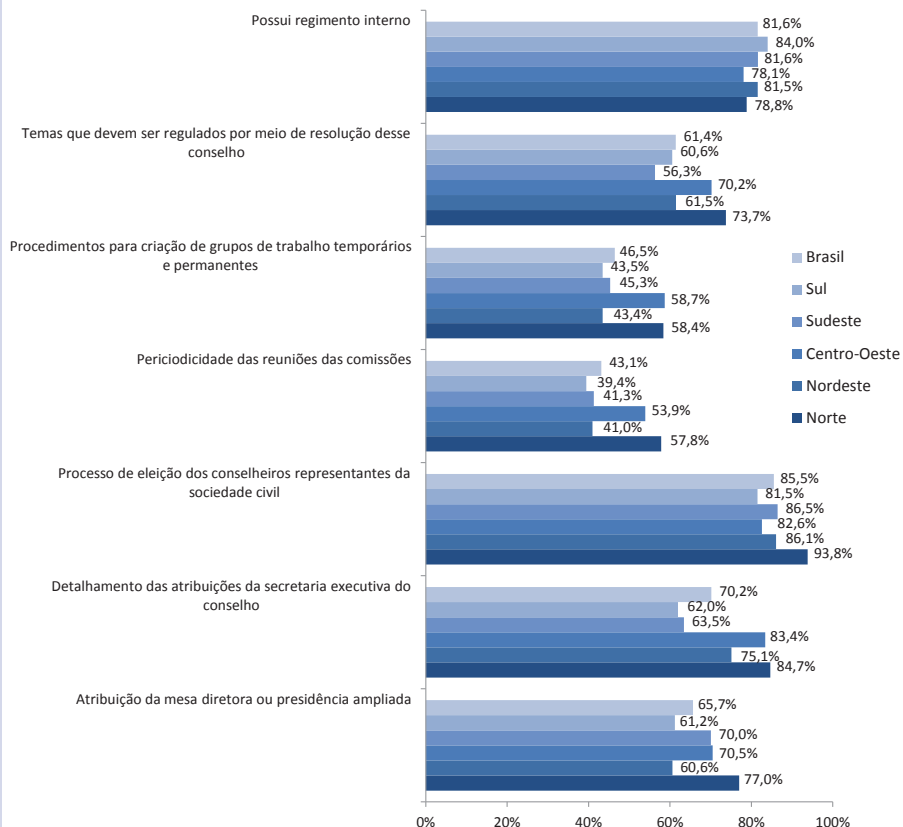
GRÁFICO 57: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO ANO DE CRIAÇÃO POR REGIÃO DO PAÍS E BRASIL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

De forma geral, a maior parte dos conselhos, em torno de 71,1%, surgiu no período de quatro anos após a promulgação da LOAS (7 de dezembro de 1993). De 1998 até 2010, ainda tem-se um percentual importante de criação dessas instâncias. Chama atenção o fato de a região Centro-Oeste ter sido a que mais concentrou o surgimento de conselhos no período imediatamente subsequente à LOAS (80,7%), seguida pela região Sul (73,5%).

GRÁFICO 58: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO REGIMENTO INTERNO POR REGIÃO E BRASIL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Dentre os conselhos municipais existentes, 81,6% possuem regimento interno como forma regulamentada de estruturação de seus processos internos e externos. Verifica-se a existência de alguns quesitos, nesse documento, considerados importantes para o funcionamento adequado dos conselhos, a saber: processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil (acima de 80%); detalhamento das atribuições da secretaria executiva do conselho (acima de 60%); atribuição da mesa diretora ou presidência ampliada (acima de 60%); temas que devem ser regulamentados por meio de resolução do conselho (acima de 55%), dentre outros. Contudo, os itens periodicidade das reuniões das

comissões (acima de 35%) e procedimentos para criação de grupos de trabalho temporários e permanentes (acima de 40%) são os que menos constam no regimento interno dos conselhos.

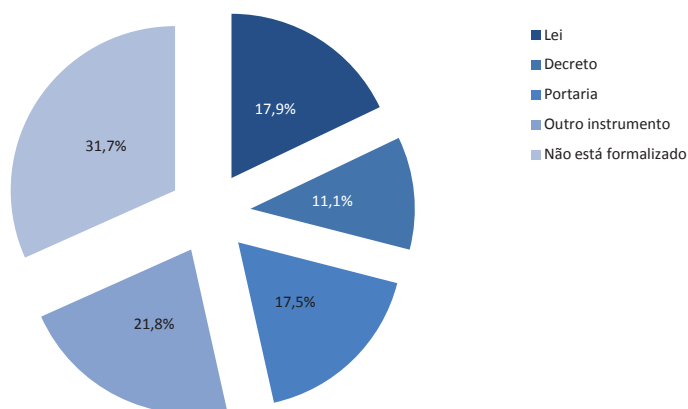
Cabe destacar que a região Centro-Oeste é a que apresenta a maior parte dos quesitos listados fora de seus regimentos internos, ao passo que a região Norte encontra-se em posição superior às demais no que se refere à existência de um regimento interno completo.

Ressalta-se que a mera instituição de um conselho, contudo, não basta para que ele exerça efetivamente suas funções. É importante considerar que, como em qualquer organização, a existência de regimentos que regulem seu funcionamento é um mecanismo importante para garantir um mínimo de estabilidade aos conselhos municipais.

De modo geral, o cargo de secretário executivo é formalizado em 46,5% dos conselhos municipais por meio de portaria, decreto ou lei. Por outro lado, 21,8% possuem o cargo de secretário formalizado por outro tipo de documento.

Dos 59,7% conselhos que possuem secretaria executiva, 31,7% não possuem o cargo de secretário executivo formalizado por meio de algum tipo de documento legal.

GRÁFICO 59: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO O TIPO DE INSTRUMENTO LEGAL QUE FORMALIZA O CARGO DE SECRETÁRIO – BRASIL 2010



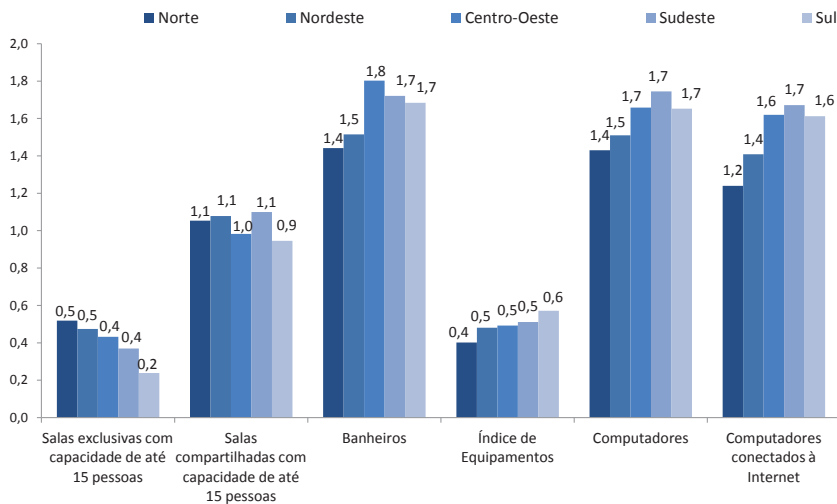
FONTE: CENSO SUAS 2010

INFRAESTRUTURA

Ainda há 45% de municípios onde a sede do conselho municipal não é permanente, um percentual alto se for considerado que a maior parte dos conselhos foi criada até 1997. Observa-se também – o que aparentemente não parece ser um problema – um percentual de compartilhamento das sedes de 98%, mais frequentemente com outros conselhos, CREAS ou outra unidade da assistência social.

Na maioria das regiões, contudo, existe pelo menos uma sala compartilhada com capacidade de até 15 pessoas, um banheiro e um computador conectado à internet para cada conselho municipal existente. A região Sudeste apresenta as melhores médias em relação às questões de infraestrutura e as regiões Norte e Nordeste apresentam as médias mais baixas, exceto no que se refere às salas exclusivas com capacidade de até 15 pessoas.

GRÁFICO 60: QUANTITATIVO MÉDIO DE ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

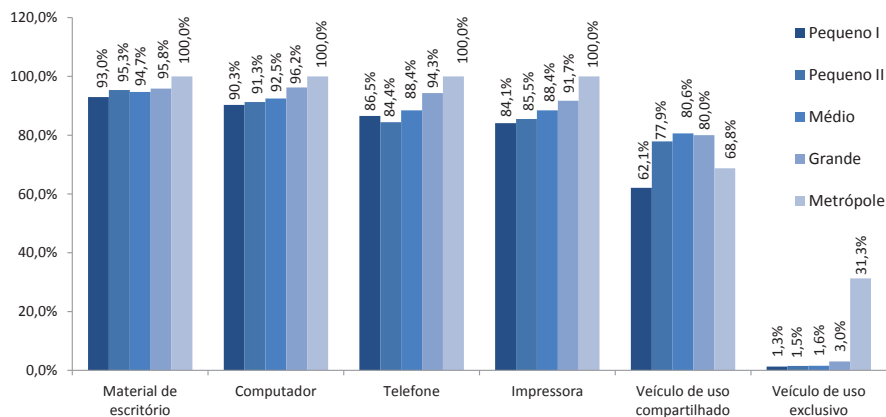


FONTE: CENSO SUAS 2010

Pode-se verificar também que, com exceção dos itens "veículo compartilhado" ou "veículo de uso exclusivo", mesmo quando é analisado o porte populacional, há uma diferença esperada, porém reduzida, no que se refere aos municípios com até 20 mil habitantes (Pequeno I). Cabe ainda observar que, apesar do nú-

mero de veículos exclusivos serem baixos, existe um número considerável de veículos compartilhados para uso dos conselhos em suas atribuições.

GRÁFICO 61: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

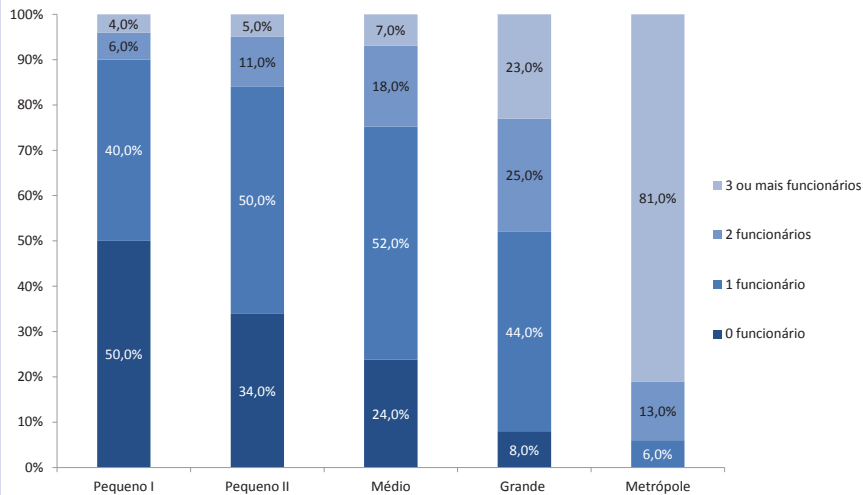


FONTE: CENSO SUAS 2010

Por outro lado, o quantitativo de funcionários à disposição da secretaria executiva é reduzido em todo o país, embora aumente à medida que o porte populacional do município se eleva. Efetivamente, em 52% das localidades entre 50 e 100 mil habitantes (porte Médio), há um funcionário para auxiliar no desempenho das funções dos conselhos municipais.

Nos extremos, em municípios de até 20 mil habitantes (Pequeno Porte I), metade não dispõem de funcionário para a secretaria executiva dos conselhos, enquanto, nas metrópoles, este fenômeno não ocorre, embora em 6% delas exista somente um funcionário para as atividades administrativas.

GRÁFICO 62: PERCENTUAL DE FUNCIONÁRIOS PERTENCENTES À SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010



FORNTE: CENSO SUAS 2010

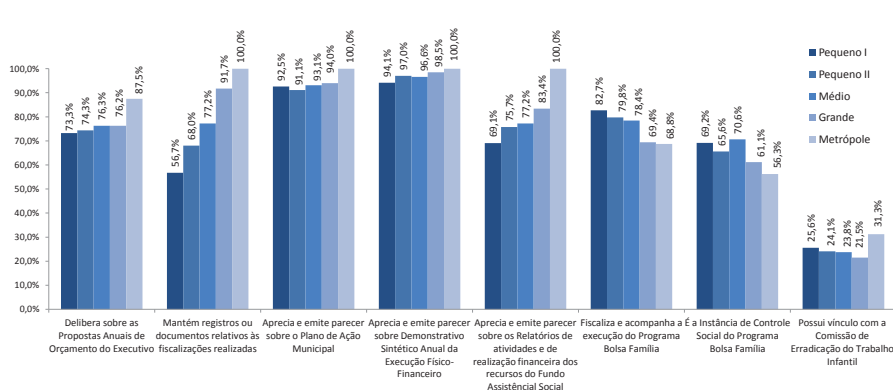
ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS

Em relação às atividades realizadas pelos conselhos, percebe-se uma evolução positiva conforme o aumento do porte populacional, com exceção das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família que decresce à medida que aumenta o porte populacional. Isso denota que nos municípios de pequeno porte as ações são focadas nas questões voltadas para o Bolsa Família (93%), ao passo que nos municípios grandes sobressaem-se atividades de cunho deliberativo e de fiscalização.

As atividades de apreciação e emissão de parecer sobre o Plano de Ação Municipal e sobre o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeiro são os mais predominantemente realizadas pelos conselhos municipais.

As atividades de manutenção de registros e documentos relativos às fiscalizações são realizadas por todos os conselhos presentes nos municípios com população de mais de 900 mil habitantes, enquanto, nos municípios de porte até 20 mil habitantes, somente pouco mais da metade as realizam.

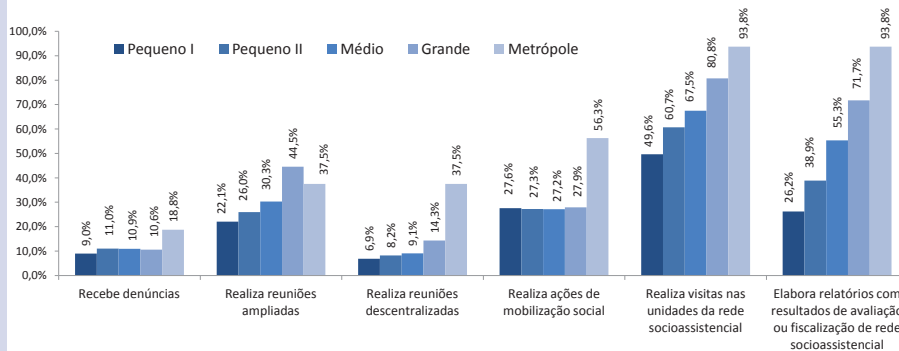
GRÁFICO 63: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR PORTE POPULACIONAL DE ACORDO COM FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Quanto às ações mais voltadas para a relação com a sociedade civil e de visitas às unidades da rede socioassistencial, verificam-se percentuais bem mais baixos. Atividades como receber denúncias, realizar reuniões ampliadas e reuniões descentralizadas são feitas frequentemente ou sempre por apenas 10% a 20% dos conselhos municipais. Ao considerar os dados previamente apresentados sobre a disponibilidade de recursos humanos para apoio administrativo, é esperado que receber denúncias seja uma atividade pouco realizada.

GRÁFICO 64: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO AÇÕES REALIZADAS FREQUENTEMENTE/SEMPRE POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

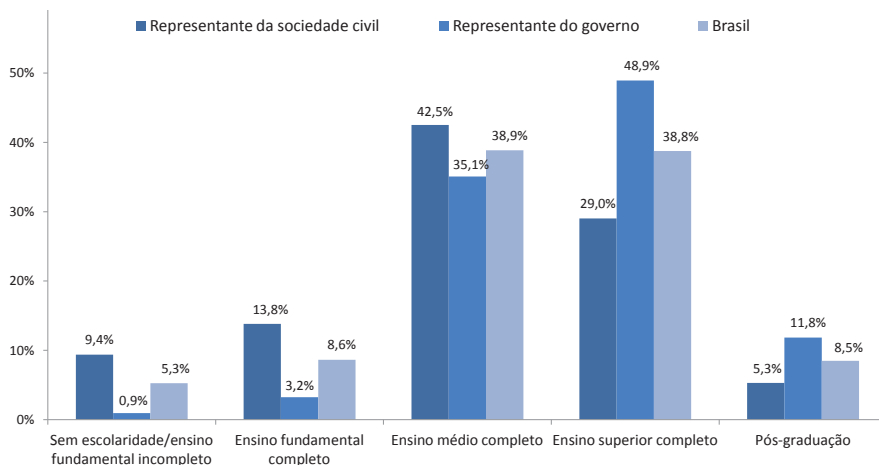


FONTE: CENSO SUAS 2010

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Em relação ao nível de escolaridade dos conselheiros, percebe-se que, de modo geral, os conselheiros possuem ou ensino médio completo (38,9%) ou ensino superior completo (38,8%), independentemente do tipo de representação da qual fazem parte. Verifica-se também que grande parte dos conselheiros representantes do governo possui ensino superior completo (48,9%), enquanto boa parte dos representantes da sociedade civil possui ensino médio completo (42,5%). Além disso, é possível notar ainda uma parcela de representantes da sociedade civil, em torno de 23%, que possui ou ensino fundamental completo ou ensino fundamental incompleto/sem escolaridade, assim como uma maior parcela de conselheiros com pós-graduação advindos do governo (11,8%).

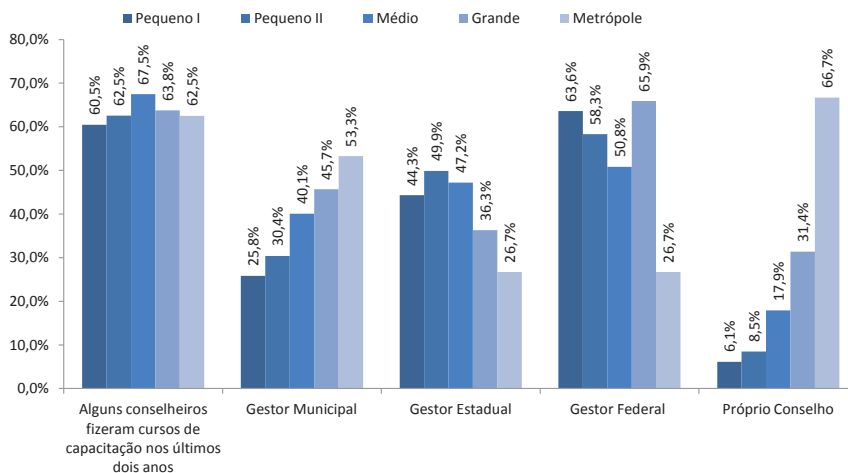
GRÁFICO 65: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO ESCOLARIDADE DOS CONSELHEIROS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Importante também é verificar se tem ocorrido capacitação dos conselheiros, considerando que a área de assistência social vem se consolidando há relativamente pouco tempo, com alterações substantivas na legislação, cujo exemplo mais recente é a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

GRÁFICO 66: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS E INSTÂNCIA RESPONSÁVEL POR PROMOVER OS CURSOS POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010



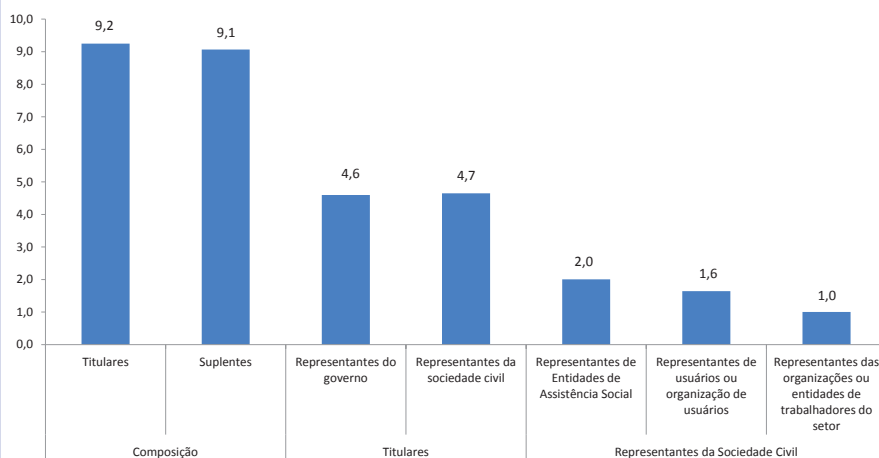
FONTE: CENSO SUAS 2010

Verifica-se, portanto, que mais de 60% dos conselhos municipais declararam que somente alguns dos seus conselheiros fizeram cursos de capacitação nos últimos dois anos, sendo que, dentre os cursos, a maior parte foi realizada pelo Gestor Federal, com exceção das metrópoles, caracterizando a União como o agente mais relevante hoje na formação e capacitação dos conselhos municipais.

Importante destacar o alto percentual de casos onde a realização dos cursos de capacitação teve como responsável o próprio conselho, fato ocorrido majoritariamente (66,7%) em municípios com mais de 900 mil habitantes (Metrópole).

Em relação à composição dos conselhos, observa-se uma média de nove titulares e nove suplentes.

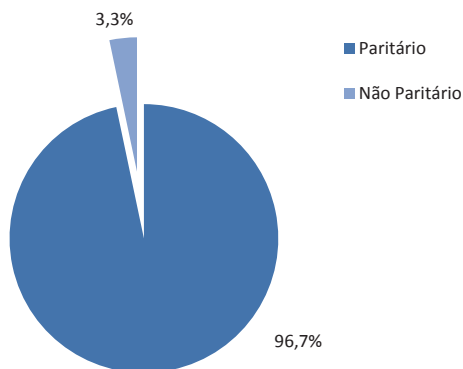
GRÁFICO 67: MÉDIA DE CONSELHEIROS CONFORME A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E O TIPO DE REPRESENTAÇÃO – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Dentre os titulares, constata-se a paridade entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil. Os da sociedade civil, especificamente, são 2 representantes de entidades de assistência social, 1 representante de usuários ou organização de usuários e 1 representante das organizações ou entidades de trabalhadores do setor.

GRÁFICO 68: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS EM RELAÇÃO À PARIDADE – BRASIL, 2010

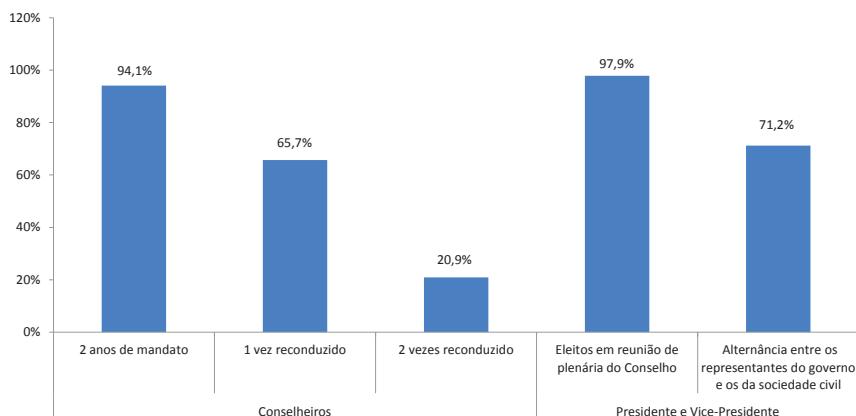


FONTE: CENSO SUAS 2010

Ainda no que se refere à exigência da LOAS a respeito da paridade na composição dos conselhos municipais entre os representantes do governo e representantes da sociedade civil, observou-se que 96,7% deles atendem a essa exigência. É curioso notar ainda que, dentre os 3,3% dos conselhos que não são paritários, 70,7% são formados por representantes da sociedade civil e 29,3% por representantes do governo, ou seja, há um maior peso para a sociedade civil.

Outro aspecto importante se refere ao processo de eleição, duração do mandato e recondução de conselheiros, vice-presidentes e presidentes dos conselhos municipais de assistência social.

GRÁFICO 69: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO ELEIÇÃO E MANDATO DOS CONSELHEIROS, VICE-PRESIDENTE E PRESIDENTE – BRASIL, 2010

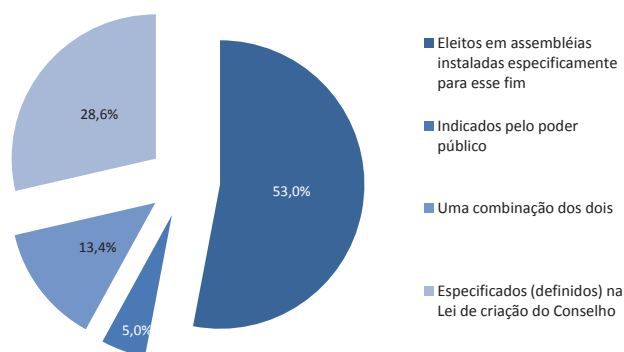


FONTE: CENSO SUAS 2010

A maior parte dos conselheiros possui mandatos de 2 anos (94,1%), sendo que, em 65,7% dos conselhos, permite-se a recondução uma vez e, em 20,9%, a recondução pode ocorrer por até duas vezes. Por sua vez, 97,9% dos presidentes e vice-presidentes são eleitos em reunião de plenária do conselho e, mais importante, 71,2% dos conselhos cumprem o critério de alternância entre os representantes do governo e os da sociedade civil.

Este último dado é relevante, pois mostra também que há uma tendência ao equilíbrio entre sociedade civil e governo. Afinal de contas, para além de haver paridade entre membros do conselho, a alternância na ocupação da presidência proporciona uma relação de forças mais equilibrada.

GRÁFICO 70: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS CONFORME CARACTERÍSTICAS DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – BRASIL, 2010



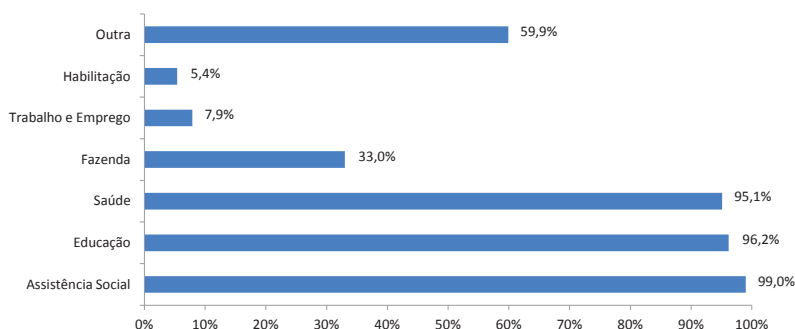
FONTE: CENSO SUAS 2010

Ao observar as características da representação da sociedade civil, embora haja 53% de casos onde os membros são eleitos em assembleias instaladas especificamente para este fim, há um percentual considerável de 28,6%, cujos representantes são especificados na lei de criação do conselho. Vale uma ressalva com relação a este ponto, pois pode haver um entendimento entre os respondentes de que os representantes da sociedade civil seriam nominalmente citados já na lei de criação, o que seria um desvio ainda maior para esse percentual.

Por fim, merece comentário também o fato de que existe um percentual de 5% onde os representantes da sociedade civil são indicados pelo poder público, o que demonstra um desvirtuamento e um viés relativo à paridade de representação.

As áreas mais frequentemente representadas na composição governamental dos conselhos são, respectivamente, a própria assistência social, com 99%, seguida por educação (96,2%) e saúde (95,1%), o que é esperado, já que são políticas que devem estar necessariamente integradas à assistência social.

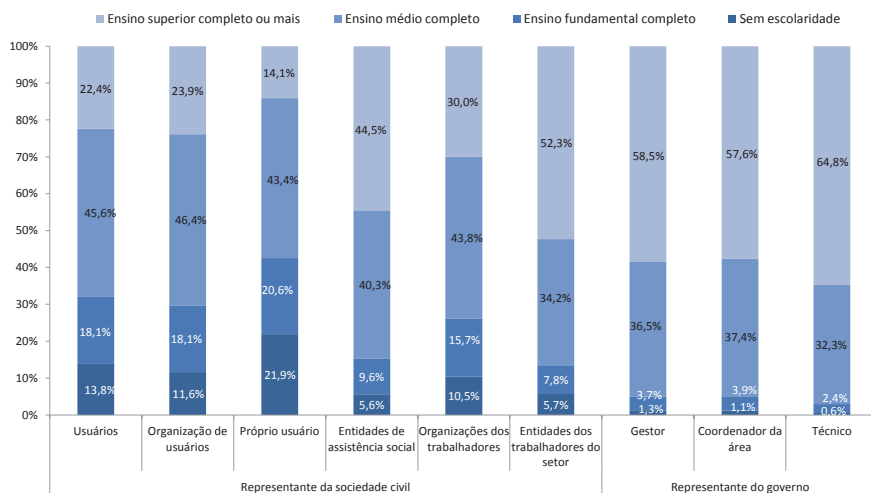
GRÁFICO 71: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS CONFORME AS ÁREAS QUE COMPÕEM A REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

A questão da qualificação dos membros dos conselhos municipais de assistência social é uma preocupação que se apresenta em diversas dimensões. Anteriormente, foram apresentados o nível de escolaridade dos secretários executivos, o percentual de conselhos cujos conselheiros passaram por capacitações. Na análise comparativa entre governo e sociedade civil, observa-se que grande parte dos representantes desse último segmento possui o ensino médio completo, salvo os representantes de entidades de assistência social, que possuem maior número de conselheiros com nível superior (52%). Os representantes do governo possuem o ensino superior completo em sua maioria.

GRÁFICO 72: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO O TIPO DE REPRESENTAÇÃO, POR ESCOLARIDADE – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Verifica-se, a partir dos dados apresentados, que, de maneira geral, os conselhos municipais estão em quase todos os municípios brasileiros, possuem em sua maioria entre 14 e 18 anos de existência e contam com uma razoável infraestrutura em termos de sede e equipamentos. Contudo, o reduzido quadro de recursos humanos dos conselhos vem prejudicando atividades que deveriam ser realizadas. Da mesma forma, há que se estimular a elaboração de regimentos internos que especifiquem determinadas atividades, frequência de reuniões, forma de eleição dos conselheiros etc. O conselho não pode simplesmente existir, ele precisa ser efetivo em suas ações para que possa funcionar como mecanismo deliberativo, fiscalizador, normativo, consultivo e, antes de tudo, participativo da sociedade civil.

Conselhos Estaduais

Conselhos Estaduais

115

CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

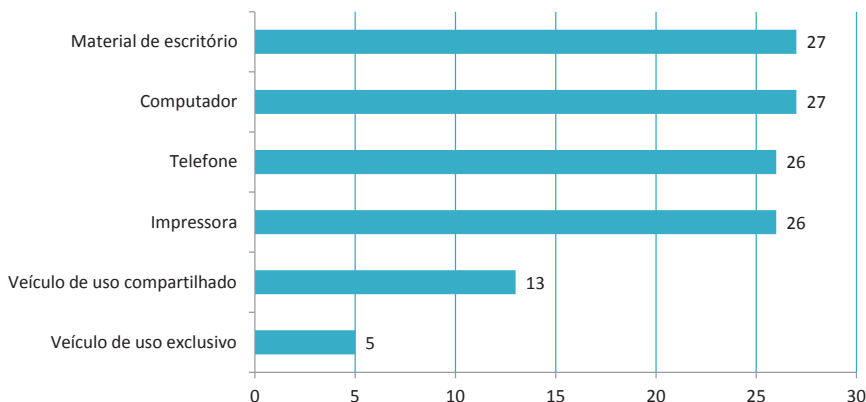
Os conselhos estaduais, tal como os municipais, têm a finalidade de acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes estabelecidas por outros entes e normas.

Em relação ao aparato legal, todos os conselhos estaduais foram criados por lei entre os anos de 1993 e 1996. A maior ausência notada na legislação que instituiu esses conselhos foi a previsão de existência de comissões temáticas. Das 27 unidades da federação, apenas 18 delas encontram-se com essa especificação. E, diferentemente dos conselhos municipais, todos possuem regimento interno.

Os 24 conselhos estaduais funcionam em sedes permanentes, sendo que 21 as compartilham com outras entidades.

Equipamentos parecem não ser problema para essas entidades, com a ressalva relativa ao veículo, tanto de uso exclusivo quanto compartilhado.

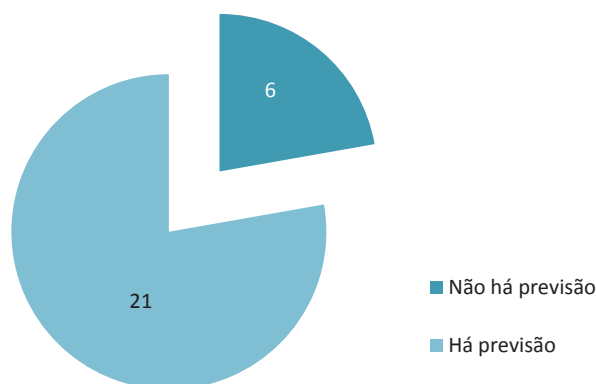
GRÁFICO 73: NÚMERO DE CONSELHOS ESTADUAIS POR DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Na maioria das UFs (21), há previsão de recursos específicos pelos governos estaduais para manutenção e financiamento dos conselhos. Apesar de a Lei nº 8.742/1993 (com as alterações da Lei nº 12.435/2011) afirmar que os estados devem garantir recursos materiais, humanos e financeiros aos conselhos, ainda existem seis unidades da federação que não cumprem essa norma.

GRÁFICO 74: PREVISÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO GESTOR PARA MANUTENÇÃO E FINANCIAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL – BRASIL, 2010

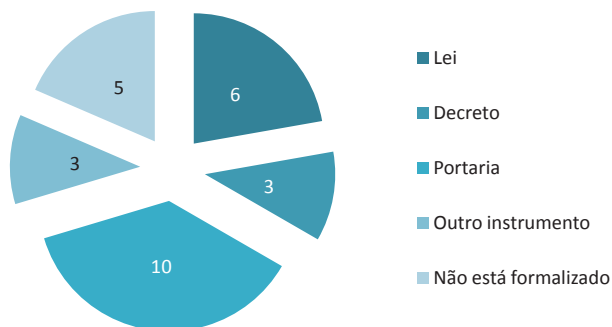


FONTE: CENSO SUAS 2010

Em relação à qualificação e regime de trabalho dos secretários executivos dos conselhos estaduais, foi apurado que 26 deles possuem nível superior, sendo que 23 trabalham exclusivamente no conselho.

A maior parte dos conselhos estaduais possui formalização do cargo de secretário executivo, somando 22 UFs. Contudo, em 5 UFs, não há formalização do cargo por meio de qualquer tipo de instrumento legal, o que se apresenta como um quantitativo relevante.

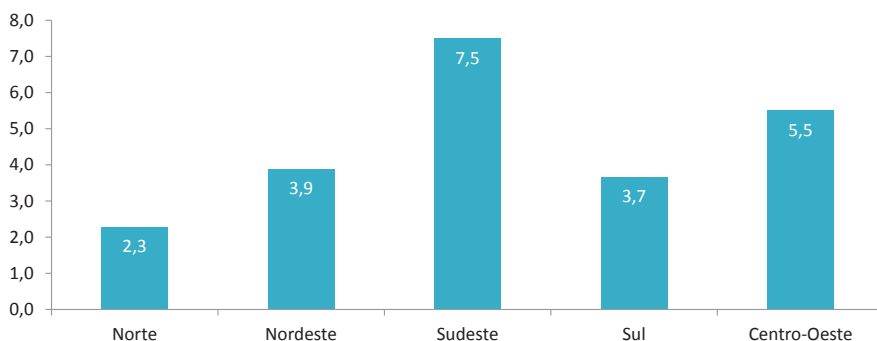
GRÁFICO 75: SECRETARIAS EXECUTIVAS POR TIPO DE INSTRUMENTO LEGAL QUE FORMALIZA O CARGO DE SECRETÁRIO – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

A estrutura de recursos humanos dos conselhos estaduais se mostrou um pouco melhor do que a dos conselhos municipais. Em média, as secretarias executivas dos conselhos estaduais de assistência social possuem 4 funcionários para o desempenho de suas funções. Há secretarias executivas com apenas 1 funcionário, principalmente na região Norte.

GRÁFICO 76: MÉDIA DE TRABALHADORES LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010

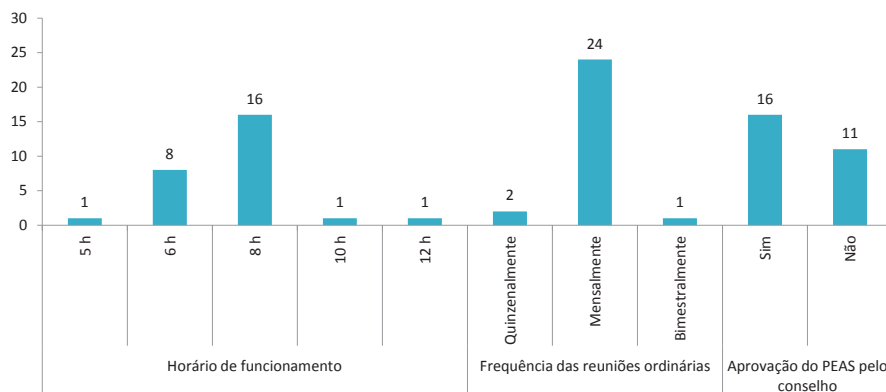


FONTE: CENSO SUAS 2010

ATIVIDADES E AÇÕES REALIZADAS

Em relação à dinâmica de funcionamento, todos os conselhos possuem calendário anual de reuniões estabelecido, sendo que 89% o fazem mensalmente. Ademais, todas as reuniões – ordinárias ou extraordinárias – são registradas em ata.

GRÁFICO 77: DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Cabe observar que, nos 16 estados onde há plano de assistência social, este foi aprovado pelo conselho. Faz-se necessário ressaltar o fato de que 11 estados não têm o plano ainda.

Em relação às atividades de fiscalização de rede socioassistencial, é possível identificar aspectos positivos como o fato de 70,4% dos conselhos, além de conhecerem a rede socioassistencial existente no estado, fiscalizarem os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistencial do SUAS. Em adição, 88,9% dos FEAS disponibilizam informações sobre as despesas realizadas, quando solicitado pelos conselhos estaduais.

TABELA 12: FISCALIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PELOS CONSELHOS ESTADUAIS POR TIPO DE ATIVIDADE – BRASIL, 2010

TIPO DE ATIVIDADE FISCALIZADORA	SIM		NÃO	
	N. ABS.	%	N. ABS.	%
CONHECIMENTO SOBRE A REDE SOCIOASSISTENCIAL EXISTENTE NO ESTADO	19	70,4	8	29,6
FISCALIZA OS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS	19	70,4	8	29,6
DISPONIBILIZA INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE AS DESPESAS REALIZADAS, QUANDO SOLICITADO PELO FEAS	24	88,9	3	11,1

FONTE: CENSO SUAS 2010

Percebe-se que 48,1% dos gestores apresentam anualmente aos conselhos o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social e 29,6% expõem trimestralmente o relatório ao conselho. Nota-se também que em torno de 11,1% dos gestores apresentam o relatório ao conselho com uma maior frequência, ou seja, bimestral ou mensalmente.

TABELA 13: FREQUÊNCIA COM QUE O GESTOR APRESENTA AO CONSELHO O RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2010

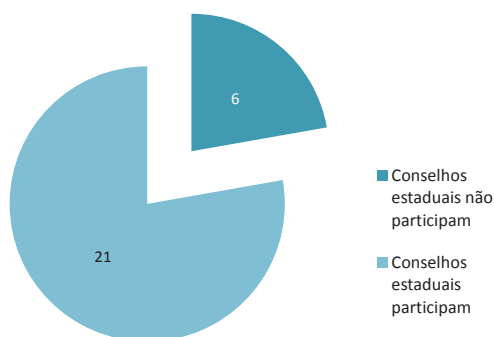
FREQUÊNCIA	N. ABS.	%
MENSALMENTE	1	3,7
BIMESTRALMENTE	2	7,4
TRIMESTRALMENTE	8	29,6
QUADRIMESTRALMENTE	3	11,1
ANUALMENTE	13	48,1

FONTE: CENSO SUAS 2010

A LOAS estabelece que o MDS tem que encaminhar trimestralmente e anualmente ao CNAS os relatórios de "atividades de realização financeira dos recursos" do FNAS, contudo, não estabelece o mesmo para os municípios e estados. Os dados mencionados indicam que os gestores estaduais estão adotando a mesma orientação do FNAS.

Ao considerar que dentre as funções atribuídas em lei aos conselhos estaduais está a de apreciar e aprovar a proposta orçamentária, cabe destacar o fato de haver 6 UFs onde os respectivos conselhos não participam da deliberação sobre propostas anuais do orçamento dos estados. E, analisando em contraposição ao dado já mencionado sobre o não acesso às informações sobre os dispêndios do Fundo, novamente pode-se observar que há um caminho ainda a ser percorrido no sentido de que os conselhos efetivamente atuem tanto na deliberação do orçamento quanto na fiscalização.

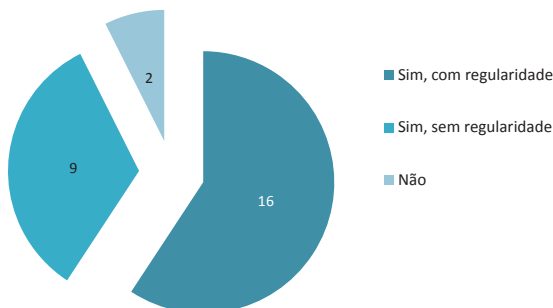
GRÁFICO 78: DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTAS ANUAIS DO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO ESTADUAL – BRASIL, 2010



FORTE: CENSO SUAS 2010

Sendo a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais, uma instância de negociação e pactuação de aspectos operacionais da gestão do SUAS. É preocupante constatar que há 9 estados que acompanham as pactuações sem regularidade e dois que não as acompanham.

GRÁFICO 79: ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE PACTUAÇÃO DA CIB E CIT – BRASIL, 2010



FORTE: CENSO SUAS 2010

Na CIT são estabelecidos acordos acerca de questões operacionais sobre a implantação dos serviços, programas, projetos e benefícios, bem como são pactuados instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e regulamentação da política de assistência social.

No que se refere à publicização de atas e resoluções dos conselhos estaduais, observa-se que as atas são majoritariamente restritas à disponibilização nos conselhos.

A não publicização dos documentos aparece com percentual de 7,4%, sendo que há um percentual mais baixo ainda no que se refere ao envio dos documentos a organizações que não participam do conselho, mas que atuam na área da assistência social.

GRÁFICO 80: PUBLICIZAÇÃO DE ATAS E RESOLUÇÕES DOS CONSELHOS ESTADUAIS – BRASIL, 2010



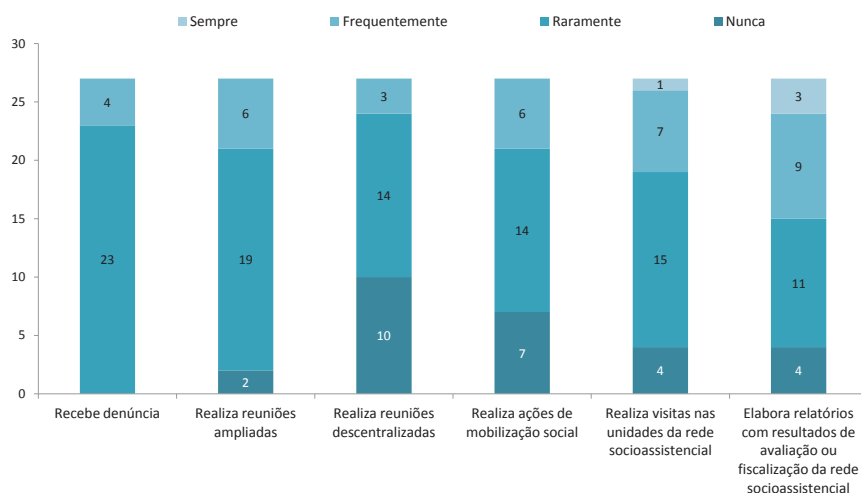
FONTE: CENSO SUAS 2010

Em relação a determinadas atividades específicas dos conselhos, percebe-se que há espaço para melhorias. O conjunto de conselhos que realiza frequentemente ou sempre qualquer uma das ações é sempre menor do que aquele que afirmou que nunca ou raramente realiza as atividades listadas.

A atividade mais frequentemente realizada pelos conselhos é a elaboração de relatórios de avaliação ou fiscalização da rede de assistência social.

No caso, por exemplo, do recebimento de denúncias, o motivo mais evidente para o dado apresentado é o fato de que 55,5% dos conselhos não possuem canais para tal.

GRÁFICO 81: FREQUÊNCIA COM QUE O CONSELHO ESTADUAL REALIZA AS ATIVIDADES – BRASIL, 2010

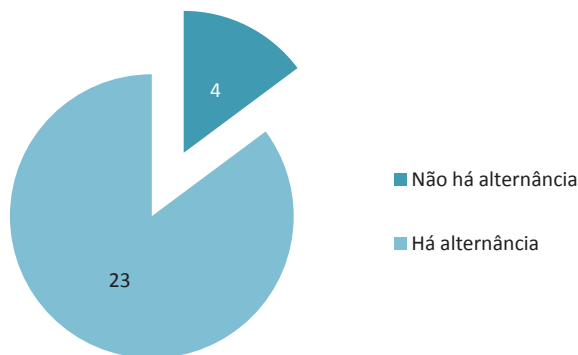


FONTE: CENSO SUAS 2010

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS ESTADUAIS

Em relação à composição, todos os conselhos são paritários, havendo, no mínimo, 5 e, no máximo, 15 conselheiros representantes da sociedade civil e do estado. Contudo, ainda existem 4 UFs onde não há alternância na presidência dos conselhos estaduais. Chama atenção também o fato de que há 3 conselhos sem representantes de usuários ou organização de usuários (o que contraria o disposto pela Resolução CNAS 24/2006).

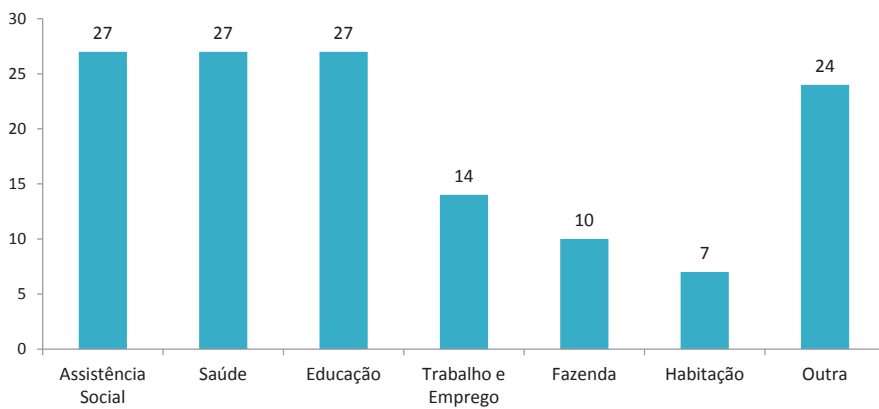
GRÁFICO 82: ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO ESTADUAL ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Semelhante aos resultados apresentados sobre os conselhos municipais, os conselhos estaduais têm sua representação composta por membros governamentais originários das áreas de assistência social, saúde e educação.

GRÁFICO 83: ÁREAS QUE COMPÕEM A REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL NOS CONSELHOS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Rede Privada

Rede Privada da Assistência Social

REDE PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao considerar a relevância e abrangência da função da assistência social em um país com as dimensões do Brasil, afigura-se natural que esta seja desempenhada não somente por instituições públicas como também por entidades privadas, as quais podem ou não desempenhar suas funções com aporte de recursos públicos.

Aquelas entidades que recebem verba pública são denominadas conveniadas e podem ser classificadas em certificadas ou não, de acordo com a obtenção ou não da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) junto ao MDS.

A entidade certificada – e que também atenda aos requisitos do art. 29, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 – faz jus à isenção do pagamento de contribuições para a seguridade social, de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Neste contexto, ao longo dos anos, especialmente das duas últimas décadas, importante parceria tem sido empreendida entre a sociedade civil e o governo, com vistas ao enfrentamento dos desafios colocados. Nos anos 1990, foi expressivo o crescimento do número de ONGs no país que tratavam de temáticas diversas e, sob a alcunha do financiamento público, atuavam como parceiras na efetivação das políticas públicas sociais (JACOBI, 2000).

Na última década, essa parceria se acentuou cada vez mais, o que é ilustrado pelo crescimento da quantidade de instâncias de participação da sociedade civil nos processos públicos de tomada de decisão, valendo citar, em especial, o aumento de conferências temáticas, a ampliação do número e a diversificação de conselhos gestores, bem como o aumento efetivo de espaços de negociação em diversos programas federais (VAZ; PIRES, 2011).

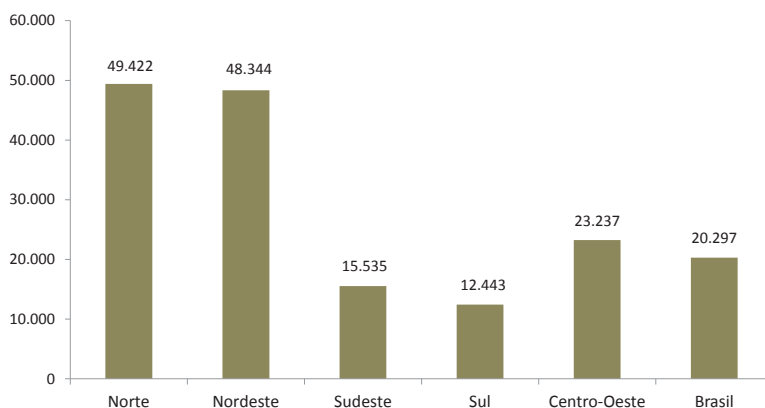
Este capítulo constitui parte do esforço de compreensão do grau de inserção e de importância dessa parceria para a continuação do desenvolvimento da área

no país, sendo a primeira vez que, no âmbito do Censo SUAS, procedeu-se a coleta de dados e informações referentes especificamente a entidades da rede privada, entendidas aqui como o conjunto das instituições de assistência social que celebram convênio e outras formas de ajuste com os municípios e DF, bem como as entidades certificadas pelo MDS em 2010.

O PERFIL DA REDE PRIVADA

O campo da assistência social no país ganhou força principalmente após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que previu a efetivação e a garantia de diversos tipos de direitos sociais aos cidadãos (CUNHA, 2007). Neste contexto, afigura-se relevante entrever qual a distribuição dessa rede ao longo do território nacional.

GRÁFICO 84: POPULAÇÃO POR ENTIDADE CONVENIADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Segundo o Censo SUAS, existem 9.398 instituições privadas que atuam no desenvolvimento da área de assistência social no país. Mais da metade desse montante, por volta de 55% dos casos, concentra-se na região Sudeste do país, fatorialmente onde, via de regra, existe maior concentração populacional.

Outro tipo de dado interessante capaz de complementar a informação sobre distribuição territorial concerne à distribuição dessas entidades em função do porte populacional dos municípios, seguindo as normativas estabelecidas pelo SUAS.

TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

PORTE POPULACIONAL	QUANTIDADE DE ENTIDADES	ENTIDADES POR PORTE (%)	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	ENTIDADES POR MUNICÍPIO
PEQUENO I	1.852	19,7%	3.914	32.660.247	0,5
PEQUENO II	1.862	19,8%	1.043	31.344.671	1,8
MÉDIO	1.357	14,4%	325	22.314.204	4,2
GRANDE	2.932	31,2%	266	62.343.795	11,0
METRÓPOLE	1.395	14,8%	17	42.092.882	82,1
BRASIL	9.398	100,0%	5.565	190.755.799	1,7

FONTE: CENSO SUAS 2010

Efetivamente, comparações distintas podem ser efetuadas a partir destes dados. Primeiramente, evidencia-se uma concentração absoluta das entidades de assistência social nos municípios de porte Grande, com 31,2% do total. Por outro lado, a concentração relativa de entidades por município é diretamente proporcional ao porte populacional, partindo de menos de uma entidade por localidade para os municípios de até 20 mil habitantes contra mais de 80 entidades por município com mais de 900 mil habitantes, ou seja, nos municípios classificados como Pequeno I e MetrÓpole, respectivamente.

Verifica-se que determinadas entidades contam com uma estrutura significativa em termos administrativos e de capacidade de oferta de serviços. O Censo SUAS procurou saber em que medida isso se aplica às entidades que atuam como parceiras do governo na área social.

TABELA 15: ENTIDADES COM ATUAÇÃO EM MAIS DE UM MUNICÍPIO E EM OUTRAS ÁREAS – BRASIL, 2010

NÍVEIS DE ATUAÇÃO	SIM		NÃO		TOTAL	
	N. ABS.	%	N. ABS.	%	N. ABS.	%
ATUAÇÃO EM OUTRO(S) MUNICÍPIO(S)	988	10,5%	8.410	89,5%	9.398	100,0%
ATUAÇÃO EM OUTRA(S) ÁREA(S)	3.347	35,6%	6.051	64,4%		

FONTE: CENSO SUAS 2010

Os dados mostram que uma parcela significativa das entidades (10,5%) é capaz de atuar não apenas nos municípios de suas sedes, mas também em outros, com vistas à efetivação dos serviços em assistência social. Isso é importante porque fornece indícios claros tanto do fortalecimento das instituições da área como, principalmente, da possibilidade de adoção de arranjos administrativos de consórcio entre os municípios, favorecendo a ampliação dos serviços especialmente para aqueles com menor capacidade de gastos, como, em especial, os de portes populacionais menores.

Aproximadamente 35,6% das entidades atuam não apenas no campo do desenvolvimento social, mas também em outras áreas diversas. Isso é importante porque indica claramente que não é pequeno o número de instituições cuja atuação extrapola a área da assistência social.

Dentre aquelas instituições que declararam desenvolver atividades em outras áreas, observa-se o predomínio de atuação também em educação e saúde.

TABELA 16: ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATUANTES EM OUTRAS ÁREAS POR SETOR – BRASIL, 2010

ÁREAS DE ATUAÇÃO		ENTIDADES
SAÚDE	N. ABS.	1.506
	%	45,0%
EDUCAÇÃO	N. ABS.	2.477
	%	74,0%
OUTRA	N. ABS.	631
	%	18,9%
TOTAL	N. ABS.	3.347
	%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

O que se observa é que, dentre as entidades que trabalham também em outras áreas para além da assistência social, quase metade, ou 45%, trabalha na área da saúde. Percentual que é ainda maior no caso da educação, com 74%, e um residual de 18,9% para outros setores.

ATRIBUTOS FINANCEIROS

Além da distribuição territorial, distribuição temática e intersetorialidade no tocante à atuação das entidades privadas, sua capacidade de atuação na assistência social está ligada, também, a sua base financeira. A disponibilidade de recursos financeiros é fundamental para o aporte a recursos como profissionais para o trabalho, planejamento e efetivação de ações, bem como a manutenção da própria entidade de uma forma geral.

O Censo SUAS buscou informações acerca da distribuição de recursos financeiros e da capacidade das instituições privadas nesse sentido. A tabela a seguir fornece indicações acerca da receita anual dessas entidades segundo o porte populacional.

TABELA 17: RECEITA FINANCEIRA ANUAL DAS ENTIDADES DA REDE PRIVADA POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

RECEITA FINANCEIRA		PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	TOTAL
ATÉ 50.000,00	N. ABS.	1.015	843	538	855	196	3.447
	%	29,4%	24,5%	15,6%	24,8%	5,7%	100,0%
DE 200.001,00 ATÉ 500.000,00	N. ABS.	203	287	220	551	255	1.516
	%	19,4%	20,3%	15,1%	31,2%	14,0%	100,0%
DE 50.001,00 ATÉ 100.000,00	N. ABS.	283	297	220	455	205	1.460
	%	18,8%	19,7%	13,3%	32,2%	16,0%	100,0%
DE 100.001,00 ATÉ 200.000,00	N. ABS.	271	284	192	464	230	1.441
	%	13,4%	18,9%	14,5%	36,3%	16,8%	100,0%
DE 500.001,00 ATÉ 1.000.000,00	N. ABS.	47	113	111	308	199	778
	%	6,0%	14,5%	14,3%	39,6%	25,6%	100,0%
DE 1.000.001,00 ATÉ 5.000.000,00	N. ABS.	21	33	56	259	248	617
	%	3,4%	5,3%	9,1%	42,0%	40,2%	100,0%
ACIMA DE 5.000.001,00	N. ABS.	12	5	20	40	62	139
	%	8,6%	3,6%	14,4%	28,8%	44,6%	100,0%
RECEITA MÉDIA		187.122,00	218.931,30	395.725,90	554.553,20	1.076.899,60	

FONTE: CENSO SUAS 2010

A distribuição das entidades conforme receita anual por porte populacional dos municípios de atuação reflete uma tendência esperada de crescimento dos recursos disponíveis, na medida em que se aumenta o porte populacional. Efetivamente, mais de 73% das entidades com receita anual acima de R\$ 5 milhões atuam em metrópoles ou municípios de grande porte, percentual este que supera os 80% para as entidades com receita anual entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões.

Por outro lado, somente cerca de 30% das entidades com receita anual de até R\$ 50 mil atuam em localidades acima de 100 mil habitantes, enquanto mais de

50% destas entidades com menor volume de recursos disponíveis localiza-se em localidades de até 50 mil habitantes.

De fato, pode-se constatar que a receita média anual por entidade cresce conforme se aumenta a população do município de atuação, partindo de cerca de R\$ 200 mil/ano, em média, nos municípios de até 50 mil habitantes (Pequeno Porte I e II), atingindo cerca de 500 mil nos municípios entre 100 mil e 900 mil habitantes e ultrapassando a cifra de R\$ 1 milhão/ano nas metrópoles.

Além do aspecto da receita anual, outro fator importante no que tange à capacidade financeira das instituições privadas refere-se à origem dos recursos que lhes foram transferidos.

TABELA 18: ORIGEM DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PELA SECRETARIA PARA AS ENTIDADES DA REDE PRIVADA – BRASIL, 2010

ORIGEM DOS RECURSOS	ENTIDADES	
RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO	N. ABS.	8.015
	%	85,3%
RECURSOS PRÓPRIOS DO ESTADO	N. ABS.	1.923
	%	20,5%
RECURSOS PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL	N. ABS.	309
	%	3,3%
RECURSOS FEDERAIS – MDS	N. ABS.	2.567
	%	27,3%
RECURSOS FEDERAIS – OUTRAS FONTES	N. ABS.	668
	%	7,1%
TOTAL	N. ABS.	9.398
	%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Pode-se perceber que, dentre as formas de financiamento das entidades, a mais utilizada e difundida se refere aos recursos provenientes do próprio município, com 85,3% de casos respondentes. Em segundo lugar, com 27,3% de casos, temos recursos transferidos pelo Governo Federal, sendo especificamente aqueles provenientes do MDS. Logo após, temos 20,5% de casos que contam, também, com recursos transferidos dos respectivos estados de atuação.

FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES

Uma questão relevante acerca da capacidade das entidades de prover os serviços e desenvolver ações no âmbito do desenvolvimento social concerne ao seu grau de abertura e de acesso em relação aos beneficiários. O Censo SUAS apontou questões importantes neste sentido.

TABELA 19: CARGA SEMANAL DE FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2010

CARGA SEMANAL DE FUNCIONAMENTO	N	%
20 HORAS SEMANAIS	636	6,8%
30 HORAS SEMANAIS	460	4,9%
40 HORAS SEMANAIS	4.012	42,7%
ININTERRUPTO: 24 HORAS/7 DIAS NA SEMANA	2.350	25%
MAIS DE 40 HORAS SEMANAIS	1.150	12,2%
MENOS DE 20 HORAS SEMANAIS	790	8,4%
TOTAL	9.398	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

A maior parte das entidades privadas, correspondente a 42,7% dos casos, declarou funcionar 40 horas semanais, o que corresponde a 8 horas diárias. Em adição, cerca de 80% do total das entidades funciona por 40 horas semanais ou mais, sendo que 25% declarou funcionar ininterruptamente.

A análise dos dados de horas de funcionamento evidenciou que, em sua maioria, as instituições apresentam significativa disponibilidade, em termos de tempo de funcionamento, para com o público.

Contudo, apenas o fato de estarem abertas não quer dizer que os indivíduos tenham efetivo acesso aos seus respectivos serviços, ações e programas. Por isso, como complemento às informações sobre grau de abertura e disponibilidade ao público-alvo, pesquisou-se junto às entidades as formas de acesso aos seus serviços.

TABELA 20: FORMAS DE ACESSO ÀS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL, 2010

FORMAS DE ACESSO	ENTIDADES	
PROCURA ESPONTÂNEA	N. ABS.	7.996
	%	85,1%
BUSCA ATIVA	N. ABS.	2.811
	%	29,9%
ENCAMINHAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	N. ABS.	5.019
	%	53,4%
ENCAMINHAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	N. ABS.	2.842
	%	30,2%
ENCAMINHAMENTO DE OUTRA(S) ENTIDADE(S) DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	N. ABS.	4.860
	%	52,0%
ENCAMINHAMENTO DE OUTRA POLÍTICA PÚBLICA E/OU SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	N. ABS.	5.046
	%	53,7%
TOTAL	N. ABS.	9.398
	%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Os dados da tabela fornecem indicações claras de que a procura espontânea é a forma de acesso mais comum no âmbito de atuação das entidades, com 85,1% de respondentes. Isso quer dizer que, para quase todos os casos, os indivíduos é que buscam os serviços e ações disponibilizadas na rede.

Não obstante, a busca ativa, estratégia basilar para a erradicação da extrema pobreza, figura com participação relevante, de 29,9% do total que afirmaram também empregar esta sistemática para disponibilização de seus serviços e localização da população em situação de maior vulnerabilidade social.

Por sua vez, um percentual de 53,4% das entidades diz atender encaminhamentos realizados pelos CRAS locais, valor próximo aos 53,7% concernentes aos encaminhamentos realizados de outra política pública e/ou sistema de garantia de direitos. Os encaminhamentos realizados pela própria rede socioassistencial são frequentes em 52% das entidades.

AÇÕES EMPREENDIDAS

As ações empreendidas pelas entidades podem variar em tipo e quantidade. O Censo SUAS, à luz da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, buscou categorizá-la em termos de atendimento, assessoria e defesa e garantia de direitos.

Se forem desagregados os dados desta temática por porte populacional, pode-se encontrar resultados interessantes do ponto de vista da distribuição de capacidades da rede privada nos municípios brasileiros.

TABELA 21: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	PORTE SUAS					TOTAL
	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	
ASSESSORIA TÉCNICA, POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA A MOVIMENTOS SOCIAIS, ORGANIZAÇÕES, GRUPOS POPULARES E DE USUÁRIOS, NO FORTALECIMENTO DE SEU PROTAGONISMO	24,1%	24,4%	22,6%	25,8%	22,7%	24,3%
CAPACITAÇÃO DE GESTORES, TÉCNICOS E CONSELHEIROS PARA A INTERVENÇÃO NAS ESFERAS POLÍTICAS, EM PARTICULAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8,6%	6,2%	8,6%	6,4%	7,9%	7,5%
SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DE PROJETOS INOVADORES DE INCLUSÃO CIDADÃ QUE POSSAM APRESENTAR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS A SEREM INCORPORADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	16,4%	20,9%	16,8%	19,9%	14,9%	18,2%
ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES E À GERAÇÃO DE RENDA	19,7%	22,1%	21,7%	23,3%	23,0%	21,8%
PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUE AMPLIEM O CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E DOS CIDADÃOS SOBRE OS SEUS DIREITOS, BEM COMO DOS GESTORES PÚBLICOS, SUBSIDIANDO-OS NA FORMULAÇÃO, FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ DE GRUPOS	5,5%	4,4%	6,5%	6,5%	8,1%	6,0%
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14,8%	12,3%	12,8%	6,7%	10,7%	11,5%
FORMAÇÃO POLÍTICA-CIDADÃ DE GRUPOS POPULARES, NELA INCLUINDO CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS POPULARES	10,8%	9,6%	11,0%	11,4%	12,7%	10,9%
QUANTIDADE TOTAL DE ENTIDADE PRIVADAS (N. ABS.)	1.762	1.003	543	1.935	1.225	6.468

FONTE: CENSO SUAS 2010

A primeira informação a ser enfatizada é que parece existir uma distribuição semelhante entre os tipos de atividades e os portes populacionais. Nota-se que as atividades mais comumente realizadas se referem à assessoria a movimentos sociais, organizações, grupos populares e de usuários (24,3%); ao estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda (21,8%) e à sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã (18,2%).

As atividades de monitoramento e avaliação da política de assistência social e capacitação de gestores, técnicos e conselheiros para intervenção nas esferas políticas são ofertadas com mais frequência nos municípios Pequeno I (14,8%) e Médio (13%), ao passo que as atividades de formação política-cidadã de grupos populares são mais oferecidas nas Metrôpoles (12,7%).

Além das ações de assessoria, entidades desempenham tarefas também na seara específica da defesa e garantia de direitos. O Censo SUAS buscou informações neste sentido.

TABELA 22: ATUAÇÃO DA REDE PRIVADA NO ÂMBITO DA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS DE ACORDO COM O PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2010

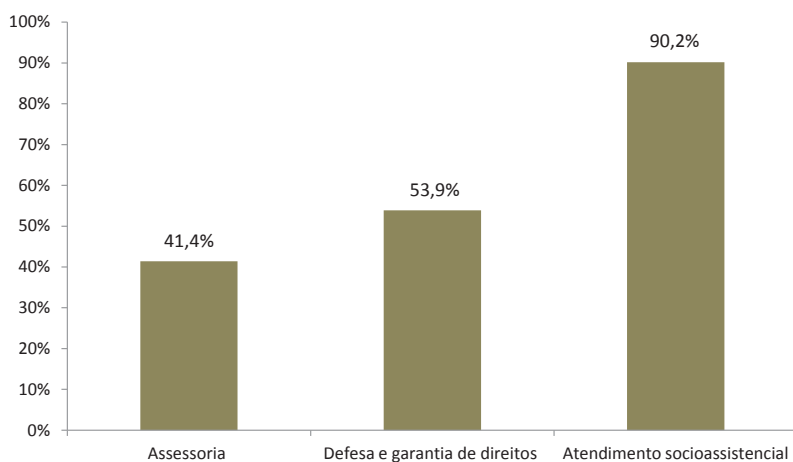
ATUAÇÃO NO ÂMBITO DA DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS		GRANDE	MÉDIO	METRÓPOLE	PEQUENO I	PEQUENO II	TOTAL
PROMOÇÃO DA DEFESA DE DIREITOS JÁ ESTABELECIDOS POR MEIO DE DISTINTAS FORMAS DE AÇÃO E REIVINDICAÇÃO NA ESFERA POLÍTICA E NO CONTEXTO DA SOCIEDADE	N. ABS.	1.384	790	366	1.295	1.126	4.961
	%	27,9%	15,9%	7,4%	26,1%	22,7%	100,0%
REIVINDICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS DIREITOS FUNDADOS EM NOVOS CONHECIMENTOS E PADRÕES DE ATUAÇÃO RECONHECIDOS NACIONAL E INTERNACIONALMENTE	N. ABS.	160	121	61	119	125	586
	%	27,3%	20,6%	10,4%	20,3%	21,3%	100,0%

FONTE: CENSO SUAS 2010

Constata-se ausência de grande divergência no escopo de atuação em ações de defesa e garantia de direitos das entidades conforme porte populacional dos municípios de localização. Em adição, 4.961 ou 52,8% das entidades atuam na promoção da defesa de direitos já estabelecidos, ao passo que 586 ou 6,2% também apoiam a reivindicação da construção de novos direitos, embora se possa alegar que, pelo seu caráter de inovação, era de se esperar um percentual menor de entidades atuantes neste último quesito.

No que se refere à área de atuação das entidades privadas, é possível verificar que 90,2% atuam no atendimento socioassistencial; 53,9%, na defesa e garantia de direitos e 41,4%, com assessoria. Cabe destacar que uma mesma entidade pode ter mais de uma área de atuação.

GRÁFICO 85: PERCENTUAL DE ENTIDADES PRIVADAS CONFORME ÁREA DE ATUAÇÃO – BRASIL, 2010



FONTE: CENSO SUAS 2010

Além do assessoramento e de tipos específicos de ações concernentes à garantia e defesa de direitos, o Censo SUAS buscou informações, também, acerca dos atendimentos realizados pelas entidades nos municípios brasileiros. A tabela a seguir fornece dados para diversos tipos de atendimentos segundo distribuição por porte populacional dos municípios.

TABELA 23: TIPOS DE ATENDIMENTO REALIZADOS PELA REDE PRIVADA CONFORME O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2010

TIPO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS	PEQUE- NO I	PEQUE- NO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓ- POLE	TOTAL
PSB - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	10,0%	7,2%	11,0%	9,0%	6,2%	8,7%
PSB - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	15,2%	20,0%	20,2%	24,8%	30,8%	22,5%
PSB - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS	12,2%	15,6%	15,5%	17,6%	19,8%	16,3%
PSB - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	14,5%	10,2%	6,8%	7,7%	10,8%	9,9%
PSB - SERVIÇO DE PSB NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	7,1%	4,9%	4,5%	2,9%	1,2%	4,0%
PSE - SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	2,6%	2,8%	3,1%	2,0%	1,8%	2,4%
PSE - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LÁ) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)	2,1%	2,3%	2,4%	2,5%	2,9%	2,4%
PSE - SERVIÇO DE PSE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS (AS) E SUAS FAMÍLIAS	16,0%	13,1%	11,4%	9,8%	8,5%	11,6%
PSE - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	0,7%	1,3%	2,4%	2,0%	2,2%	1,7%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASA-LAR	1,5%	2,1%	1,7%	2,2%	2,4%	2,0%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ABRIGO INSTITUCIONAL	1,8%	4,4%	5,1%	6,3%	6,6%	5,0%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS EM ABRIGO INSTITUCIONAL EM DECORRÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RUA, DESABRIGO POR ABANDONO, PESSOAS EM TRÂNSITO, MIGRAÇÃO E/OU AUSÊNCIA DE RESIDÊNCIA	0,5%	1,3%	1,6%	2,0%	1,8%	1,5%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS EM CASA DE PASSAGEM EM DECORRÊNCIA DE SITUAÇÃO DE RUA, DESABRIGO POR ABANDONO, PESSOAS EM TRÂNSITO, MIGRAÇÃO E/OU AUSÊNCIA DE RESIDÊNCIA	0,7%	1,2%	1,6%	1,4%	0,8%	1,1%

PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA - ABRIGO INSTITUCIONAL	0,2%	0,1%	0,7%	0,4%	0,3%	0,3%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA - RESIDÊNCIAS INCLUSIVAS	0,6%	0,7%	0,5%	0,6%	0,3%	0,5%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL IDOSOS (AS) - CASA-LAR	3,0%	1,7%	1,2%	0,7%	0,3%	1,3%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL IDOSOS (AS) - ABRIGO INSTITUCIONAL (INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (AS) - ILPI)	8,7%	8,5%	7,1%	5,8%	2,4%	6,5%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA PARA JOVENS ENTRE 18 E 21 ANOS APÓS DESLIGAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OU EM OUTRA SITUAÇÃO QUE DEMANDE ESTE SERVIÇO	0,2%	0,2%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA PARA ADULTOS EM PROCESSO DE SAÍDA DAS RUAS	0,1%	0,4%	0,8%	0,2%	0,3%	0,3%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA PARA IDOSOS	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	0,3%
PSE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0,2%	0,3%	0,4%	0,6%	0,2%	0,4%
PSE - SERVIÇO DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO ATINGIDA POR SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS, COM OFERTA DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS, ATENÇÕES E PROVISÕES MATERIAIS	1,5%	1,5%	1,3%	0,8%	0,1%	1,0%
QUANTIDADE TOTAL DE ENTIDADES PRIVADAS (N. ABS.)	4.507	1.908	2.366	2.710	2.520	14.011

FONTE: CENSO SUAS 2010

A conformação da rede privada, segundo aferida pelo Censo SUAS, coaduna-se com o histórico de muitas dessas entidades de especialização na provisão de abrigos para pessoas sem vínculos familiares. Contudo, em número absoluto, a quantidade de entidades atuantes nos serviços de Proteção Social Básica já supera a Proteção Social Especial, o que é um avanço importante a partir do estímulo governamental para que a PSB possa exercer seu papel de prevenção do rompimento de vínculos familiares e encaminhamento para as demais unidades da rede socioassistencial também no âmbito da rede privada.

De forma geral, os serviços mais oferecidos pelas entidades privadas são voltados a crianças e jovens de 6 a 17 anos, pessoas com deficiência, famílias e idosos, a saber: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (22,5%); serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos (16,3%); serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias (11,6%) e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos com idade igual ou superior a 60 anos em situação de vulnerabilidade social (9,9%).

Por outro lado, os serviços menos oferecidos pelas entidades privadas são: serviço de acolhimento em república para jovens entre 18 a 21 anos (0,3%); serviço de acolhimento em república para adultos em processo de saída das ruas (0,3%); serviço de acolhimento em república para idosos (0,3%) e serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência (0,3%).

Ao comparar os serviços prestados pelas entidades privadas e o porte populacional, é possível perceber que existe uma diferença significativa entre eles. Nos municípios com até 20 mil habitantes, as entidades privadas ofertam em maior quantidade os serviços referentes à: PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias (16%); convivência e fortalecimento de vínculos para idosos (14,5%); acolhimento institucional para idoso (8,7%) e PSB no domicílio para pessoas com deficiência e idosos (7,1%). Por sua vez, nos municípios de porte Pequeno II, os serviços mais ofertados, em relação aos outros municípios, são: proteção à população atingida por situações de emergência (1,5%) e acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência (0,7%).

Nos municípios de porte Médio, destacam-se os serviços de: convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos (11%); especializado em abordagem social (3,1%), especializado para pessoas em situação de rua (2,4%); acolhimento institucional para adultos e famílias em casa de passagem (1,6%); acolhimento em república para adultos em processo de saída das ruas (0,8%) e acolhimento institucional para mulheres em situação de violência (0,7%).

Dentre os serviços mais ofertados pelos municípios de porte Grande, em relação aos outros municípios, ressaltam-se: o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em abrigo institucional (2,0%) e o serviço de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes (0,6%).

Por fim, nas Metrôpoles, os serviços com maior destaque, em relação aos outros municípios, são: fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (30,8%) e de 15 a 17 anos (19,8%); acolhimento institucional para crianças e adolescentes em abrigo institucional (6,6%); proteção social a adolescentes em LA e PSC (2,9%) e acolhimento institucional para crianças e adolescentes em casa-lar (2,4%).

Considerações Finais

Esta publicação é fruto de um esforço conjunto da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), que teve por objetivo delinear, pela primeira vez, um retrato detalhado do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em suas diversas facetas, abarcando a gestão municipal e estadual, os respectivos conselhos e a rede privada conveniada ou certificada de assistência social, para além dos CRAS e CREAS, já analisados em estudos anteriores.

Neste capítulo final, sistematiza-se os principais resultados do Censo SUAS 2010 e inferências possíveis a partir destes.

Neste contexto, cabe primeiramente destacar a massificação dos CRAS no país, os quais atingiram 6.801 unidades distribuídas em 4.720 municípios até setembro de 2010, mês de aplicação dos questionários que subsidiaram a elaboração deste estudo.

Por sua vez, a disseminação do cofinanciamento no âmbito dos CRAS e, de forma geral, na assistência social, embora ainda aquém do ideal, uma vez que 16% destes centros declararam depender exclusivamente de repasses federais, contrariando a responsabilização mútua das três esferas no financiamento destas unidades preconizada pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), registrou nítido avanço com relação a 2009, quando este percentual remontou a 24%.

Esta evolução pode se dever à instauração progressiva dos pisos de proteção social também nas esferas municipais e estaduais, o que facilitaria uma maior transparência na mensuração e efetivação da coparticipação destes entes, embora a confirmação disso demande pesquisa específica.

Neste contexto, a própria NOB dispõe que regulamentação complementar definirá os percentuais de participação municipal e estadual no financiamento dos pisos de proteção social, a qual até hoje não chegou a ser elaborada.

Com relação à estrutura dos CRAS, somente 13,7% das unidades apresentavam acessibilidade para todas as categorias pesquisadas³, conforme disposto pela NBR 9050 da ABNT.

No âmbito dos indicadores, percebe-se uma nítida evolução destas unidades desde 2007, com a exceção da dimensão de recursos humanos no biênio 2009/2010, cuja redução do percentual no atendimento ao quantitativo e qualificação mínimos dos profissionais das equipes de referência possa se dever em função da rápida expansão destas unidades, a qual atingiu 1.003 unidades em 1 ano, passando de 5.798 CRAS em 2009 para 6.801 em 2010.

No tocante aos recursos humanos dos CRAS, nota-se uma manutenção do grau de escolaridade médio, com 48,6% do total de funcionários com nível superior, contra 49% em 2009, apesar da rápida expansão do total de trabalhadores, cuja taxa de crescimento atingiu 19,1% ao ano, passando de 25.635 em 2007 para 51.692 profissionais em 2010.

Finalmente, com relação aos serviços desenvolvidos, cabe destacar o amplo escopo do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), o qual registrou 1.976.243 famílias em acompanhamento em junho de 2010.

No concernente aos CREAS, cabe destacar o rápido crescimento destas unidades no biênio 2009/2010, o qual em termos relativos superou inclusive a evolução do número de CRAS, uma vez que de 1.200 CREAS em 2009 registrou-se 1.590 destas unidades em 2010, um crescimento de 32%, distribuídos em 1.463 municípios, ou 26,3% do total de municípios brasileiros.

Em particular, 50 destes 1.590 centros são CREAS regionais, contra 51 unidades deste tipo registradas em 2009. Não obstante, o quantitativo de municípios vinculados aos CREAS regionais cresceu de 180 municípios em 2009 para 237 localidades em 2010, um incremento de 32%.

3 AS QUATRO CATEGORIAS PESQUISADAS FORAM: ACESSO PRINCIPAL ADAPTADO COM RAMPAS E ROTA ACESSÍVEL DESDE A CALÇADA ATÉ A RECEPÇÃO DO CREAS; ROTA ACESSÍVEL AOS PRINCIPAIS ESPAÇOS DO CREAS (RECEPÇÃO, SALA DE ATENDIMENTO E SALA(S) DE USO COLETIVO); ROTA ACESSÍVEL AO BANHEIRO; BANHEIRO ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Efetivamente, nos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes (pequeno porte II), os CREAS já se fazem presentes em 520 municípios, ou 49,9% do total de localidades deste porte populacional. Em adição, estes centros estão instalados em 286 das 325 cidades de 50 mil a 100 mil habitantes (médio porte), uma taxa de cobertura de 88%.

O cofinanciamento é mais disseminado nestas unidades, registrando-se um percentual de 14% de unidades dependentes exclusivamente de repasses federais e há repasse de recursos pelas três esferas para 395 CREAS, ou 25,6% do total. Este quesito denota grande progresso com relação ao quadro verificado em 2009, quando 24,8% dos CREAS registraram depender somente de repasses oriundos da União.

Por outro lado, a acessibilidade é uma questão preocupante nos CREAS, ao se verificar que somente 6,9% destas unidades têm acessibilidade, conforme preconizado pela ABNT, para as quatro categorias pesquisadas.

Finalmente, no aspecto fundamental, que são os serviços desenvolvidos nos CREAS, o Censo SUAS registrou o total de 367.364 casos atendidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ao longo de 2009. Por sua vez, o primeiro levantamento sobre a gestão municipal pelo Censo SUAS foi respondido por 5.488 municípios, o que implica que 77 municípios não responderam ao Censo. O perfil destes municípios evidenciou que a maioria é de pequeno porte I, ou até 20 mil habitantes, com 66 municípios ou 85% do total. Contudo, 7 entes de pequeno porte II e 4 municípios de médio porte também se encontravam nesta situação.

Em adição, constatou-se que 72,6% dos municípios respondentes instituíram secretaria municipal exclusiva para a temática da assistência social, embora o grau de formalização das áreas da assistência enquanto subdivisão administrativa destas secretarias não seja tão elevado.

Efetivamente, a Proteção Social Básica (PSB) e a Gestão do Bolsa Família são as instâncias mais comumente formalizadas, presentes, respectivamente, em 62,7% e 73,3% das secretarias. Por outro lado, áreas mais recentes como a Vigilância Social, a Gestão do Trabalho e o Monitoramento e Avaliação aparentam ainda estar em fase de estruturação, com a primeira apresentando a menor taxa de formalização, 27,3%.

Essa distribuição não é homogênea conforme os portes populacionais, sendo mais comum a formalização das áreas à medida que aumenta a população do município. Por exemplo, a presença da PSB como setor formalmente instituído é de 64,8% em municípios de pequeno porte I e atinge 88,2% das metrópoles. Contudo, os municípios de médio porte são exceção à regra, apresentando taxas abaixo de localidades menores. No caso da PSB, estes municípios registraram em 53,3% dos casos a formalização da área.

No tocante ao planejamento das atividades, 94% dos municípios possuem Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). Contudo, a frequência de atualização deste instrumento fundamental para a assistência social apresenta-se aquém do ideal. De fato, somente 20,5%, para os municípios de até 20 mil habitantes, e 54,4%, no caso das metrópoles, registraram atualizar seus respectivos PMAS anualmente ou em prazo inferior.

No âmbito da gestão financeira, uma constatação relevante é a presença em 96,1% dos municípios dos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), sendo que 89% destes são unidades orçamentárias. Entretanto, a execução financeira dos recursos da assistência social por meio dos FMAS ainda pode ser aperfeiçoada.

Por seu turno, evidencia-se forte expansão dos recursos humanos na área da assistência social, com um salto de 139.549 em 2005⁴ para 220.730 trabalhadores em 2010, uma taxa de 9,6% ao ano. Esta elevação se deu sem comprometimento da qualidade da força de trabalho, tanto no concernente ao vínculo empregatício como ao grau de escolaridade. De fato, 38,3% em 2005 e 38,6% em 2010 do total de profissionais da assistência social no âmbito municipal eram estatutários, ao passo que 27% em 2005 e 30,7% em 2010 eram trabalhadores com nível superior.

Com respeito à oferta de serviços, aqueles enquadrados na Proteção Social Básica são os mais comumente disponibilizados, como esperado, tendo em vista o escopo mais amplo e o seu caráter preventivo. Neste contexto, registrou-se uma oferta que variou de 74,4%, no caso de programas ou projetos de inclusão digital, até 84,5%, para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

4 PARA 2005, DADOS DO SUPLEMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS (MUNIC) EFETUADA PELO IBGE. PARA 2010, DADOS DO CENSO SUAS.

No âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a disponibilização variou de 26,2%, para serviços destinados à população de rua, até 58,1%, no caso dos serviços para idosos, pessoas com deficiência e suas respectivas famílias. Por fim, no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a oferta de serviços oscilou de 27%, no caso de disponibilização de abrigos para mulheres, até 38,3%, para abrigos destinados a crianças e adolescentes.

Por outro lado, no tocante à gestão estadual da assistência social, 41 % dos estados declararam gerir a assistência social por meio de secretaria estadual exclusiva.

Com respeito ao planejamento das atividades na seara da assistência social, 14 UFs ou 51,8% já possuem Plano Estadual de Assistência Social (PEAS), ao passo que outras 12 UFs ou 44,4% encontram-se em fase de elaboração de seus respectivos PEAS. Somente 1 UF não registrou ações no sentido de formulação de um PEAS (SC).

De forma relativamente distinta dos municípios, as áreas com maior taxa de formalização no âmbito da assistência social estadual são a Gestão Orçamentária e Financeira, Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), com, respectivamente, 23, 19 e 19 UFs tendo institucionalizado esses setores em suas secretarias estaduais de assistência social. A menor incidência novamente é da vigilância social, formalizada em 4 UFs.

No concernente à execução direta de serviços socioassistenciais, os quantitativos registrados foram de 13, 14 e 20 UFs, respectivamente, no âmbito da PSB, PSE de Média Complexidade e PSE de Alta Complexidade, sendo previsível a preponderância da PSE, em particular da alta complexidade, tendo em vista as especificidades, custos e escala necessários para disponibilização deste tipo de serviço.

No tocante à gestão financeira, todos os estados possuem Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), sendo que 26 destes também são unidades orçamentárias. Entretanto, somente 48% declararam que todos os recursos da assistência social são executados por meio dos respectivos FEAS. Em conjunto com o registro de que somente 12 estados efetuam cofinanciamento aos municípios por meio da modalidade fundo a fundo, contra 18 que repassam recursos por meio de convênios (7 fazem emprego de ambas as modalidades), evidencia-se que a sistemática de financiamento do SUAS adotada pela União não é replica-

da em boa medida nos estados, o que dificulta a contabilização dos recursos aplicados na assistência social e também contraria o disposto na NOB-SUAS em prol da primazia dos fundos de assistência social na alocação dos recursos da assistência social.

Por sua vez, o primeiro levantamento da gestão estadual revelou também o expressivo quantitativo de trabalhadores da assistência social alocados na instância estadual, o qual remontou a 21.761 funcionários. Comparativamente aos municípios, sobressai a menor participação tanto de profissionais com nível superior, com 26,3%, como aqueles com nível fundamental, equivalentes a 22,2%, (contra, respectivamente, 30,7% e 23,7% nos municípios), com um predomínio dos trabalhadores de nível médio, representantes de 51,5% do total. Por outro lado, no quesito de vínculo empregatício, os estados apresentam um cenário mais favorável que o registrado no âmbito municipal, com aproximadamente 53% dos profissionais como servidores estatutários, contra 38,6% nos municípios.

No referente ao aspecto fundamental no contexto da assistência social desempenhado pelo controle social, 5.246 municípios declararam ter instituído Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), ou seja, 94,3%, compostos por um total de 47.880 conselheiros.

Em particular, o marco representado pela criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) desempenhou um papel fundamental na criação dessas instâncias, com a criação de CMAS em 3.729 municípios ou 71,1% nos 4 anos após a promulgação da LOAS, ou seja, no período de 1993 a 1997.

Não obstante o predomínio absoluto da criação dos CMAS por meio de lei específica, registrado em 5.109 municípios ou 97,4% dos casos, verifica-se uma regulamentação ou estruturação complementar ainda escassa, como aferido por meio da inexistência de regimento interno ou de secretaria executiva nestes conselhos em, respectivamente, 962 e 2.112 localidades, ou 18,3% e 40,3% do total. A consolidação deste processo que estabelece as diretrizes necessárias ao funcionamento dos CMAS é de fundamental importância para a garantia não só de estabilidade aos conselhos, mas também do pleno exercício de suas funções e atribuições.

Por outro lado, a infraestrutura destes conselhos revela-se minimamente adequada em vários aspectos, como a existência de pelo menos uma sala com capacidade para até 15 pessoas de uso exclusivo ou compartilhado, presente, respectivamente, em 1.791 e 4.125 dos CMAS, ou 34,1% e 78,6% do total. Similarmente, em 5.053 ou 96,3% destas unidades, existe um banheiro, bem como 4.619 ou 88% delas dispõem de ao menos um computador conectado à internet para o desempenho de suas atividades.

Entretanto, dentre os aspectos negativos, somente 45,9% dos CMAS possuem previsão de recursos específicos destinados à sua manutenção e funcionamento no orçamento do órgão gestor, e apenas 55% dispõem de sede permanente.

Contudo, um aspecto ainda mais crítico para a consecução de suas atribuições pelos CMAS consiste na insuficiência de recursos humanos para apoio administrativo. Dentre os 59,7% ou 3.134 conselhos que possuem secretaria executiva, registrou-se somente 4.424 funcionários alocados, uma média de 1,4 funcionário por conselho. Efetivamente, 2.253 CMAS declararam não possuir funcionários em suas secretarias executivas.

Não obstante, um fator positivo na estruturação dos CMAS foi a observância da paridade entre representantes da sociedade civil e do governo na composição de seus membros, conforme preconizado pela NOB de 2005, por 5.075 conselhos ou 96,7% do total.

Também atores de grande importância no controle social, os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) apresentam-se comparativamente mais bem estruturados do que suas contrapartes em âmbito municipal, tendo em vista estarem presentes nas 27 UFs, sendo compostos por um total de 472 conselheiros. Em adição, todos foram criados por lei no período de 1993 a 1997 e têm regimento interno próprio.

Com relação à infraestrutura, 24 dos 27 CEAS têm sede permanente, 21 têm 1 ou mais salas de uso exclusivo e todos têm secretaria executiva e ao menos 1 computador conectado à internet. Para apoio administrativo às atribuições dos CEAS, esses conselhos registraram dispor de um total de 114 funcionários em todo o país alocados em suas respectivas secretarias executivas, uma média pouco superior a 4 profissionais por conselho.

Em adição, 21 CEAS declararam existir previsão de recursos no orçamento estadual da assistência social para seu funcionamento, aspecto este fundamental para a manutenção dessas instâncias de controle social.

Por sua vez, no concernente ao aspecto fundamental do desempenho de suas atividades e reconhecimento pelo órgão gestor de suas atribuições, os resultados foram, em sua maioria, positivos.

De fato, todos os 16 CEAS que registraram já existir PEAS para seu estado afirmaram terem aprovado o mesmo para sua efetiva implementação; 21 declararam participar ativamente da discussão das propostas anuais do orçamento do Executivo estadual e 25 acompanham as pactuações efetuadas no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e Comissão Intergestores Tripartite (CIT), sendo 16 destes com regularidade.

Finalmente, o Censo SUAS também mapeou pela primeira vez as entidades privadas de assistência social conveniadas ou certificadas como entidades beneficentes de assistência social (CEBAS). Em seu conjunto, foram computadas 9.398 entidades, concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com, respectivamente, 2.201 e 5.173, ou 23,4% e 55% do total.

De fato, os números mencionados denotam a existência de uma entidade para cada 12 e 15 mil habitantes, respectivamente, contra uma entidade a cada aproximadamente 50 mil pessoas nas regiões Norte e Nordeste, as quais abarcam 321 e 1.098 entidades, nesta ordem.

Em adição, essas entidades também estão predominantemente nos municípios de maior porte populacional, uma vez que 46% delas estão situadas em localidades com população superior a 100 mil habitantes. Contudo, a relação de habitantes por entidade é mais bem distribuída dentre os diferentes portes populacionais e remonta a em torno de 17 mil pessoas por entidade nos municípios de até 100 mil pessoas, atinge 21 mil indivíduos por entidade nas localidades de 100 a 900 mil indivíduos e alcança cerca de 30 mil habitantes por entidade nas metrópoles.

Por seu turno, a receita anual média destas entidades cresce à medida que se eleva a população dos municípios onde estão localizadas, partindo de R\$ 200

mil/ano naquelas situadas em municípios de até 50 mil habitantes, passando para R\$ 400 mil/ano e 550 mil/ano nas localidades de médio e grande porte, respectivamente, atingindo cerca de R\$ 1,08 milhão/ano nas metrópoles⁵. As formas de financiamento mais comum são recursos advindos do próprio município, com 85,3%; do MDS, 27,3% e do estado de localizado, opção assinalada por 20,5% das entidades respondentes.

Com relação às formas de acesso da população às entidades privadas, a procura espontânea pelos serviços e ações disponibilizadas na rede é a mais frequente, citada para 85,1% das entidades, seguida pelos encaminhamentos feitos pelos CRAS locais, mencionada por 53,4% do total. A busca ativa realizada pelas entidades já figura como uma alternativa relevante de acesso a essas entidades, sendo assinalada para 29,9% delas⁶.

Dentre os serviços e atividades desempenhados pelas redes privadas, 5.127 ou 54,5% efetuam atendimentos no âmbito de serviços da Proteção Social Básica, por volta de 22,5% prestam atendimentos em serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade e 25% atuam em serviços de acolhimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

No concernente aos serviços, constata-se a predominância de serviços da Proteção Social Básica, em especial os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e jovens de 6 a 15 anos e também ao público de adolescentes entre 16 e 17 anos, desempenhados por 3.150, ou 35,5%, e 2.281 entidades, ou 24,3%, nesta ordem.

5 AS MÉDIAS DAS RECEITAS TOTAIS POR PORTE POPULACIONAL FORAM CALCULADAS A PARTIR DA MÉDIA DOS INTERVALOS DE CADA RESPOSTA POSSÍVEL. ASSIM, DE 50 A 100 MIL /ANO NO QUESTIONÁRIO FOI COMPUTADO COMO 75MIL, E DE 100 MIL A 500 MIL /ANO COMO 300MIL.

6 NESTE CASO, PERGUNTA DO QUESTIONÁRIO PERMITIA A MARCAÇÃO DE MÚLTIPLAS RESPOSTAS; LOGO, A SOMA DOS PERCENTUAIS ULTRAPASSA 100%, UMA VEZ QUE O PERCENTUAL DE CADA QUESTÃO PODE VARIAR DE 0 A 100%.

Em suma, os resultados do Censo SUAS 2010 evidenciam a existência de um SUAS muito mais complexo e abrangente do que os levantamentos anteriores, restritos aos CRAS e CREAS, permitiram vislumbrar. Neste contexto, afigura-se notável a estruturação já lograda no âmbito da gestão da assistência nos municípios e estados, bem como por seus respectivos conselhos de assistência social. Adicionalmente, verificou-se também pela primeira vez a presença de uma extensa rede de entidades privadas atuantes na seara da assistência social, cujo papel complementar ao poder público poderá ser mais qualificadamente direcionado a partir deste primeiro retrato.

Por outro lado, as análises realizadas também demonstram que inúmeros aspectos ainda necessitam de aperfeiçoamento nas unidades e instâncias do SUAS, de forma que se possa atingir a adequada conformação do sistema aos seus propósitos, em sua integralidade.

Ao final, o presente relatório buscou contribuir para o aperfeiçoamento da assistência social a partir de referenciais consistentes, por meio do seu monitoramento constante, com o desafio maior de colaborar para o objetivo último e de importância extraordinária para a população brasileira, que é a consolidação e evolução permanente do Sistema Único de Assistência Social.

Bibliografia

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O CRAS que temos, o CRAS que queremos. Brasília: SNAS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2009 – CRAS. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Censo SUAS 2009 – CREAS. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Departamento de Proteção Social Básica. Compromissos para o aceite do co-financiamento federal para o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) ofertado no Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Linha de base para o monitoramento dos CRAS. Brasília, DF: SAGI; SNAS, 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas). Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Guia de Orientações Técnicas, 1ª versão. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate: Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, SAGI, n.2, dez. 2005. 82 p. Suplemento.

CASTRO, F. J. R. Características espaciais necessárias ao CRAS para adequação às prescrições normativas no âmbito do SUAS e à integração das políticas do MDS. Brasília: MDS; UNESCO, 2007.

CASTRO, F. J. R. Proposta de modelagem de processo de construção de CRAS. Brasília: MDS; UNESCO, 2007.

CUNHA, Eleonora S. M. Democracia e reinvenção do Estado: lições do Brasil e da Índia. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007.

JACOBI, P. R. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MAGALHÃES, E. P. Documento técnico sobre indicadores para monitorar e avaliar a implantação dos CRAS e a implantação do PAIF. Brasília: MDS; PNUD, 2008.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto Wagner S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: UNESCO, 2006. 77p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17).

VAITSMAN, Jeni. Avaliação e monitoramento como instrumentos da gestão. Brasília, DF: MDS, 2006.

VAZ, Alexander Cambraia N.; PIRES, Roberto. Comparações entre municípios: avaliação dos efeitos da participação por meio pares contrafactuais. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). A Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Brasília, DF: IPEA 2011, v. 7. (Série Diálogos para o Desenvolvimento).



PLANO
**BRASIL
SEM
MISÉRIA**

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**





PLANO
**BRASIL
SEM
MISERIA**

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

WWW.MDS.GOV.BR
0800 707 2003